Diário de Lisboa

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

ANO 56.º/19 228 6$00

TERÇA-FEIRA 14 DEZEMBRO 1976

Eduardo Martins Soares, tomado por Wallraff, quando entrava esta manhã no Governo Civil. Segue-o um agente à paisana

VONTADE POPULAR CONFIRMA

Pelo voto a direita não pode governar

Apresentam-se claros os resultados desta terceira consulta popular em menos de doze meses; a direita não irá ao poder através do voto dos portugueses. Além da própria votação, mesmo as abstenções registadas demonstram que a maioria continua a apostar na democracia: as perdas resultantes das abstenções giram numa vasta zona que, tendo como fronteira a esquerda, se alarga do centro para a direita. Entretanto, o voto, é maioritariamente de esquerda.

Não estando ainda apurada a totalidade dos votos (o final do escrutínio só se prevê para o princípio da noite), mantinha-se, no entanto, a tendência do eleitorado para a esquerda, já manifestada nos resultados parciais ontem conhecidos. O C.D.S., terceiro, passou a quarto partido, enquanto o P.S. e a F.E.P.U. ultrapassam, conjuntamente, cerca de cinquenta por cento do eleitorado português.

Como afirmava ontem à noite frente às câmaras da TV o secretário-geral do P.C.P., principal força política da F.E.P.U., os resultados já conhecidos mostram uma deslocação sensível do eleitorado da direita para a esquerda. Esta deslocação, se não é espectacular, é pelo menos segura e, apesar das abstenções que afectaram, com maior ou menor incidência, todos os partidos, representa para a esquerda mais de dez por cento de votos do que para a direita.

Dos resultados já conhecidos, constata-se que o alto número de abstenções (na ordem dos 35 por cento) afectou especialmente os partidos que maior votação obtiveram nas legislativas deste ano. Assim, calcula-se para o P.S. uma perda de votos na ordem do meio milhão; para o P.S.D./P.P.D. na ordem dos 270 a 300 mil; e para o C.D.S. entre os 150 e os 200 mil. Quanto à F.E.P.U., comparada a sua votação com a do P.C.P. nas legislativas, apresentava uma baixa na ordem dos cinquenta mil votos.

A distribuição dos partidos pelos distritos ainda não é passível de uma análise segura, dada a falta de todos os dados. no entanto, pode-se constatar que o PS se apresenta maioritário em Faro, Castelo Branco, Lisboa, Coimbra e Porto; o P.S.D./P.P.D. em Aveiro, Bragança e Ilhas (Açores e Madeira); o C.D.S. na Guarda e a F.E.P.U. em Beja, Évora e Setúbal. Neste cálculo não se incluiam os distritos de Portalegre, Santarém, Leiria e Braga.

Nesta interpretação, a votação obtida pelo P.S. no Alentejo tem sido motivo de certa polémica, argumentando os dirigentes socialistas com ganhos significativos ali obtidos. Contra-argumenta o P. C. P. que tais ganhos se devem ao facto do P.S.D./P.P.D. e C.D.S. não terem concorrido na maioria dos concelhos, cedendo assim, implicitamente, o seu voto ao P. S. De facto, se considerado quer o somatório P.S.-P.S.D./P.P.D.-C.D.S. nas legislativas, quer principalmente a votação do general Ramalho Eanes (apoiado por aqueles três partidos) e do almirante Pinheiro de Azevedo (que terá conquistado razoável parte de votos socialistas), depara-se que a percentagem agora obtida pelo P.S. no Alentejo ronda aqueles números.

Quanto ao norte, assistiu-se a uma acesa disputa entre o P.S.D./P.P.D. e o C.D.S., mantendo o primeiro posições dominantes mas já com novas perdas para o segundo. Registam-se também votações na F.E.P.U. (como no caso do Por-

Continua na pág. 24

«WALLRAFF» PRESO POR ENGANO

Os bombistas andam à solta.

O chefe do M. D. L. P./ E. L. P., Spínola anda tranquilamente por aí.

Entretanto, o jornalista alemão Gunther Wallraff, a quem Spínola, julgando tratar-se de um homem de confiança daquela organizaçãp terrorista, fez importantes e esclarecedoras revelações sobre a sua actividade e a do M. D. L. P., vê-se ameaçado, correndo o risco de ser preso pela Polícia portuguesa.

Esta manhã, na Rua da Horta Seca, polícias à paisana prenderam, à saída da Casa da Imprensa, crendo tratar-se daquele jornalista alemão, que ali deveria hoje conceder uma conferência de Imprensa, a propósito dolançamento do seu livro «A Descoberta de uma Conspiração / A Acção de Spínola», editado pela Livraria Bertrand, o representante desta livraria Eduardo Martins Soares — por acaso, e para seu mal, com algumassemelhançasfisionómicas com Gunther Wallraff, e ainda o facto simples dos jornalistas o terem «asseadiado» com perguntas e «flashs». Os agentes à paisana tinham recebido instruções: quando vissem um sujeito cabeludo a ser muito fotografado, deviam detê-lo, porque era de certeza o Wallraff.

Cerca de trinta minutos depois da hora marcada para a Conferência de Imprensa — Gunther Wallraff não aparecera ainda — os jornalistas trocavam impressões com o representante da Bertrand. Queriam saber, nomeadamente, se fora a editora quem solicitara a presença da Polícia (à paisana) para proteger o escritor. Martins Soares explicava que «não senhor», que a Bertrand nada tinha a ver com o policiamento, quando os agentes o tomaram por Wallraff: «Acompanhe-me!»

. Por esta altura, os jornalistas protestaram, e o detido identificou-se: chamava-se Eduardo, falava português e não nascera na Alemanha. Era contudo demasiado tarde para recuar, e os agentes levaram-no à presença do comissário Costa.

Tinham-lhes pedido para deter «o mais fotografado», e ali estava o homem. Nova identificação.

O comissário Costa explicou que, enfim, fora um engano lamentável, os agentes tinham sido induzidos em erro: haviam recebido instruções para deter quem fosse alvo dos jornalistas....

Sobre Gunther Wallraf, a palavra do comissário: se ele entrar legalmente no País, não será preso, não lhe acontecerá nada; se entrar ilegalmente, porém, será entregue ao Serviço de gestrangeiros da Polícia.

O incidente terminou da melhor maneira, com Martins Soares a oferecer ao comissário Costa um livrinho de 244 páginas editado pela Livraria Bertrand. Chama-se «A Descoberta de uma Conspiração — A Acção de Spínola».

A expectactiva dos homens da Imprensa foi assim em parte gorada. Wallraff não compareceu. Teria chegado a entrar em Portugal? Ao certo nada se sabia ainda ao fim desta manhã. No entanto, convém não esquecer que o lançamento deste livro, por um lado, e a presença entre nós de Wallraff, com doze horas de gravações de declarações de Spínola sobre a actividade do M. D. L. P. é pouco desejada por alguns.

Quem protege os bombistas?

CONHECIDOS 281 PRESIDENTES DE CÂMARAS

P. S. 109

P. S. D. 102

F. E. P. U. 37

C. D. S. 32

P. P. M. 1

Por apurar: 23 concelhos

24 PÁGINAS

ÁGUA JÁ PASSA NO AQUEDUTO

O esforço dos trabalhadores que repararam a conduta danificada pela explosão de uma bomba no aqueduto que fornece água a Lisboa é a melhor resposta aos terroristas que pretenderam perturbar o clima de tranquilidade da população da capital em vésperas de eleições. A estes homens, trabalhadores iguais a milhões de outros que acorreram às urnas, devemos nós a rápida normalização do abastecimento de água

(PÁG. 12)

Nacional

Política de A a Z

UMA FESTA CÍVICA

Apesar da sede e dos agravos à higiene impostos, com drásticos meios, à população de Lisboa; apesar de incidentes localizados e mínimos; apesar das abstenções que atingiram, localmente, percentagens altíssimas e nacionalmente registaram um valor que merece ser ponderado; apesar de tudo e de todos nós; as eleições foram uma festa cívica. Não faltaram sequer, para lhes emprestar um picantezinho de sensacionalismo, os oportunos «bombistas» de Amarante.

Com Lobata e sem água; com ameaças de noites chilenas e a amarga vivência dos dias de crise; com desilusões que se previam e submetido a um dilúvio de palavras e de promessas; este Povo sereno — lembram-se? — serenamente votou. Ele próprio virá a saber se votou bem. A «direita» pensará que o Povo votou mal. A «esquerda» na sua divisão corre o risco de deixar confiada à táctica de um partido — o Partido Socialista —, a vitória confirmada. Vitória? Não o será politicamente enquanto se limitar a ser a fria expressão de uma verdade aritmética. Mas nas urnas, aritmeticamente, está feita a prova: passa de metade o País que — sobre versos de Antero fazendo prosa — quer ir e faz força para alcançar o Futuro, passa de metade o País que forceja na caminhada para as metas constitucionais.

O Governo socialista, com o seu terço do eleitorado, é um «governo» — se governar quiser — para metade e um pouco mais de Portugal. A regra democrática dá-lhe o privilégio de educar o povo, de organizar a vida pública, de produzir o esclarecimento político, de conquistar adeptos e aderentes na multidão dos abstencionistas. Será nessa direcção que a sua militância como «partido», que a sua capacidade como «governo», deverão manifestar-se. Atrair e convencer os que não votaram ou que votaram contra os seus verdadeiros interesses. Mas a pedagogia socialista, mas a política da «esquerda», deverá ser apoiada por um exercício do «poder-de-Estado» que se revele útil, que se revele coerente, que se revele íntegro. O «poder» não é só «uma situação administrativa», é muito mais do que isso, é «uma oportunidade pedagógica».

Depois de meio século de fascismo, de opressão, de corrupção, de mentira e de mistificação, este Povo precisa de **ver a Democracia em acto**. Não lhe basta que se repitam «festas cívicas» enquanto os preços sobem e os défices se aprofundam.

AS LEITURAS DIFERENTES

As «inteligências» políticas deste País vão exibir-se em esmeradas análises para convencerem a plebe sofredora. Uns dirão que a situação é excelente. Outros dirão que a situação é alarmante. E a vida seguirá. Voltarão os boatos, renovar-se-á o insalubre e miasmático clima de intrigas, manobras e boatos. Teremos novamente os rumores dos «golpes» e «contragolpes». Reinarão, e não só em Ribeira de Pena, a confusão relativa, as delirantes hipóteses, o triunfalismo sectário ou insensato. Haverá tendência para esquecer as abstenções e o que elas significam realmente de indiferentismo ou de desinteresse motivado pela repetição das consultas eleitorais ou de decepção para a não resolução dos problemas locais e/ou nacionais.

Não podem, contudo, os políticos deixar ao M. I. R. N. de Kaúlza, e aos outros M. I. R. N. que vão aparecer, esse imenso espaço político.

A divisão da «esquerda», e a áspera batalha de ofensiva e de justificação que já se adivinha, poderão distrair as forças democráticas dessa tarefa importante: recuperar os abstencionistas. Mas, não tenhamos ilusões, não é com essa Imprensa, com essa Rádio, com essa Televisão, com este burocratismo e esta burocracia, com esta lentidão administrativa e com uma gritante incompetência, com meias tintas e meios inoperantes, que se faz frente à «direita», que com ela se concorre e compete para reconquistar para a Revolução a multidão dos Portugueses, homens e mulheres, que não votaram no domingo passado.

ABUSOS DE PRESENÇA

Já lavrámos protesto nestas notas quanto ao absentismo parlamentar. Queixam-se já por aí as gentes das ausências dos senhores deputados. Mas houve, também, quem tenha censurado a presença, em vésperas de um acto eleitoral, dos membros do Governo nos meios de Comunicação Social, impondo-nos a exposição de argumentos que nem sempre foram impecáveis pelo rigor, pela objectividade, pela isenção. A Comissão Nacional das Eleições não deixou de sublinhar, num comunicado discreto, mas preciso, que a margem de diferenciação era muito reduzida entre a qualidade de membro do Governo e a qualidade de responsável partidário. E como não houve lugar para concluir a urgência das comunicações que ao País foram oferecidas, ficou-se com a dúvida de que terá havido a intenção de fazer pesar na balança eleitoral um aproveitamento da função governamental que, aliás, não resultou plenamente.

Não sendo legítimo reduzir a crítica a meros processos de intenção, mas sendo necessário, nesta aprendizagem da democracia, não permitir, pelo silêncio, pela indiferença, que se vão acentuando tendências para desvios de um entendimento justo do exercício das responsabilidades políticas por parte quer dos governantes, quer dos governados, a experiência dos processos eleitorais deverá ser examinada com a maior objectividade. Com a objectividade possível, colocando-nos determinadamente numa perspectiva de correcção dos vícios de eleitoralismo, de partidarismo, de clientelismo. Sem dramatização, sem exagerarmos e sem incorrermos no pecado da unilateralidade, urge denunciar os erros (detectando as suas causas), urge combater os vícios (indo às suas origens), de modo a corrigirmos, em tempo útil, práticas que não correspondem a uma verdadeira Democracia, à letra da Constituição, à melhor inspiração do «25 de Abril».

CONSELHO DE MINISTROS DECIDIU

Décimo-terceiro mês por agora segundo legislação em vigor

Ontem reunido no Palácio de S. Bento sob a presidência de Mário Soares, o Conselho de Ministros voltou a debruçar-se sobre o problema da poupança forçada a estabelecer sobre o 13.º Mês. Do comunicado final consta isso e ainda que, em virtude das razões de natureza económica e financeira — prossegue o texto — o Governo mantem na íntegra a sua proposta. Trata-se de uma posição de coerência, ditada pelo interesse nacional, que deve sempre prevalecer sobre os interesses partidários. Assim o Governo continua a pensar que a Assembleia da República não deixará de considerar a validade, ditada pelos interesses do País, de ulterior aprovação de um esquema daquele tipo».

«Todavia — lê-se ainda no comunicado emitido no final da reunião — dadas as posições enunciadas, em que interesses partidários de carácter eleitoral se sobrepuseram ao interesse nacional, e não parecendo materialmente possível executar até ao fim do ano as deduções a que haveria lugar, lembra-se que as entidades devedoras do subsídio do Natal ou equivalente deverão proceder de acordo com a legislação em vigor».

Ainda sobre a sua proposta o Governo, mantendo-a, «reserva-se, no entanto, a possibilidade, de oportunamente vir a sugerir emendas que permitam a sua execução em momento posterior».

AUMENTOS

De acordo com outra resolução aprovada na reunião de ontem do Conselho de Ministros, vão aumentar a partir de 1 de Janeiro próximo os ordenados dos trabalhadores civis da administração central, regional e local. Aumento: 15 por cento sobre os ordenados actualmente em vigor.

Também as pensões de aposentação, reforma, invalidez, preço de sangue e sobrevivência, fixadas em diploma já aprovado sofrerão um aumento de 10 por cento. Todavia as pensões calculadas com base em retribuições iguais ou superiores aos vencimentos agora fixados, não sofrerão qualquer actualização.

VISITA DE SOARES AO BRASIL

Observadores acham reduzidas as perspectivas no plano económico

Observadores políticos brasileiros pensam que os resultados mais importantes nas reuniões de trabalho a realizar no decorrer da visita do Primeiro-Ministro português ao Brasil, que se inicia hoje por volta da meia-noite, se situarão no campo cultural, cita o enviado especial da ANOP. Isto porque, no plano económico, os dois países encontram-se numa situação difícil que levou à adopção de fortes medidas restritivas aos consumos e às importações.

A defesa do português e as diligências para a sua inclusão como língua oficial e de trabalho nas Nações Unidas, como já sucede em relação a outros organismos — Organização de Unidade Africana e Associação Latino-Americana de Livre Comércio, para além de acordos pontuais de intercâmbio artístico e universitário, possível reforço dos já existentes, dominarão a actividade das entidades responsáveis.

O enviado especial da ANOP refere também que os dois países não desdenhariam fortalecer os laços que os ligam aos novos países africanos de língua portuguesa, abrindo caminho para a formação de uma comunidade afro-luso-americana, embora não explique como se resolveria nesse contexto a contradição das várias interferências do imperialismo em África que no caso de Angola acabou mesmo na agressão armada.

Quanto ás trocas comerciais entre os dois países elas são de pouca expressão. Em 1975 o Brasil manteve trocas com Portugal que representaram 0,3 por cento das suas importações e 0,9 por cento das exportações. Em relação a Portugal esses números equivalem a 1,8 e 1,1 respectivamente, ou seja, um saldo negativo para o nosso país. Entretanto este saldo negativo tem aumentado. No ponto de vista económico, portanto, são pouco promissoras as perspectivas da visita de Mário Soares.

Ontem chegaram ao Rio de Janeiro os primeiros membros da comitiva do Primeiro-Ministro. Trata-se dos deputados Raul Rego, do P.S., do futebolista António Simões, deputado pelo C.D.S., do presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, dr. Azeredo Perdigão, dos dirigentes do Instituto de Cultura e Investigação Científica, José Augusto França e Miller Guerra, e ainda de Jacinto Nunes, da Caixa Geral de Depósitos e do Conselho Nacional de Rendimentos e Preços e Silva Lopes do Banco de Portugal. Estas individualidades eram aguardadas pelo cônsul geral de Portugal e outros funcionários da missão diplomática.

Numa mensagem dirigida aos portugueses do Brasil Mário Soares acentuou que Portugal conta com todos para o esforço da reconstrução, reconciliação e desenvolvimento, a que o Governo a que preside está empenhado e que vai ao Brasil «em busca de um diálogo franco, quer com as autoridades brasileiras, quer com os representantes da colónia portuguesa» com quem se puder avistar.

Soares com os «Nove» desde 15 de Fevereiro

Devem começar a 15 de Fevereiro do próximo ano as visitas que o Primeiro-Ministro português Mário Soares fará às capitais dos nove países da Comunidade Económica Europeia. Durante as visitas Soares será acompanhado pelo ministro português dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira.

O objecto das visitas — que serão uma digressão por capitais como Londres, Paris, Bona e outras — consiste em expor de viva voz e aos diversos dirigentes dos países pertencentes à CEE, as razões que animam o actual Governo português a pretender integrar-se na Europa dos Nove.

Soares e Medeiros Ferreira estarão um dia em cada capita, Não se sabe ainda por onde a digressão começa nem a ordem das capitais a visitar.

G.N.R. saiu da Lobata

As forças da G. N. R. abandonaram praticamente a Herdade da Lobata, tendo, no entanto, regressado ao Quartel de Serpa, onde se mantêm concentradas. Os trabalhadores da Margem Esquerda, porém, continuam a fazer piquetes de vigilância nos limites da herdade que o M. A. P. decidiu entregar ao agrário Palma Cano, que ainda recentemente participou numa reunião da chamada Associação dos Agricultores de Beja, uma organização afecta à C. A. P.

Consta na região que o agrário Palma Cano anda a dispender esforços no sentido de arranjar pessoal da serra para lhe ir apanhar as azeitonas que estão quase a apodrecer debaixo das árvores. Nenhum trabalhador da zona aceita trabalhar na Lobata, enquanto a herdade não for restituída à Unidade Colectiva de Produção Margem Esquerda.

Comício de apoio à Reforma Agrária

O comício de apoio aos operários agrícolas alentejanos que teve lugar durante o fim-de-semana em Almada centrou-se na crítica á política do MAP. Nesse sentido destacou-se a intervenção de Rogério Brito, ex-técnico do CRRA de Setúbal que afirmou: «O Governo e o próprio Partido Socialista têm de fazer uma opção clara, uma opção sem qualquer tibieza, sobre de que lado da barricada estão, porque o lado de um socialista é só um, é o lado das massas trabalhadoras e do povo explorado.

Usou também da palavra Manuel Vicente, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja que ao referir-se à política de António Barreto disse: «Fala-se muito nos 3 milhões de contos que já foram gastos na Reforma Agrária mas nada se diz sobre os 20 milhões de contos que os grandes agrários devem ao Estado. O certo é que os 3 milhões de contos ainda não foram totalmente gastos e grande parte foi já devolvida». Os presentes no comício aprovaram um voto de censura à RTP e RDP e uma moção de apoio aos trabalhadores da Unidade Colectiva de Produção «Margem Esquerda».

Cooperação ibérica no campo da pecuária

As Direcções-Gerais dos Serviços Pecuários de Portugal e Espanha estão a elaborar um documento de cooperação sobre reprodução animal e melhoramento das raças ibéricas, com vista a uma reunião a realizar em Fevereiro próximo, em Badajoz, entre delegações dos dois países.

Os delegados de ambos os países constataram que a peste suína africana continua a ser a doença que causa maiores preocupações e dificuldades e o seu combate eficaz só pode realizar-se com apoio internacional.

Foi reconhecida igualmente a necessidade de campanhas de educação sanitária junto dos criadores de gado e a urgência em elevar o grau de consciencialização das populações em relação aos problemas de ordem higiénico-sanitária de forma a tornar mais fácil a actuação dos serviços competentes.

Durante a reunião, as autoridades veterinárias luso-espanholas reconheceram ainda a necessidade de conter o intenso movimento de animais ao longo da fronteira.

post-scriptum

À consideração do ministro Cardia

Tenho três filhos em idade escolar. Por artes de berliques e berloques, morando nós em Paço de Arcos, nunca os meus filhos frequentaram o Liceu de Oeiras, a dois passos da nossa residência. Enfim, o senhor lá sabe, se é que sabe, porquê. Aliás, o assunto não lhe interessa nem de perto nem de longe, e naturalmente não se dará ao trabalho de qualquer averiguação. Eu cá estou para pluralisticamente pagar as deslocações, os almoços e aguentar os transtornos que tudo isto me causa. Acontece até que duas filhas no mesmo ano estão em turmas diferentes. Isto causa mais dificuldades? Também não interessa. O senhor Cardia não pode perder tempo com estas pequenas coisas; tem mais que fazer.

Rapidamente resumida, eis a vida escolar do meu filho neste primeiro ano do VII Governo Provisório:

Com trombetas e timbales, anunciou-se a abertura das aulas em 11 de Outubro. Efectivamente, começaram a 18 do mesmo mês com pleno êxito, como passo a demonstrar. Reporto-me ao período de 18 de Outubro a 30 de Novembro. Nesse espaço de tempo, devia o meu filho ter tido 184 horas de aula. Acontece que teve apenas 34. Deve-me, portanto, o senhor Cardia 150 horas de aula, não contando, porque isso não interessa, com as despesas de deslocação e tempo perdido por meu filho.

C.A.D.Castro PAÇO DE ARCOS

As danças e andanças do 13º mês

Nós, o grande mundo não confundir com «grand monde» o mundo dos trabalhadores, não conseguimos saber o que se passa nos bastidores da política, mormente a governamental. Esta circunstância dá origem, de modo sistemático, à formação e propalação dos mais desencontrados pontos de vista, de boatos, etc., que no final de contas, só servem para estabelecer a confusão e a consequente desorientação no mundo dos governados.

Vêm aquelas considerações a propósito das danças e andanças a que tem estado sujeito o 13.º mês mais conhecido por subsídio do Natal. Efectivamente, e em primeiro lugar, foi o próprio Primeiro-Ministro. dr. Mário Soares, quem nos veio dizer, aquando do seu fabuloso discurso, que os trabalhadores iam ser obrigados a comprar títulos do tesouro, visto que este tem falta de fundos, por nossa culpa.

Depois, veio, não me lembro já quem, informar-nos que o montante previsto para recebermos em dinheiro passaria de 5 para 7 contos certamente para evitar que o Partido Socialista perdesse mutos votos, já que estávamos muito próximo das eleições para as autarquias locais.

De seguida, foi a Imprensa pluralista que começou a lançar umas «bocas», ameaçando o patronato de que teria ele que pagar os já celebérrimos títulos se, ao pagar o 13.º mês, não cativasse a parte remanescente dos 7 contos.

Ora, a verdade é que o tempo vai passando e a lei, que nos há-de obrigar a comprar os títulos, não sai da forja. Por outro lado, para aumentar a confusão, o dr. Zenha vem à Televisão dizer-nos que a lei não precisa de ir à Assembleia da República; como quem diz que aqueles que foram eleitos pelo povo para serem seus mandatários, no mais alto órgão de soberania nacional, nada têm a ver com o facto de o governo pretender entrar-nos nos bolsos.

Como é compreensível, todas estas danças e andanças geram a especulação. Por exemplo, zoava que a lei não saía porque o senhor Presidente da República se recusara a promulgá-la. Aliás, se assim foi, penso que temos fortes motivos para nos regosijarmos, porquanto tal atitude é sinónimo de que se começa a respeitar a legitimidade democrática, e, com ela, a nossa lei fundamental: a Constituição Política.

Mas a verdade é que o tempo, que é quem acaba por comandar estas e outras coisas, não pára, e no preciso momento em que os jornais nos vêm anunciar que a decisão do projecto de lei governamental vai baixar, finalmente, à Assembleia da República, ele fez já a sua obra. Com efeito, diz a Portaria do Ministério do Trabalho, de regulamentação do trabalho para a Indústria Metalúrgida e Metalomecânica, publicada no Boletim n.º 33, do mesmo ministério, em 8 de Setembro de 1975, textualmente o seguinte:

«Base XIII Subsídio do Natal

1 Os trabalhadores abrangidos pela presente Portaria com, pelo menos, seis meses de antiguidade, terão direito a um subsídio de Natal correspondente a um mês de retribuição, o qual será pago conjuntamente com a retribuição do mês de Novembro.»

Do exposto se conclui que ou o patronato pagou o subsídio conjuntamente com o ordenado de Novembro, e, deste modo, cumpriu a lei ou, então, reteve o remanescente dos 7 contos, de acordo com as informações propaladas pelo Governo, e, neste caso, actuou ilegal, arbitrária e onconstitucionalmente.

Na hipótese daquela segunda alternativa que me parece ter merecido o consenso generalizado do patronato ocorre perguntar: afinal, que espécie de Governo é este que em vez de governar de acordo com as leis procura governar por intermédio de anúncios?

Que classificação merece um Governo que é o primeiro a convidar o patronato a não cumprir a lei?

Estará certo que um Governo composto por pessoas que se dizem democratas e, ainda mais grave, socialistas pretenda sobrepor-se ou antecipar-se aos mais altos órgãos políticos nacionais, que são a Assembleia da República e o Presidente da República?

Será com actuações deste tipo, com características verdadeiramente autocráticas, que se pretende consolidar a democracia no País?

José Ferreira VILA NOVA DE GAIA

TERCEIRO MUNDO

EROSÃO MARÍTIMA E TECNOLOGIA

MÉXICO — (CEESTEM-IPS) — Na parte setentrional da península de Yucatan, no México, existe uma povoação de pescadores conhecida como Rio Lagartos. Os seus habitantes, para poder ir à pesca no mar, tinham de bordear uma barra que lhes impedia o acesso directo à zona de pesca, o que demorava aproximadamente 8 horas.

Em duas ocasiões eles próprios construiram um canal que os ligava directamente ao Golfo do México, mas os sedimentos transportados pelas ondas obstruiram-no pouco depois.

A edificação de uma protecção convencional que preservasse o canal representava um investimento de quase 400 mil dólares, devido à carência de pedra na região e às dificuldades de acesso ao local da obra, pois para transportar os materiais de construção até ao local era necessário abrir novas estradas e levantar novas pontes.

Não obstante, empregando um modelo de tecnologia adequada denominado Bolsarocha, em apenas dois meses construiram-se duas protecções que custaram somente 80 mil dólares, ficando mais de 30 por cento do dinheiro requerido nas mãos dos pescadores, que agora levam 15 minutos para chegar ao mar largo.

Bolsarocha, como um exemplar de tecnologia adequada, apresenta-se como uma alternativa tanto para países que, por carecerem de recursos financeiros, técnicos e humanos, baseiam o seu desenvolvimento em tecnologias rudimentares, como para os que se vêem forçados a utilizar tecnologias tão complexas, que em vez de solucionarem os seus problemas, criam outros, inclusivamente mais graves.

A partir de técnicas já usadas na Europa e nos Estados Unidos, um grupo de engenheiros civis mexicanos conseguiu desenvolver e testar desde há

Um aspecto característico da costa mexicana

cerca de seis anos, essa nova e eficaz forma de tecnologia adequada que permite reduzir os efeitos nefastos da erosão provocada pela água tanto fluvial como marítima.

A dita tecnologia foi aplicada com êxito em muitos países do Terceiro Mundo.

O processo consiste em utilizar bolsas de material sintético (poliester, nylon, etc.) cheias hidraulicamente com areia e água do mar, por meio de bombas e mangueiras, colocadas directamente no local onde se pretende controlar a erosão actuante.

O sistema foi designado Bolsarocha, pois a água serve somente como veículo, já que é filtrada através do tecido da bolsa (permeável), ficando os grãos de areia retidos no interior de forma compacta. Consegue-se assim aumentar o peso da bolsa, que vazia pesa uns 3 quilos, até de 3,5 a 20 toneladas, dependendo da capacidade do material empregado.

Além da solidez, o material descrito apresenta as características de flexibilidade e expansividade, o que permite «ajeitar» cada uma dessas «almofadas», obtendo estruturas quase monolíticas de grande resistência e adaptabilidade ao terreno onde são utilizadas.

Entre as aplicações práticas do método descrito, temos, por um lado: construções de protecções para praias e rios, protecções das margens, reforço e construção de diques, encaminhamento de desembocadouros, quebra-mar reforçados nas costas, etc. mas além disso é possível utilizar o Bolsarocha na edificação de estruturas para criar ou conservar praias com fins turísticos ou então na produção de zonas dedicadas à maricultura.

Na verdade, as diferentes utilizações práticas deste sistema revolucionário parecem infinitas. Isto ainda mais se reforça se considerarmos as vantagens que o emprego de Bolsarocha oferece em comparação com outras soluções de tipo tradicional, como sejam: dragas fixas, construção de rampas isoladas, prolongamento dos quebra-mar existente, etc.

A primeira diz respeito ao aspecto económico. Como o enchimento das bolsas é feito directamente no local onde vão ser colocadas eliminam-se as gruas e outras máquinas, quer dizer, o sistema não necessita de grandes infra-estruturas; sendo o método de construção simplificado em extremo, o desenho da obra resulta nítido, diminuindo o seu volume de 4 a 5 vezes e os custos de cerca de 50 por cento, tal como os tempos de execução.

No que se refere ao custo dos materiais, é praticamente nulo, porque a água é do mar e a areia da praia. Os únicos elementos que exigem um desembolso mínimo são: a bomba centrífuga que serve para a injecção da emulsão e as bolsas, cujo custo varia entre 16 e 32 dólares por peça vazia.

A partir deste sistema desenvolveram-se outros denominados bolsacreto e colchacreto. O primeiro é parecido com o Bolsarocha, com a diferença de que as bolsas são impermeáveis e são cheias com cimento em vez de areia.

O colchacreto baseia-se fundamentalmente em placas articuladas de cimento e unidas entre si por duas telas paralelas ligadas por meio de uma série de tensores, que podem adaptar-se às deformações do terreno onde são empregadas. Utiliza-se para a cobertura de taludes em rios, canais e costas.

No entanto, os três sistemas têm a vantagem insubstituível de aproveitar ao máximo a mão-de-obra local já que o número requerido de técnicos qualificados é muito reduzido, permitindo o acesso a sectores da população que estão segregados das zonas metropolitanas por falta de estradas e de meios de comunicação. Além disso, os recursos naturais da área são aproveitados de forma racional, beneficando consideravelmente a colectividade.

Por último, estes sistemas podem ser utilizados pelos países que têm basicamente, as mesmas características do México, quanto a distâncias, disponibilidade de mão-de-obra campesina (fundamentalmente) e carências de estrutura de estradas nas zonas selváticas e costeiras.

DESCOBERTA EM ZURIQUE

UMA EMPRESA PRIVADA DE ESPIONAGEM POLÍTICA

JEAN-CLAUDE BUHRER

BERNA, — Um caso rocambolesco mas revelador de um certo clima de desconfiança que tende a instalar-se na Suíça, acaba de vir a lume em Zurique. A 23 de Novembro, alguns membros do Manifesto Democrático organismo recentemente constituído com o objectivo de «lutar contra a repressão no ensino, na administração, na economia e nos «mass media» denunciavam publicamente as acções de uma oficina privada de informações, dirigida por um tenente-coronel do Exército helvético e membro do Partido Radical, Ernst Cincera.

Há já vários anos que Cincera consagrava os seus ócios à «luta contra a subversão» e realizara um ficheiro completo que punha à disposição de emprezas, administrações e particulares, em troca de remuneração, está bem de ver. Umas quatro mil pessoas, de opiniões naturalmente, diferentes das de Cincera, estavam pois, nas fichas deste último.

A coisa foi descoberta devido à confissão do antigo caixa do Manifesto Democrático, Andreas Kuhnis, que confessou aos dirigentes da organização que trabalhava ao mesmo tempo por conta de Cincera. Acompanhados por Kühnis, alguns representantes do Manifesto Democrático dirigiram-se então ao escritório do tenente-coronel onde fotocopiaram numerosos «dossiers» dos seus arquivos particulares.

A publicação destes fez grande barulho em Zurique, tanto mais que alguns tinham a menção «confidencial» e provinham de serviços administrativos, militares ou bancários.

Cincera apresentou queixa por roubo e violação de domicílio. Os três «assaltantes» foram presos e ouvidos pela Polícia antes de serem libertados. As autoridades jurídicas de Zurique fizeram novo inquérito a fim de examinar os documentos dados a conhecer pelo Manifesto Democrático e determinar se o zeloso tenente-coronel deve ou não ser julgado.

Desde a descoberta deste caso bastante embrulhado, que não há dia sem novidades. Assim, soube-se que Cincera foi convidado por comandantes de quartéis, sociedades de oficiais e organizações profissionais para fazer cento e cinquenta conferências sobre o seu tema predilecto: a luta contra a subversão.

O seu grupo de informação, esse também edita um boletim mais ou menos confidencial sugestivamente intitulado «O Quê, Quem, Como, Quando, Onde». Como o próprio Cincera o disse, essa publicação dá aos seus mil e tantos assinantes uma informação regular acerca das pessoas e das actividades da extrema esquerda. A firma Nestlé, por exemplo, teve de reconhecer que um dos seus colaboradores contactara com Cincera a fim de obter informações acerca de um grupo de estudos de Berna sobre o Terceiro Mundo, com o qual estava em litígio, mas desmentiu ter financiado as actividades do tenente-coronel em causa.

© *LE MONI*

PUB

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS

ASSEMBLEIA GERAL

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

De harmonia com o art.º 25.º e alínea b) do art.º 24.º dos Estatutos convoca-se a Assembleia Geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas — em sessão extraordinária — a realizar no dia 15 de Dezembro de 1976 em todos os distritos da área do Sindicato, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

ORDEM DE TRABALHOS:

PONTO ÚNICO: VOTAÇÃO; POR ESCRUTÍNIO SECRETO DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS NA ASSEMBLEIA GERAL DE 15 DE OUTUBRO DE 1976, DEVENDO PARA O EFEITO FUNCIONAREM URNAS DE VOTOS EM TODOS OS DISTRITOS DA ÁREA DO SINDICATO.

As Mesas de Voto funcionarão nos locais e horários seguintes:

a) — Em Lisboa — no Pavilhão dos Desportos — das 8 horas às 24 horas
b) — Nos restantes distritos — Em todas as delegações das 12 horas às 24 horas.

Lx, 2/12/76

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
a) **Alberto Martinho Gonçalves**

CAMARADAS.

Para conhecimento de todos transcrevemos o teor do requerimento da Assembleia Geral convocada pela Direcção e pelo Conselho Fiscal:

Exm.º Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

A Direcção e o Conselho Fiscal do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas expõem e requerem o seguinte:

1. Em 15 de Outubro de 1976 realizou-se uma Assembleia Geral Extraordinária, que deliberou:

a) — Apoiar intransigentemente a Direcção do nosso Sindicato na luta que vem travando pela autonomia, democraticidade e unidade orgânica do Movimento Sindical Português;
b) — Identificar-se com os princípios e propostas decorrentes da Carta Aberta;
c) — Não reconhecer a chamada «Comissão Nacional Organizadora Provisória» nem qualquer das deliberações antidemocráticas da reunião de direcções sindicais que teve lugar no Instituto Superior Técnico no passado dia 4 de Setembro;
d) — Repudiar as calúnias que vêm sendo difundidas a partir do Secretariado da Intersindical sob a capa da denominada «Comissão Nacional Organizadora Provisória»;
e) — Que o nosso Sindicato não se faça representar no II Congresso da Intersindical, mesmo que designado «Congresso de Todos os Sindicatos para a Unidade, pela Reestruturação da Intersindical...» e continue a lutar pela construção da verdadeira Central Sindical Única, democrática e independente segundo os princípios decorrentes da Carta Aberta;
f) — Que não se paguem quaisquer quotas à Intersindical, vencidas ou vincendas, enquanto aquela organização se mantiver como barreira à construção da verdadeira Central Única representativa dos trabalhadores portugueses.

2 Perante solicitação de 713 associados, o presidente da MAG convocou uma outra Assembleia Geral Extraordinária, que se reuniu em 23 de Novembro de 1976, *com idêntica Ordem de Trabalhos.*

Os subscritores do requerimento para essa Assembleia, invocaram como fundamento ter a Assembleia Geral do dia 15 de Outubro originado «grande divisão entre os trabalhadores». Além disso, revelaram possuir dúvidas sobre o resultado da votação da moção aprovada, cujas conclusões deliberativas atrás se transcreveram.

Nestas condições, com a realização da mesma Assembleia de 23 de Novembro pretendia revogar-se as deliberações anteriores, sob pretexto de ter havido irregularidades praticadas pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral. Tais irregularidades traduzir-se-iam, conforme se veio a revelar durante as intervenções havidas na última Assembleia e os comportamentos aí assumidos por parte dos grupos de associados contestatários da resolução da Assembleia anterior, fundamentalmente, *na suposta viciação do apuramento do resultado das votações.*

Entretanto, tendo surgido uma moção integrando uma questão prévia que visava a não continuação da mesma Assembleia do dia 23 de Novembro, fundamentada na existência da deliberação anterior e recente sobre a Ordem de Trabalhos, não tendo ocorrido motivos supervenientes e ponderosos que justificassem a reapreciação do assunto, logo a deliberação que a admitiu para discussão foi contestada por esses grupos de associados, com o mesmo pretexto de suposta viciação do apuramento do resultado da votação, mesmo depois de ter sido efectuada uma nova contagem em que intervieram, além dos secretários da Mesa, três associados (um dos quais requerente da mesma Assembleia que logo duvidou da honestidade de outro sócio com o argumento de o mesmo não pertencer a sindical).

Neste contexto, verifica-se que, por parte desses grupos de associados, existe uma contestação permanente e pertinaz dos resultados das deliberações assumidas naquelas Assembleias.

Por outro lado, além dessa contestação, revelam esses grupos o deliberado propósito de recorrerem a todos os processos, incluindo as arruaças, a violência a calúnia e o insulto para tentarem inverter a vontade já expressa pela maioria dos trabalhadores bancários interveniente na Assembleia do dia 15 de Outubro.

Tais processos de actuação perfeitamente condenáveis e inadmissíveis, visam, sem dúvida a intimidação e desmobilização dos trabalhadores abrindo caminho para a tomada do Sindicato por grupos não representativos e antidemocráticos.

A Direcção e o Conselho Fiscal, eleitos pela vontade expressa da esmagadora maioria dos trabalhadores bancários e conscientes das responsabilidades de que estão investidos, não podem permitir a persistência de tais práticas ilícitas desmobilizadoras e divisionistas e assistir, passivamente, à degradação e desprestígio das Assembleias Gerais provocadas por «meia dúzia» de oportunistas que tentam impor a sua vontade à grande massa dos trabalhadores que constituem o Sindicato. Contemporizar com tais práticas e processos, equivaleria a uma indesculpável demissão perante a própria destruição do Sindicato.

Por outro lado, o assunto fundamental sobre que versam as deliberações assumidas na Assembleia de 15 de Outubro foi objecto de larga discussão por parte dos trabalhadores. Na realidade, a participação ou não do Sindicato no Congresso dos Sindicatos, organizado pelo Secretariado da Intersindical, foi debatida, previamente, em toda a área abrangida pelo nosso Sindicato e até em elevado número de locais de trabalho. Igualmente, esse tema foi viva e profusamente debatido nos órgãos de comunicação social, podendo considerar-se plenamente clarificados todos os aspectos e posições assumidas.

Nestas circunstancias, de modo algum se justifica a continuação da Assembleia que teve que ser suspensa mesmo antes de deliberar se deveria ou não entrar na própria Ordem de Trabalhos. De resto, elevado número de trabalhadores presentes nessa Assembleia manifestaram, claramente, a vontade de ultrapassar o problema através de uma votação que cobrisse toda a área do Sindicato, com voto directo e secreto.

Ora, conforme já se salientou, a contestação dos indicados grupos incide, fundamentalmente, sobre as deliberações assumidas na Assembleia de 15 de Outubro. Por isso, devem estas deliberações ser submetidas a uma votação mais ampla e segura, de modo a que todos os associados possam manifestar-se sobre o seu conteúdo.

Essa votação deve realizar-se em Assembleia Geral com mesas de voto em todas as sedes dos distritos da área do Sindicato, de modo a colher-se a vontade de todos os associados, com genuidade, certeza e segurança.

Deste modo, a Direcção e o Conselho Fiscal requerem a convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária, de acordo com os princípios atrás enunciados e com a seguinte Ordem de Trabalhos:

ÚNICO: VOTAÇÃO, POR ESCRUTÍNIO DIRECTO E SECRETO DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS NA ASSEMBLEIA GERAL DE 15-10-1976, DEVENDO, PARA O EFEITO FUNCIONAREM URNAS DE VOTOS EM TODOS OS DISTRITOS DA ÁREA DO SINDICATO.

Lx. 2 de Dezembro de 1976

A DIRECÇÃO
O CONSELHO FISCAL

Nacional

Um «tunnelier» para o Complexo de Sines

Em razão da programação relativa ao arranque do complexo urbano-industrial de Sines exigir que o abastecimento de águas seja executado com apreciável rapidez, irá ser utilizado na construção do adutor em tunel, pela primeira vez em Portugal, um equipamento mecânico denominado «Tunnelier», o qual tem sido utilizado em França e nos Estados Unidos na abertura de túneis deste tipo.

O «Tunnelier» é em si, uma máquina altamente sofisticada sob o ponto de vista técnico, que actua por meio de esmagamento de rocha e que tem um esquema de fixação com base num delicado sistema electrónico, sendo o controlo de avanço de perfuração, e as respectivas correcções de trajectórias, levadas a cabo por um sistema de raios lazer.

A utilização deste sistema proporciona, além da rapidez, condições excepcionais de trabalho, deixando, por outro lado de existir problema relativo ao conhecimento de qual o grau de afectação do conjunto rochoso em função das sucessivas explosões de desmonte.

A adução das águas, tomadas em Ermidas-Sado (Alto Sado), é um dos mais importantes elementos componentes do abastecimento de água ao complexo de Sines, sendo os outros a barragem de Morgavel e a estação de tratamento. Esta estação de tratamento de águas, com uma capacidade de 12 m3/s que a situará numa 2/a posição a nível europeu e numa das primeiras a nível mundial, irá utilizar técnicas muito recentes e altamente sofisticadas.

Quando do arranque da refinaria e do complexo petroquímico em 1979, que irão consumir consideráveis volumes de água tratada não potável, estará o abastecimento de águas a Sines apto a responder não só a esses consumos, como a outros também já previamente programados.

Com o propósito de proporcionar aos sectores técnicos de diversos organismos oficiais e privados a observação de modo de operar dos «Tunneliers», o Gas e a Aguasines (a empresa empreiteira) levam amanhã a efeito uma visita de trabalho aos estaleiros de Sines (S. Domingos).

Grupo de trabalho prepara Comissão de Reabilitação

..Por despacho do Primeiro-Ministro foi criado um grupo de trabalho encarregado de estudar e propor as medidas necessárias à rápida constituição e início de actividade da Comissão Permanente de Reabilitação.

O despacho alude à revisão do Decreto-Lei n.º 425/76, de 29 de Maio, de forma que a Comissão de Reabilitação possa efectivamente tornar-se instrumento adequado à realização da integração dos deficientes, consignada no art.º 71.º da Constituição da República.

O grupo de trabalho, que funciona junto do gabinete do Primeiro-Ministro, é constituído pelo dr. Henrique Santa Clara Gomes, dr.ª Maria de Lourdes Machado Faria, dr. João Sacadura Bote, dr. Jorge Ferreira Cardoso e dr. João Manuel Lomelino Vítor, este último em representação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Vão começar obras no Hospital de S. José

Foi lançado um concurso com vista à imediata execução dos trabalhos de reparação das coberturas do Hospital de S. José, cujo custo foi avaliado em 15 mil contos. A medida foi tomada na sequência das visitas do Primeiro-Ministro e ministro das Obras Públicas àquele hospital.

O lançamento desta obra representa o início de um conjunto de intervenções para a remodelação e beneficiação geral do Hospital, a definir no plano director em estudo pelos departamentos competentes da Secretaria de Estado da Saúde.

Os trabalhos deverão ser executados de forma a não prejudicar o funcionamento normal do Hospital, evitando-se a utilização de meios mecânicos a fim de preservar o sossego dos doentes.

Pinto Correia na R. F. A.

Partiu ontem para a Alemanha Federal o secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, eng.º Álvaro Pinto Correia, que na sua viagem de trabalho é acompanhado pelo presidente da Comissão Coordenadora das Empresas de Construção Civil e pelo seu chefe de gabinete.

Na sequência do acordo assinado pelo ministro da Habitação, Urbanismo e Construção com o grupo de empresas «Neue Heimat», o eng.º Pinto Correia aproveitará a estadia em Hamburgo para estar presente à ultimação dos actos necessários à constituição de uma empresa portuguesa, na qual participará o citado grupo e que, no âmbito da cooperação luso-alemã, visará sem fins lucrativos o estudo, obtenção de meios financeiros e lançamento de empreendimentos de desenvolvimento urbano, saneamento, equipamento social, etc.

Em BUARCOS o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na PAPELARIA SATÉLITE

Nacional

Um momento da mesa-redonda, com Joaquim Letria a moderar

ONTEM À NOITE NA TV

Dirigentes de quatro partidos debateram acto eleitoral

Perante as câmaras da televisão reuniram-se ontem os dirigentes dos quatro principais partidos portugueses para falar sobre as eleições do passado domingo. Mário Soares, secretário-geral do P.S., Sá Carneiro, presidente do P.S.D., Álvaro Cunhal secretário-geral do P.C.P. e Freitas do Amaral presidente do C.D.S. discutiram acaloradamente os resultados eleitorais, cada um reivindicando para si os principais ganhos nas eleições.

Mário Soares salientou os bons resultados conseguidos pelo Partido Socialista, «que não sofreu a erosão do poder», bem como a implantação nacional que o P.S. tem. Realçou nomeadamente a importância dos ganhos socialistas, na zona da Reforma Agrária e em centros industriais.

Álvaro Cunhal referiu o movimento para a esquerda que se verificou no eleitorado, afirmando nomeadamente que a Frente Eleitoral Povo Unido registou um sucesso considerável. Sucesso que, segundo afirmou, tem uma importância fundamental no Alentejo onde assume o significado de defesa intransigente da Reforma Agrária.

Sá Carneiro considerou significativo o facto do seu partido deter, na altura o maior número de presidências das câmaras, afirmando ainda que o seu partido tinha perdido para outros partidos 22 concelhos e ganho 33.

Freitas do Amaral defendeu que o C.D.S. tinha obtido um maior número de votos em relação a Abril, considerando também preocupante que se tenha verificado um tão grande número de abstenções, que causam «repercussões muito negativas na consolidação da democracia no nosso país».

A segunda parte do programa, que foi conduzido por Joaquim Letria, levou a um debate muito vivo sobre a consequência dos resultados eleitorais relacionados com a actual situação política.

Várias intervenções de Mário Soares e de Sá Carneiro deb ruçaram-se sobre a situação nos Açores onde, segundo o primeiro-ministro, existe um ambiente que não é favorável à consolidação da democracia.

O debate incidiu depois sobre as questões económicas e a situação financeira.

Álvaro Cunhal, Sá Carneiro e Freitas do Amaral, com diferentes perspectivas naturalmente, criticaram a política do Governo. O secretário-geral do P. C. P., afirmou que o actual governo não resolve os problemas económicos e financeiros e fez sérias críticas à política de austeridade definida pelo Governo, apresentando nomeadamente as razões pelas quais o seu partido não apoiará, na Assembleia da República, a transformação de parte do 13.º mês em títulos do Tesouro. Cunhal debruçou-se também sobre a situação no Alentejo, condenando a política seguida pelo Ministério da Agricultura, que considerou como destinada a pôr fim à Reforma Agrária.

Freitas do Amaral depois de afirmar que a Assembleia da República terá de passar a ser um centro mais efectivo do poder político, após o que examinou de forma exaustiva a política económica do Governo que caracterizou de indefinida.

A terminar falou Mário Soares que defendeu a política económica do Governo, nomeadamente no que respeita à Reforma Agrária, salientando que «o Governo conseguiu modificar o clima existente no país, sem violências nem perturbações, apelando à compreensão das massas trabalhadoras, que, em muitos casos, corresponderam».

AINDA O «NEW YORK TIMES»

Americanos insistem na coligação P. S.-P. S. D.

NOVA IORQUE, 14 — (R-DL) — Retomando uma ideia, anunciada já várias vezes no corrente ano, o diário desta cidade, «New York Times», sugere a sua edição de hoje uma coligação de socialistas e sociais-democratas como a «melhor perspectiva possível para uma estabilidade política em Portugal».

Num editorial intitulado «retraimento em Portugal», o jornal dizia que a «tarefa de construir um sistema democrático durável, após 50 anos de Estado corporativista seria formidável...», e refere que «a desilusão do eleitorado com a nova democracia foi reflectida nas eleições locais por uma abstenção recorde de 35 por cento», para concluir que uma «coligação de socialistas e pepedês seria, aparentemente a melhor perspectiva possível para uma estabilidade política, para a recuperação económica e para o desenvolvimento, e para reforçar a inesperiente democracia de Portugal contra ataques de qualquer dos extremos do espectro...».

«TIMES» SALIENTA MAIORIA PS-PCP

Para o «Times» londrino, Mário Soares «tem boas razões para se sentir aliviado com os resultados eleitorais». O jornal cVOnsidera que «uma severa derrota para os socialistas nas eleições teriam tornado impossível ao Governo continuar».

«Os socialistas — continua o «Times» — perderam mais votos para os comunistas do que para os sociais-democratas, e os socialistas e comunistas representam agora uma maioria de eleitores».

Como a Imprensa estrangeira viu as eleições de anteontem

A posição do Partido Socialista depois das eleições para as autarquias locais é o principal motivo de comentário em alguns jornais estrangeiros. Assim o editorial do «Times» de hoje salienta que o Primeiro-Ministro português tem motivos para se sentir aliviado com os resultados das eleições para as autarquias locais, acrescentando: «O Primeiro-Ministro notou sem dúvida que os socialistas perderam votos a favor dos comunistas... e que os socialistas e comunistas, no conjunto, representam agora uma maioria dos eleitores».

Referindo-se às abstenções o «Times» manifesta a opinião de que elas podem explicar-se pelo facto das eleições serem somente locais, mas também por «uma certa desilução com os resultados até aqui alcançados pela democracia». E acrescenta, a terminar: «A melhor esperança para Mário Soares é continuar o equilíbrio, sem novas preocupações eleitorais a curto prazo. Deve poder e ser encorajado a dirigir todas as suas energias para a recuperação económica de Portugal».

EM FRANÇA

Também em França os comentadores da Imprensa diária se debruçam sobre os resultados das eleições portuguesas.

O órgão oficial do Partido Comunista Francês afirma que a conclusão de Mário Soares de que os eleitores deram o seu aval ao Governo minoritário do Partido Socialista é «apressada». «Perante os graves problemas políticos e sociais que Portugal enfrenta, como se poderá governar com 33 por cento dos sufrágios e recusar toda a unidade de acção com o resto das forças operárias e democráticas?» interroga-se o jornal comunista, que conclui afirmando: «O anticomunismo de Mário Soares não é proveitoso nem para o seu partido nem para Portugal».

O «Quotidien de Paris» (independente de esquerda) considera os resultados das eleições como decepcionantes para o Partido Socialista, já que este partido, se não perdeu votos significativos, também não os ganhou. «Sem ter sido reprovado ou confirmado, o Partido Socialista continua senhor da partida, mas não ganhou argumentos para defrontar a sua direita e a sua esquerda», afirma o jornal.

Também «Le Figaro» (de direita) considera que os resultados das eleições de domingo mantêm a estreita margem de manobras dos socialistas portugueses, que têm de enfrentar um Partido Comunista «mais poderosos e consequentemente mais agresssivo».

Protestos no Funchal

FUNCHAL, 14 — O acto eleitoral decorreu sem incidentes mas não sem reclamações. O facto de algumas urnas estarem fechadas com cordeis e, até, com fita gomada, provocou protestos da parte de elementos afectos aos GDUP's.

Contactado o delegado local da Comissão Nacional de Eleições, tenente coronel Ramiro Morna, este providenciou para que o problema fosse resolvido imediatamente.

Por outro lado, a alta percentagem de abstencionismo verificada (só votaram 55 por cento dos eleitores) atribuiu-se ao facto de em muitas regiões, sobretudo do interior da ilha da Madeira, os eleitores terem que se deslocar, em más condições, percorrendo longos percursos, para chegar às secções de voto.

Não acons. a m. 18 anos

ADOQUE

A GRANDE CEGADA

UMA SENSACIONAL REVISTA PLURAL E SINGULAR!

6.º MÊS !

ÚLTIMAS!

Hoje, às 20.30 e 22.30 h.

Domingos e feriados «Matinées» às 16 h.

QUARTA-FEIRA:

Descanso da Companhia

★

NO DIA 19

O ESPECTÁCULO INFANTIL

«OS OPERÁRIOS DO NATAL»

teatro do bairro alto

R. Tenente Raúl Cascais 1-A (ao Rato)
Tel. 66 15 15. 66 92 05

Teatro da Cornucópia

Alta Austria de Franz-Xaver Kroetz

AMANHÃ ESTREIA

SÓ 10 ESPECTÁCULOS

Dias:
15, 16 e 17, às 21.30
18 e 19, às 18 h. e às 21.30 h.
20 21 e 22 às 21.30 h.

2 SALAS
2 ESPECTÁCULOS

OS CÍMICOS

APRESENTAM

«Do Teatro ao Cais Sodré»

de JOSÉ DANIEL RODRIGUES DA COSTA

Encenação de FERNANDO HEITOR

TODOS OS DIAS ÀS 21.45

INSTALADO NA ALAMEDA D. AFONSO HENRIQUES

TODAS AS NOITES ÀS 21.30 H. (JUNTO AO CINEMA IMPÉRIO)

O PÚBLICO CONTINUA A APLAUDIR COM GRANDE ENTUSIASMO A NOVA COMPANHIA DO MAIOR E MAIS ALEGRE ESPECTÁCULO DO ANO

CIRCO MARIANO

(O VOSSO CIRCO)

EMP. HENRY TONY

VENHAM VER EM TODOS OS ESPECTÁCULOS, A ALEGRIA DAS CRIANÇAS E ADULTOS

HEIDI • PEDRO • AVÔ ALP • YUKI

• DUAS PARELHAS DE PALHAÇOS •

"OS ELIZABETH'S E CAMPOS FILHOS"

1.ª vez em Portugal vindos dir. de Inglaterra "OS ELEFANTES BEBÉS"

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Convoco, para efeitos do preceituado no art.º 33, alínea c), dos Estatutos deste Sindicato, a sua Assembleia Geral Ordinária, para o dia 29 do corrente, pelas 21 horas, em Setúbal no Pavilhão do Clube Naval Setubalense, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Apreciação e deliberação do Orçamento Geral para 1977; e
2 — Apreciação e deliberação de Orçamento Suplementar de 1976.

IMPORTANTE: A Assembleia terá início à hora marcada com qualquer número de presenças, sendo indispensável a apresentação do cartão de sócio.

Barreiro, em 13 de Dezembro de 1976

O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral
João Maria Sovelas

PUB

Sindicato dos Trabalhadores de Comércio e Serviços do Distrito de Santarém

Rua 1.º de Dezembro, 64-2.º — Santarém — Telef : 25307

CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES

COMPARECE E PARTICIPA NAS REUNIÕES DA TUA ZONA NOS LOCAIS DE TRABALHO, NOS PONTOS DE CONVÍVIO, DISCUTE O CONGRESSO

CAENDÁRIO DAS REUNIÕES CONCELHIAS

TOMAR	— DELEGAÇÃO DO SINDICATO Av. Egas Moniz—Lote 3.º r/c Es.º	—Dia 15/12 às 21 h.
ABRANTES	—CENTRO DE CULTURA POPULAR—	» 15/12 às 21 h.
T. NOVAS	—UNIÃO SINDICAL Rua Mouzinho Albuquerque	— » 15/12 às 21 h.
V. N. OURÉM	—SALÃO DOS BOMBEIROS	— » 15/12 às 21 h.
CORUCHE	—BIBLIOTECA	— » 16/12 às 21 h.
CARTAXO	—CASA DO POVO	— » 16/12 às 21 h.
SANTARÉM	—INATEL (Campo da Feira)	— » 16/12 às 21 h.
BENAVENTE	—SALÃO DA CÂMARA MUNICIPAL—	» 16/12 às 21 h.

Para analisar e discutir em função do **CONGRESSO DOS SINDICATOS:**

a) ESTATUTOS DA INTERSINDICAL NACIONAL
b) PROGRAMA DE ACÇÃO
c) LEI SINDICAL

UM CONGRESSO PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES UMA ÚNICA CENTRAL DEMOCRÁTICA E INDEPENDENTE

A DIRECÇÃO

Nacional

VEM AÍ LIVROS NOVOS

Diabril mantém linha de divulgação progressista

A época editorial de 76/77 da DIABRIL, cooperativa editorial criada em Abril de 1975 e que a partir de então marcou no panorama editorial português uma posição de grande relevo, anuncia-se particularmente recheada de novos títulos e de novas colecções, procurando assim a DIABRIL ir ao encontro das necessidades do público em ordem a uma divulgação cultural progressista e actuante.

José Gomes Ferreira, o grande poeta e escritor do nosso tempo, continua a ser um dos autores mais editados da DIABRIL. E a confirmá-lo está o lançamento de mais um inédito deste escritor. Trata-se de «O Sabor das Trevas», romance-alegoria dos tempos amargos, como José Gomes Ferreira lhe chamou e que constitui, na sua bibliografia, algo de inteiramente novo. «O Sabor das Trevas», que acaba de ser posto à venda, será, pela sua originalidade, um grande acontecimento literário.

Mas de José Gomes Ferreira sairão ainda até ao fim do ano três reedições: a 7.ª edição de «Aventuras de João Sem Medo», e ainda novas edições de «O Mundo dos Outros» e «Tempo Escandinavo». Um pouco mais para diante sairá, com grande impacto segundo se espera, a edição definitiva da OBRA poética de José Gomes Ferreira, subordinada ao título genérico «O Poeta Militante».

Manuel da Fonseca, outro grande escritor português, de quem a DIABRIL passou a ter o exclusivo da edição, publicará brevemente na DIABRIL mais um inédito: «Café, Vila, Bagaço». De Manuel da Fonseca sairão algumas reedições, a primeira das quais será «O Fogo e as Cinzas». Na sua já conhecida colecção «Teoria e Prática», que tem publicado alguns dos textos fundamentais sobre política portuguesa dos últimos dois anos sairá, dentro de dias, um livro que constituirá um grande acontecimento político e editorial. Trata-se de uma obra de um político em foco: António Lopes Cardoso, ex-ministro da Agricultura. O destacado militante e deputado socialista quis deixar à Diabril a prerrogativa de editar o seu livro «LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA», depoimento corajoso de um homem coerente e justo que soube, durante toda a sua vida, e, especialmente, no tempo em que permaneceu à frente do Ministério da Agricultura, seguir uma política de esquerda, que sempre colocou a Reforma Agrária como uma das principais metas a prosseguir na Revolução Portuguesa.

Como co-autor de «Luta Pela Reforma Agrária» aparece o jornalista J. Cândido de Azevedo, nosso camarada de redacção, responsável pela coordenação e anotações de «Luta pela Reforma Agrária». Trata-se de um livro polémico e de extraordinário interesse, no momento político que atravessamos.

Ainda na mesma colecção «Teoria e Prática», saiu recentemente um trabalho de J. Cândido de Azevedo intitulado «A Ofensiva do Capital e a Luta pelo Socialismo», outro livro particularmente actual. No momento em que as forças da direita, a CIP e a CAP, intensificam a sua ofensiva contra as conquistas da Revolução de Abril, «A Ofensiva do Capital e a Luta pelo Socialismo» é um livro indispensável, pelo contributo que dá não só para a compreensão da situação político-económica que atravessamos, como ainda para fazermos frente, com êxito, àquela ofensiva. No seu livro, J. Cândido de Azevedo aborda a questão dos principais interesses dos grupos económicos portugueses nas ex-colónias.

A Diabril anuncia ainda a publicação para breve de duas obras de inegável interesse: **Portugal, dois anos de revolução na economia, de Eugénio Rosa** e **Contra-poder e revolução**, de Fernando Pereira Marques.

Na colecção TEMAS DA CONSTITUIÇÃO, dirigida pelos drs. Artur Maurício e Rui Pinheiro, foram já publicados **A Constituição e o Processo Penal** da autoria daqueles dois juristas e **A Constituição, alguns conceitos fundamentais,** do dr. Luís Carvalho Oliveira. Esta colecção cujo ineditismo e oportunidade tem sido comummente aceite prosseguirá com a saída de mais 18 volumes sendo os próximos **A Constituição e o Direito ao Trabalho,** dr. Pedroso de Lima, **A Constituição e o Direito Agrário,** do dr. Dimas de Lacerda e **A Constituição e as organizações populares de base,** do dr. Fernando Luso Soares.

Na colecção Extra acabam de ser publicados **Reino velho com emenda,** do historiador António Borges e **Que socialismo? Que Europa?**, uma colectânea das principais teses e debates apresentados no colóquio internacional do GIS.

Em Antologias Poéticas foi lançada há poucos dias a **Antologia Poética, de Armando Silva Carvalho**, um dos mais importantes jovens poetas da actualidade.

Iniciou a DIABRIL uma baratíssima colecção de apoio escolar que intitulou **Páginas exemplares** e cuja direcção pertence a Fernando Luso Soares. Trata-se de textos de clássicos portugueses cuja leitura é fundamental para os estudantes. Foram já publicados e encontram-se praticamente esgotados o **Sermão de Santo António aos peixes** e o **Sermão da Sexagésima,** em versões integrais do Padre António Vieira e ainda **A guerra e o bilhar, sátiras e sonetos,** de Nicolau Tolentino a que se seguirão excertos do **Verdadeiro Método de Estudar**, de Verney, **Sermões**, do Padre Manuel Bernardes, **Poesias**, de Rodrigues Lobo, etc.

Em outra colecção, agora iniciada, destinada à juventude pretende a DIABRIL publicar os «grandes clássicos da aventura», cuja perenidade seja indiscutível. Lançados já **Os cavaleiros da Cruz,** de Sienkiewicz e **Tartarim de Tarascon,** de Daudet a que se seguem brevemente **Aventuras de Lagardère**, de Paul Féval, **Os cavaleiros da Távola Redonda** e outras obras que fizeram a delícia dos jovens de há quarenta anos e farão ainda o encanto dos seus filhos.

Mas, no sentido de abranger o maior leque de leitores, vai a Diabril lançar dentro de dias a sua colecção infantil que se inaugurará com **Histórias de Bubu** de Isabel da Nóbrega **As Pernas Mágicas,** de Barata Fernandes, com ilustrações de Manuela Bacelar, e ainda uma publicação mensal intitulada **Os porquês,** da autoria de Orlando Neves, com ilustrações de Gil Perdigão.

Noutros sectores a DIABRIL anuncia para este ano ainda o início da sua colecção de **Dicionários** que começará a publicação, em quatro volumes, de um **Dicionário Económico-Social,** baseado numa publicação original do Centro de Recherches Marxistes (C.E.R.M.) de Paris e a que se seguirão outros temas de interesse indiscutível, ainda sem correspondente edição em português, de que se pode salientar a edição de um dicionário de política, de origem romena.

Na intenção de colocar à disposição do público, obras de ficção, a DIABRIL vai lançar ainda antes do Natal, uma colecção a que chamou de **Cordel**, na qual, a preços muito baratos e em formato mais pequeno que o livro de bolso, com excelente apresentação gráfica, sairão **A vendeta**, de Balzac, **Noite de Natal**, de Gogol, e **3 Histórias fantásticas**, de Dickens, Merimée e Verlaine. Mas, a partir de Janeiro, a DIABRIL lançará uma colecção de ficção de autores modernos, portugueses e estrangeiros, que abrirá com um romance de Volker Braun, um dos mais importantes autores contemporâneos da R.D.A.

Numa nova colecção, especialmente destinada à análise dos problemas sexológicos feita por especialistas de indiscutível probidade científica, espera a DIABRIL lançar, brevemente, três importantes obras que se encontram já em tipografia: **A Homossexualidade Masculina,** do dr. Hans Giese, **A Homossexualidade Feminina**, do dr. Frank Caprio, e **Metafísica do Sexo,** do dr. Julios Évola.

Nas restantes colecções de saída regular tem ainda a DIABRIL em produção prevista, muitos outros títulos em que, mantendo a sua característica fundamental, dará preferência em grande percentagem à autoria portuguesa, indo iniciar-se ainda uma série de cadernos de orientação político-profissional cujo impacto deverá ser bastante forte por corresponder a uma necessidade que se sente junto dos trabalhadores portugueses.

Esta grande actividade da DIABRIL ao nível editorial será complementada por um trabalho que pertence por inteiro aos seus sócios, com uma animação cultural que se pretende alargar a todo o País. Na verdade, os autores e sócios da DIABRIL não são meros escritores cujo trabalho se esgota na factura de obras. Um vasto plano de realizações de colóquios, sessões de convívio, debates, está a ser planeado para o próximo ano e nele vão colaborar todos os autores da DIABRIL que, desta forma, pretendem alargar a sua actividade de dinamização cultural.

De resto, este é um apelo que se lança: está a DIABRIL disposta, bem como os seus autores, a que esta actividade se transforme numa vasta dinâmica. Para tal necessita que livrarias ou associações culturais ou de trabalhadores a contactem para que se possa programar, a longo prazo, uma actividade de maior alcance.

Em FARO o DIARIO DE LISBOA vende-se na PAPELARIA-LIVRARIA MAGALHÃES

Nacional

Funcionários da Polícia Judiciária rejeitam projecto de reestruturação

Em assembleia geral, os funcionários da Polícia Judiciária deliberaram rejeitar na íntegra o projecto de reestruturação daquela polícia, enviado pelo ministro da Justiça ao Conselho de Polícia para apreciação. Ignora-se ainda qual o parecer do referido Conselho, que recebendo o projecto no dia 7, tinha uma semana para emitir o respectivo parecer. Tudo parece indicar que o Conselho nada resolveu, pois alguns dos seus elementos decidiram convocar uma assembleia a que estiveram presentes delegados das Subdirectorias do Porto e de Coimbra para discutir o mencionado anteprojecto de reestruturação, repudiando-o e aprovando a seguinte moção:

. «Dado que o anteprojecto emanado do Gabinete do senhor ministro da Justiça, datado de 6/12/76, para reestruturação da Polícia Judiciária necessita de completa reformulação, atendendo à inconstitucionalidade de alguns dos seus artigos e que outros são atentórios da dignidade da carreira profissional dos funcionários da investigação e, portanto, fortemente desmobilizadores, denuncia-se, desde já, ao senhor Presidente da República, Primeiro-Ministro, ministro da Justiça e aos órgãos de Comunicação Social, todo o articulado do referido anteprojecto, que mais não é do que uma alteração ao Decreto-Lei n.º 35 042/45 e pede-se além da suspensão do aludido anteprojecto, a imediata criação de um grupo de trabalho, do qual não poderão ser afastados os trabalhadores da Polícia Judiciária, laboratório e serviços administrativos que, no mais curto prazo de tempo, apresente um verdadeiro projecto de reestruturação da mesma, de modo a que possa desempenhar-se digna e capazmente das funções que lhe competem na defesa dos direitos do Povo Português».

A assembleia, que se reuniu ontem ao fim da tarde, aprovou também duas propostas, uma dos funcionários do Porto outra de Coimbra, ambas requerendo que fosse aprovada uma petição a apresentar ao ministro da Justiça para que fosse nomeado director da Polícia Judiciária, ou director-geral, caso venha a ser esta a designação a atribuir ao responsável por aquela corporação, o dr. José Manuel de Matos Fenandes que exerceu aquelas funções até princípios de Maio último em que pediu a sua exoneração após cerca de um ano de exercício a contento da esmagadora maioria dos funcionários.

Os elementos do Conselho de Polícia que tomaram parte na assembleia farão hoje seguir a moção e a petição.

Como ao fim de mais de duas horas, a assembleia não chegasse a concluir a sua agenda de trabalhos, foi a mesma adiada para continuar hoje, tendo em vista a nomeação de uma Comissão de Trabalhadores que defenda os interesses de todos os funcionários e o Grupo de Trabalho que elabore o que designam por «um verdadeiro projecto de reestruturação da Polícia Judiciária», pois entendem que são eles quem, conhecendo os reais problemas de serviço e as suas carências, melhor poderão indicar as reformas que se impõem.

De salientar que na assembleia, apenas estiveram presentes três inspectores (estes são licenciados em Direito) um dos quais o dr. Santos Carvalho, eleito por unanimidade para presidir à mesa, havendo os restantes saído pouco depois do início. Lembra-se que em Lisboa existem cerca de quinze inspectores.

Recorda-se também que o lugar de director da Polícia Judiciária está vago desde o dia 7 do corrente, data em que foi conhecido o pedido da exoneração do dr. José Henrique Ferreira Vidigal, na altura relacionado com a assembleia geral dos funcionários da Polícia Judiciária que se efectuara na véspera: o director afirmara não existir nem sequer o embrião do projecto de reestruturação, e que o facto de no dia 7 ter dado entrada o agora controverso anteprojecto veio demonstrar, pelo menos, que estranhamente o director desconhecia a sua existência. Porém, fontes responsáveis garantem que o dr. Henrique Vidigal já havia solicitado a sua exoneração do cargo desde a visita que o Presidente da República fizera às instalações da P.J., em 26 do mês findo.

Actualmente, ocupa o cargo de director o dr. Miguéis Garcia, por ser o director adjunto, competindo-lhe desempenhar aquelas funções na ausência ou impedimento do titular.

NAS JORNADAS DE GERONTOLOGIA

Reclamada pensão da terceira idade

«Toda a pessoa cuja idade a torna mais ou menos incapaz de um trabalho lucrativo deve beneficiar de uma pensão que lhe assegure decentes meios de existência, afirmou o brigadeiro João Quintela, relator das conclusões das Jornadas de Gerontologia Social que, no passado sábado, terminaram no Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional.

«O hospício, a mansão, o lar residencial de velhos com atmosfera de caserna são inaceitáveis», afirma igualmente o texto do encontro que, no respeitante ao alojamento, defende que não sendo possível suportá-lo pelas próprias posses, deverá constituir um encargo da colectividade.

Outra das conclusões importantes do Encontro aponta para a constituição de um organismo central que apresente às entidades superiores trabalhos, projectos, conclusões elaboradas pelos representantes de todas as actividades nacionais em matéria de problemas de velhice. Foi ainda preconizada a realização de jornadas de estudo, por representantes qualificados dos conselhos nacionais do maior número impossível de países do mesmo tipo das que acabam de se efectuar.

Nas conclusões defende-se que os problemas da Terceira Idade assumem sete aspectos diferentes: situação demográfica; modalidades de alojamento; cuidados na doença; organização do trabalho das ocupações e distracções; regimes económicos; formação de pessoas e primeiras acções a realizar.

Comerciantes de carne exigem participação na administração da J. N. P. P.

Cerca de cem mil comerciantes de carne reuniram-se ontem em plenário nacional nas instalações da F.I.L., com o objectivo de analisar a situação de abastecimento e comercialização de carnes, e tomar directivas face à grave situação criada pela falta do produto.

Durante o encontro promovido pela comissão nacional dos comerciantes de carne foi decidido pressionar o Governo no sentido de importar carne de vaca congelada em quantidade e de liberalizar o autoabastecimento em todo o País, para além da actualização dos preços das carnes verdes. Foram igualmente dirigidos ataques à Junta Nacional dos Produtos Pecuários.

A Associação dos Comerciantes de Carne do Conselho de Lisboa fez aprovar pela assembleia a incorporação de um representante de cada um dos sectores das carnes, respectivamente, comercialização, indústria e produção, na Administração da Junta dos Produtos Pecuários.

Os ataques dirigidos à J.N.P.P. denunciaram o seu «conhecimento e colaboração em diversos casos que degradam o sector», como seja abate sem controlo, por todo o País, péssima distrituição de carne disponível pelos diversos concelhos, autorização de abate de suínos em matadouros particulares, importação de gado dos Açores, abate ilegal por falta de inspecções e a má actuação dos seus delegados.

Foi igualmente exigida a prestação de contas por parte da J.N.P.P. da sua actividade financeira em 1975 e 1976.

No final dos trabalhos, a dr.ª Olga Raposo Correia técnica da SECI e que representava o Ministério afirmou estar aquela Secretaria de Estado consciente dos graves problemas expostos, estando em elaboração a alteraçao as leis actuais, embora o processo fosse complexo e muito difícil por necessidade de intervenção de muitos outros departamentos governamentais.

Contestada a Ordem dos Médicos

Cerca de centena e meia de médicos reunidos na Aula Magna do Hospital de Santa Maria contestaram a Ordem «pela feição corporativa que assume», e reconheceram apenas legalidade ao Sindicato Médico da Região Sul.

Segundo uma informação do dr. António Galhordas, correm actualmente três processos contra os actuais corpos gerentes da Ordem por ilegalidades praticadas em nome da classe. A assembleia geral marcada para o próximo dia 18 foi igualmente considerada ileggal pelos médicos reunidos em Santa Maria, que vão prosseguir estas reuniões de combate ao corporativismo da Ordem e defesa das «regras constitucionais e da legislação sindical».

Medina Carreira fala hoje na TV

O ministro das Finanças, Medina Carreira, fará hoje, através da RTP, uma comunicação ao País.

Embora não se saiba exactamente quais os temas escolhidos pelo ministro, julga-se que abordará o problema do pagamento de parte do 13.º mês em titulos do tesouro admitindo-se, ainda, que exponha alguns problemas relacionados com a situação do País, nomeadamente no que se refere à quebra das receitas provenientes dos impostos.

Não se prevê, porém, que sejam sanadas algumas dúvidas ultimamente levantadas acerca das condições em que o País contraiu empréstimos no estrangeiro. A estas dúvidas ou, melhor, ao pouco que se sabe acerca das condições em que foram contraídos os empréstimos, referiu-se um dos secretários-gerais de partidos políticos que ontem estiveram presentes na mesa-redonda organizada pela RTP.

A exposição do ministro Medina Carreira terá lugar às 21.30.

Campanha de fiscalização do imposto complementar

. . Ao fim de um mês de campanha de fiscalização do imposto complementar, incidindo apenas sobre o imposto de 1974, regista-se o levantamento de 8664 autos de transgressão com base na falta de apresentação da declaração ou na omissão de rendimentos nas que foram apresentadas — diz um comunicado do Ministério das Finanças.

O texto lembra ainda aos contribuintes em falta as vantagens que têm de legalizar rapidamente a sua situação, uma vez que, apresentando a declaração, beneficiam de uma redução substancial na multa aplicada, desde que o façam antes de levantado o auto.

Em PORTIMÃO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na CASA INGLESA

Instituto dos Cereais fixou preço do milho

O preço do milho para a campanha de 1976-77 foi superiormente fixado em 6$00 — diz uma nota do Instituto dos Cereais. De acordo com a mesma nota a abertura dos silos, celeiros e armazéns do Instituto de Cereais para a recepção do cereal far-se-á hoje, encerrando a 31 de Maio.

No acto de entrega, diz ainda a nota do Instituto, é necessário respeitar duas formalidades: apresentação do cartão de produtor, passado pelo Instituto dos Cereais, e entrega de uma única declaração de venda do cereal na altura da recepção, da qual deverá constar a totalidade do cereal que se pretende entregar desta colheita.

As declarações de venda terão de entrar nos serviços regionais do Instituto até 31 de Janeiro. As normas que regularão a entrega do milho vão ser, de imediato, transmitidas aos serviços regionais, onde poderão ser consultadas.

Roubados 150 contos

. VIANA DO CASTELO, 14 — Quando se encontrava em casa sózinha, aguardando que os pais voltassem da missa, Clotilde de Costa Ribeiro Covas foi vítima de gatunos que, revelando-se conhecedores dos hábitos da família, se introduziram em sua casa de onde roubaram 150 contos.

O caso reveste-se de características insólitas, porque o primeiro dos assaltantes lançou fumo de um cigarro narcotizado para a cara da vítima que lhe ofereceu resistência, acabando por ser golpeada nos braços e nas pernas.

Service
Service
Service
SERVIÇOS
TÉCNICOS PHILIPS
NOVOS NÚMEROS DE TELEFONE

LEVAMOS AO CONHECIMENTO DOS NOSSOS CLIENTES E DO PÚBLICO EM GERAL QUE OS NÚMEROS TELEFÓNICOS QUE SERVEM OS NOSSOS SERVIÇOS CENTRAIS EM OUTURELA — CARNAXIDE, PASSARAM A SER OS SEGUINTES:

218 00 50 (LIGADO PERMANENTEMENTE A UM GRAVADOR PARA REGISTO DE PEDIDOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOMICILIÁRIA)

218 00 71 (18 LINHAS — SERVIÇO GERAL)

férias de NATAL nos AÇORES 6950,
VISITANDO
S. MIGUEL, FAIAL e TERCEIRA
*
informações e inscrições:
mundial turismo
LISBOA: AV. ANTÓNIO AUGUSTO DE AGUIAR, 90-B TEL. 563521/22/23/24
PORTO: RUA ENTRE PAREDES, 17 TEL. 26544

PUB

NANY

Contactar URGENTE Assunto RODÉSIA

CENTRO HOSPITALAR DE COIMBRA

Rua do Cabido, 5-3.º — COIMBRA

Até ao dia 20 de Dezembro de 1976, aceitam-se propostas, separadas, em carta fechada e lacrada, para os fornecimentos seguintes:

1 — Pão
2 — Carne congelada
3 — Carne fresca
4 — Legumes
5 — Fruta
6 — Ovos
7 — Peixe fresco
8 — Peixe congelado
9 — Vinho, vinagre, cerveja e laranjada
10 — Géneros alimentícios

As condições estão patentes nos Serviços de Aprovisionamento, Rua do Cabido, 5-3.º — Coimbra.

OS SERVIÇOS DE APROVISIONAMENTO

Professores do Sul apresentam caderno reivindicativo ao M.E.I.C.

Dois representantes do Sindicato dos Professores da Zona Sul apresentaram ontem à tarde, no gabinete do secretário de Estado do Ensino Superior, professor Cruz e Silva, a proposta aprovada no plenário sindical do passado dia nove.

O chefe de Gabinete, que recebeu os representantes sindicais considerou «marcadas pelo irrealismo algumas das pretensões apresentadas». A título de exemplo: a revogação dos Decretos-Leis 768/76, 769-B/76 e 787-A/76, ratificados recentemente pela Assembleia da República.

No que respeita ao caderno reivindicativo apresentado recentemente ao M. E. I. C., o chefe de Gabinete de Cruz e Silva, salientou que «apesar de o mesmo ainda não ter sido estudado em pormenores», seriam no entanto, «aceites todos os pontos que implicassem uma maior qualificação e dignificação da docência e do próprio Ensino Superior e rejeitadas as várias sugestões que viriam permitir oportunismos de quem não demonstra inequivocamente possuir qualidades e conhecimentos científicos para ensinar no Ensino Superior».

Entretanto, a ANOP, citando fontes do MEIC, informa que a apresentação de uma proposta que redefine o estatuto de carreira docente, será apresentada pelo Governo, provavelmente no final de Janeiro próximo, para discussão na Assembleia da República.

Prevê o programa do Governo que o curso superior «disponha de especialistas de elevada craveira científica, técnica e cultural nos vários ramos do saber, os quais deverão ser condignamente remunerados para que os melhores se sintam atraídos pela Investigação e o Ensino, não preferindo como até agora, o exercício de actividades profissionais mais sedutoras e rendosas».

BIO MÉDICAS

PORTO, 14 Iniciam-se, amanhã, às 9 e 30, no edifício da Faculdade de Letras do Porto, as aulas no ano lectivo de 1976/77 do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, com uma lição do biologista António Barros Machado intitulado «O Homem como elemento modificador do ecosistema mundial».

ECONOMIA

PORTO, 14 A Direcção da Associação de Estudantes da F. E. P. emitiu ontem, um comunicado sobre o inquérito que a Reitoria pretende levar a efeito, considerando-o «uma monstruosa manobra antidemocrática, golpista e reveladora do grau a que, chega a falta de dignidade dos seus autores, uma infâmia imprópria de autoridades académicas e educativas».

Depois de salientar os condicionalismos externos que envolvem a realização do inquérito, como sejam «a repressão (encerramento da Faculdade), a violência (uso da força policial), a coacção e a chantagem», aquela Direcção diz ser falso e absolutamente nulo o inquérito.

Para melhor compreender a posição da Associação vejamos quais são as duas perguntas que constituem o inquérito: «Concorda com o impedimento do exercício de funções com ou sem o uso de violência na F.E.P.?», e «opôs-se à aplicação das leis na F. E. P.?». A propósito diz a Direcção da A. E. da F. E. P. que o não cumprimento da lei, foi concretizado na composição da C. D. P. e que o tal inquérito é substancialmente não objectivo e indeterminado. Informa, ainda, que só a Reitoria está a ser da sua elaboração, distribuição e recepção das respostas e que «vários estudantes (Farmácia, Letras, etc.) receberam pelo correio o inquérito, e havendo inquéritos que não estão carimbados pela Reitoria.

Por fim a Direcção da A. E. da F. E. P. apela aos estudantes para responderem ao inquérito de forma a impedir as autoridades de o utilizarem contra a reabertura da Faculdade.

UEDP: «MEIC QUER DEGRADAÇÃO PEDAGÓGICA»

Também a propósito da situação da Faculdade de Economia, elementos da Direcção Regional do Ensino Superior da UEDP, organização ligada à UDP, deram, ontem, uma conferência de Imprensa. Foi afirmado que «aquilo que o MEIC pretende quanto à Economia e Engenharia é a degradação pedagógica, é modificá-las de maneira a formar engenheiros e economistas que melhor sirvam a sociedade capitalista». A prova disto está, conforme afirmaram, no facto de o MEIC não ter encerrado outras Faculdades onde também houve boicotes aos CDP, como aconteceu em Lisboa, por não lhe interessar degradá-las pedagogicamente, isto é, segundo a UEDP, ao MEIC só interessa degradar as escolas onde há inovações pedagógicas.

Quanto ao inquérito a posição da UEDP é «não responder». Foi contestada a actuação da Associação de Estudantes de Economia bem como a da UEC considerada como «um factor na luta geral do ensino».

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES

A TODOS OS PROFESSORES DA TELESCOLA

Somos 400 monitores que não recebemos vencimentos desde Outubro, embora em serviço desde 1 de Setembro.

Somos cerca de 2000 professores da Telescola sem qualquer garantia de emprego.

Somos 400 monitores sem direito a qualquer assistência médica.

Esta situação que se arrasta desde que os Postos da Telescola começaram a ser oficializados em 1971, não pode admitir-se. Para onde caminhamos?

É tempo de acabar com estas situações discriminatórias, atentórias da dignidade dos professores, da nossa sobrevivência.

Nó constatamos que não constituímos um caso isolado.

No ensino primário várias centenas de professores não estão ainda colocados. Centenas deles também não recebem os seus vencimentos desde Outubro.

No Ciclo Preparatório Directo e no Ensino Secundário milhares de professores ficarão no desemprego se o Decreto 672/76 for aplicado até ao fim.

No ensino superior foram extintos 30 cursos e centenas de assistentes correm o risco de ser lançados no desemprego.

Nós não podemos aceitar a continuação deste estado de coisas.

É preciso mobilizarmo-nos para podermos modificar esta situação, congregando em conjunto a força capaz de fazer recuar o MEIC, capaz de impor a satisfação das nossas justas reivindicações.

Organizemo-nos a nível nacional elegendo delegados que coordenem a nossa acção em ligação com a luta dos outros sectores, para que juntos possamos preparar o ENCONTRO NACIONAL DE DELEGADOS de todos os professores previsto para 22/23 de Janeiro.

Façamos da petição do Sindicato, recolhendo milhares de assinaturas, um instrumento de agitação e mobilização dos estudantes, pais e encarregados de educação interessados como nós em pôr termo a este estado de coisas que afecta profundamente o Ensino de qualidade por que lutamos.

Apelamos todos os Professores da Telescola a participar numa Reunião Nacional a realizar no próximo sábado, 18 de Dezembro, pelas 15 horas, no C. N. N., Rua das Gaivotas, 2, em Lisboa, junto à sede do Sindicato.

NOTA: — Participa no Plenário de todos os professores da Grande Lisboa, 3.ª feira, às 21.30 horas, na FIL, para definirmos todos juntos as formas de luta pela colocação de todos os professores e por um salário pago a horas e digno da nossa profissão.

Pel'A DIRECÇÃO
Assin. ilegível)

TRÊS MESES DEPOIS

P. J. do Porto desvendou mistério das carrinhas incendiadas

PORTO, 14 Após aturadas investigações e diligências levadas a cabo em Lisboa, Cascais, Mangualde, Figueira da Foz e Coimbra, a Polícia Judiciária do Porto, em colaboração com a P.J. de Lisboa, identificou e deteve os principais elementos, todos com cadastro, implicados no roubo e destruição pelo fogo de três carrinhas de marca «Volkswagen» em 16 de Setembro último, na Via Norte, perto da Maia, na estrada que vai do Porto a Braga. Recorde-se, como na altura o «DL» noticiou desenvolvidamente, que as três carrinhas roubadas na Figueira da Foz e em Coimbra foram pintadas da mesma cor das viaturas do Exército (verde fosco) na oficina de um retornado de Angola, de nome Manuel Arriaga, de 60 anos, em Rio Tinto.

Em comunicado, distribuído pela Subdirectoria desta cidade através do seu gabinete de Imprensa a P.J. descreve o plano que os assaltantes queriam pôr em prática para retirar o dinheiro da casa forte do Banco de Portugal do Porto, assalto que se malogrou pela desconfiança que três dos elementos do bando, com o uniforme de oficiais da RMN, causaram no pessoal de segurança do estabelecimento quando um dia antes de efectuar o ataque de acordo com o plano arquitectado, se apresentaram no banco e afirmaram que a partir desse dia seria sua missão reforçar a vigilância do estabelecimento, porquanto se temia um assalto.

Os visitantes identificaram-se como oficiais da Região Militar do Norte, o que levou um dos elementos de segurança a telefonar para o Quartel-General e a verificar que ninguém da RMN poderia ter essas atribuições, e que se tratava, portanto, de um golpe e de falsas identidades.

«Os elementos preponderantes do grupo», salienta-se no comunicado da P.J., «conseguiram arrastar com eles elementos retornados das antigas colónias ou outros insatisfeitos. Atendendo à situação económica de uns e ao descontentamento de outros, os cabecilhas aproveitavam e exploravam essa situação psicológica, fazendo crer aos que abordam que a situação económica está no caos por força das lutas partidárias que se têm gerado no País. Havia que pôr cobro a tal estado de coisas e a única hipótese viável seria a alteração radical do rumo seguido pela revolução portuguesa».

O bando de cadastrados que anunciava o seu propósito de derrubar o Governo constituído, ainda de acordo com a nota da P.J. desta cidade, defendia que «para isso seria necessário muito material de guerra, designadamente armas automáticas, minas, armadilhas e material de transmissões. Tudo custava milhares de contos. Assim, teriam de ser feitos diversos golpes, entre os quais o assalto ao Banco de Portugal, no Porto, a um outro banco na Figueira da Foz e a algumas carrinhas que procediam às transferências de dinheiro entre diversas dependências. Só depois disto procederiam a uma invasão do País. É com este artifício fraudulento que conseguem arregimentar os executores do plano».

Eis alguns dos elementos do bando já identificados e detidos: Aires de Jesus da Silva Dias, vendedor ambulante, sem morada certa; Sisino Junqueiro Guerreiro Alves, promotor de vendas, residente na Rua de Júlio Dinis, Porto, Laurentino Felisberto de Oliveira e Silva, vendedor, de 36 anos, morador na Rua Visconde Bébeda, 77, 2.º sala 22, Porto; Jorge Manuel Pais Estrela, promotor de vendas, de 21 anos, residente na Rua dos Ferreiros, Figueira da Foz; Arménio Silvestre Rodrigues Gomes, solteiro, aspirante de finanças, de 23 anos, residente na Av. dos Aliados, 141, 4.º Porto; Sotero Manuel Lucas Alves, de 21 anos, estudante, morador na Rua Duque de Saldanha, 512, Porto; Albino Felisberto Oliveira e Silva, de 33 anos, casado, supervisor, residente na Calle Luis Brinas, 31, Bilbau, Espanha; Carlos dos Santos Favas, de 27 anos, comerciante, residente no seminário de Buarcos, Figueira da Foz.

«Correio da Paz»

PORTO, 14 — O primeiro número de «Correio da Paz», boletim do núcleo do Porto do Conselho Português para a Paz e Cooperação, acaba de ser publicado nesta cidade.

À CLASSE MÉDICA

Somos especializados em BATAS profissionais
TINTURARIA GUANABARA
DEPART. DE CONFECÇÕES
Av. João XXI, 5-D—R. Infantaria 16, 55-C—LISBOA

Nacional

AINDA O CASO DO «MILHAFRE»

Soares Louro critica Governo Regional dos Açores

Falando à Imprensa açoriana no passado dia 10 em Angra do Heroísmo, o subsecretário de Estado da Comunicação Social, Soares Louro, criticou severamente o Governo Regional do arquipélago, designadamente o adjunto da Presidência do G. R., João Vasco Paiva, a quem acusou de «estar empenhado em criar todos os embaraços possíveis nas relações entre o Governo Regional e o Governo Central».

Nos Açores, em viagem de carácter partidário, Soares Louro veio a «assumir-se», como disse, membro do Governo, e historiou o caso do jornal clandestino «O Milhafre», comentando com severidade a atitude do G. R. e de Vasco Paiva. Para o subsecretário de Estado da Comunicação Social, «O Milhafre», pelo seu conteúdo e pela sua marginalização, é, como diz a nota oficiosa da S. E. C. S., uma edição clandestina. «Assumo aqui», disse Soares Louro, «a responsabilidade da minha Secretaria de Estado: é, repito, uma publicação feita por criminosos e por marginais, por antipatriotas, por indivíduos que, ao cometerem pela terceira vez o delito tão grave contra a autoridade do Estado, contra os órgãos da soberania, contra o Presidente da República, estão perfeitamente expostos à indignação de todo o povo português e não deixarão de sofrer, tenho disso a certeza, as consequências de um acto tão incorrecto e indigno que, em minha opinião, ofende em especial os portugueses naturais dos Açores ou aqui radicados.»

Soares Louro evocou com desagrado as questões com vasco de Paiva a propósito do jornal em questão. Referiu ainda recentes declarações do ajudante de Mota Amaral.

Segundo Soares Louro, era opinião do Governo Regional que a questão era da competência do Governo Central.

REACÇÃO DO G.R.

As severas críticas de Soares Louro ao Governo Regional mereceram da parte deste, e prontamente, um comunicado. No texto, o G. R. acusa Soares Louro de ter manifestado o «nítido propósito» de «agravar uma questão a que o Governo Regional tem atribuído desde sempre uma importância secundária». Mais: «O subsecretário de Estado vai mais longe e lança sobre o Governo Regional acusações — desde a prática de censura até a compromissos com «O Milhafre» — que frontalmente repudiamos: o subsecretário de Estado pretende, pelos vistos, insistir numa certa imagem que alguns meios políticos continentais dão do Governo Regional dos Açores, a qual, de forma alguma corresponde às declarações por este reiteradamente feitas de adesão firme à Constituição e à autonomia político-administrativa nela consagrada: a «imaginação» desses meios políticos é talvez fruto dos complexos de culpa dos «descolonizadores exemplares», mas com tais complexos, nada temos a ver.»

POSIÇÃO DA S.E.C.S.

Entretanto, em Lisboa, a S. E. C. S. emitiu também um comunicado declarando que as declarações de Soares Louro «correspondem integralmente à verdade dos factos e não resultam desmentidas do referido comunicado do Governo Regional, talvez por serem irrefutáveis».

Um pormenor, que o texto da S. E. C. S. salienta: as declarações de Soares Louro foram proferidas no passado dia 10, mas o Gabinete de Imprensa do G. R. dos Açores só no dia 12 as emitiu.

GALVÃO DE FIGUEIREDO EM LISBOA

Chegou ontem a Lisboa o general Galvão de Figueiredo, ministro da República nos Açores.

Galvão de Figueiredo desloca-se ao continente para tratar de assuntos de interesse para os Açores, devendo ter encontros com Ramalho Eanes, Mário Soares, e outros membros do Governo.

À chegada a Lisboa, e solicitado para se pronunciar acerca das relações entre o Governo Regional e o Governo Central, o M. R. nos Açores disse: «Se há problemas, não são certamente de grande gravidade.»

«Pide» de segunda condenado em liberdade

Prosseguem os julgamentos dos pides e continuam a sair em liberdade, com as atenuantes (ao todo sete) que os contemplam. Ontem, no 5.º Tribunal Militar de Lisboa o «pide» Rufino Vítor Rufino, ex-agente de segunda classe, foi julgado e condenado (a 15 meses de prisão) e libertado (porque já cumprira 21 meses de prisão preventiva). Em resumo: mais um pide saiu em liberdade porque não havia queixas contra a sua actuação, pertenceu à PIDE por um período limitado de 18 meses e 22 dias e tivera um bom comportamento anterior.

Vítor Rufino, tem 29 anos, é natural de Castrelo, Bragança, e como lembrou o presidente do Tribunal: «Eu disse que o senhor podia mentir à vontade porque não há testemunhas de acusação. Mas que diabo minta, mas não tanto... O senhor está a contrariar o que consta do seu próprio cadastro...»

O «pide» Rufino tinha ano e meio de «ofício» prestava serviço na Direcção de Serviços de Investigação e Contencioso, colaborou em buscas domiciliárias pelo menos duas vezes, e participou na vigilância e segurança de figuras gradas do regime fascista, como Marcelo Caetano.

Mas à semelhança dos outros «pides» já julgados ou a servirem de testemunhas em julgamentos, também o «pide» Rufino nunca tinha ouvido «que a pide tratasse mal os presos», sequer jamais reparou «que os presos que transportava estivessem maltratados, excepto uma vez». E aqui, com uma lavagem de mãos à Pilatos, o «pide» concluiu naturalmente: «Mas esse era um preso enviado pela P.S.P.».

O promotor de Justiça, major Fernando Roberto, perante as evasivas do réu às suas perguntas, declarou: «Se o senhor procedeu sempre assim na investigação, se sempre foi tão indeciso, deve ter sido a vergonha da corporação». O «pide» Rufino continuava a insistir que não sabia que a PIDE maltratava, torturava. O promotor de Justiça deixaria escapar o desabafo: «Não vale a pena escavar a PIDE, porque está provodado que é como escavar um cemitério. Só se encontram mortos».

Lida a sentença o «pide» saiu. Em liberdade. Como os outros que têm saído, sejam subdirectores, sejam agentes com 25 anos de folha de serviços. Em nome das atenuantes.

ASSALTO AO BANCO BORGES PASSA AO FORO MILITAR

PORTO, 14 O indivíduo que se encontra preso na subdirectoria do Porto da P. J., acusado de envolvimento no assalto à agência do Banco Borges e Irmão, em S. Mamede de Infesta, donde foram furtados 5800 contos, foi hoje entregue às autorirades militares uma vez que se encontra dependente do foro militar.

Muito embora o detido negue a sua participação no assalto quatro pessoas que assistiram ao mesmo afirmam reconhecê-lo.

Coronel da Pedra Verde entre os povoadores do Baixo Alentejo?

«A continuarem as actuais medidas do Governo, a gente qualquer dia ainda voltará a roer os ossos e os antigos senhores da terra a comerem a carne». A expressão pertence a um trabalhador da Lobata, ao comentar a venda recente de dezenas de porcos daquela herdade, por 400 contos, pelo agrário João Maria Palma Cano

E senão vejamos a justeza desta análise: até ao 25 de Abril, Palma Cano utilizava aquela herdade para ali realizar caçadas às perdizes e batidas aos coelhos e às raposas, com a presença, entre outros, de Américo Tomás e Sarmento Rodrigues, outrora almirante da Torralta, que fontes dignas de crédito apontam ligado à tarefa de «povoar» o Alentejo com cerca de dez mil retornados, juntamente com o latifundiário de Mértola, Matias Celorico Palma (assíduo em Rádio Renascença, nos programas de Armando Marques Ferreira), e com o coronel na reserva, Massanita, estratego e executor do tristemente célebre assalto à base guerrilheira da Pedra Verde, em Angola. Tão suspeitos povoadores já adquiriram (ou pretenderam adquirir), em Beja, vários hotéis e hospedarias.

Em contraste exemplar, e com o avanço da Reforma Agrária, três dezenas de camponeses transformaram os matos da Lobata em loiros trigais e os prados, outrora pasto de animais bravios(pretexto para o marialvismo abúlico de que Palma Cano é símbolo ainda vivo), em fonte de vida para a riqueza pecuária, que o agrário, em nome do «pluralismo» instituído, não teve escrúpulos usurpar.

Pontos nos iis, em prol da estabilização política e da ordem, dirão (certamente), face ao ocorrido, Tomás no Brasil, Matias Celorico Palma às voltas com os seus planos de «povoar» o Alentejo, e António Barreto que já declarou publicamente mal conhecer as extensas» (e bravas) planuras transtaganas.

Um desfalque legalizado, diremos nós. Pois embora o termo nos repugne, até o utilizamos para recordar aos leitores o velho (será) costume dos tribunais fascistas que, por deformação classista e não só, apodavam de ladrão e explorado que, em desespero de fome, desviava um pão, e de autor de um «desfalque» o ricaço que, em nome da luxúria e da gula sem freio, metia ao bolso milhares de contos.

MANUEL GERALDO

PUB.

INTERSINDICAL

O SECRETARIADO DA

UNIÃO DOS SINDICATOS DE LISBOA

CONVOCATÓRIA

QUINTA-FEIRA – 16 DE DEZEMBRO – 21 HORAS

Plenário de Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores do Distrito de Lisboa na cantina dos Ferroviários – Calçada do Duque n.º 20 (junto à estação do Rossio) para discutir:

– Quotização sindical
– Lei dos despedimentos
– Formas de luta a adoptar

BOAS COLHEITAS EM 1977

COM

AGROBI

O PULVERIZADOR

ESTUDADO PARA SI

Caminhos de Ferro Portugueses

Trabalho

AGFA EM COIMBRA

Desemprego para muitos perante silêncio do Governo

. A administração da multinacional Agfa, de Coimbra, mantém o seu desafio ao Governo, e continua a fazer atropelos à lei e a recorrer a todos os expedientes para tentar concretizar uma proposta de despedimento colectivo.

Assim, foi agora comunicado por carta a 27 trabalhadores que estão «dispensados» do trabalho, alegando-se para o efeito a falta de trabalho efectivo na empresa. Recorde-se, a propósito, que a Agfa, que emprega cerca de 350 pessoas, apresentou uma proposta de despedimento colectivo cujo prazo de apreciação pelo Governo expira em 31 de Dezembro; a proposta envolve 157 trabalhadores, não obstante laborar a empresa em regime de subutilização, a cerca de 60 por cento, segundo a respectiva comissão de trabalhadores afirmou ao «D. L.».

Saliente-se que o projecto de investimento apresentado em 1973, data da instalação da Agfa em Coimbra, previa a criação de 1700 postos de trabalho. Na realidade, estes nunca ultrapassaram os 400.

O processo de despedimento colectivo apresentado ao Governo para além de irregularidades formais, parece não respeitar os critérios definidos na lei, já que, segundo a comissão de trabalhadores, terá prevalecido o critério de «saneamento político», bem patente no facto de, na lista elaborada, se encontrarem delegados sindicais, elementos da C. T., e um dirigente sindical.

Em reunião entretanto realizada na Agfa, com a presença do delegado do Ministério do Trabalho em Coimbra, da administração, da C. T. e dos sindicatos representativos dos trabalhadores da empresa (Escritórios, Electricistas, Metalúrgicos e Construção Civil), aquele representante do Governo considerou ilegal a decisão da administração de «dispensar» 27 trabalhadores. Em consequência, estes retomaram e ocuparam os seus postos de trabalho, embora não laborando.

LADEAR A LEI

A situação viria a agravar-se na sexta-feira, quando a administração impediu a entrada nas instalações da fábrica a três trabalhadores que haviam ocupado o seu lugar efectivo, na cadeia de montagem.

De notar que a administração tenta antecipar ilegalmente o despedimento colectivo, uma vez que o Governo ainda se não pronunciou sobre ele, pressionando e lançando a divisão entre os trabalhadores. De sublinhar ainda que a administração, depois de ter apresentado a proposta de despedimento colectivo, tentou a cessação do contrato de trabalho por mútuo acordo, que concretizou em relação a 50 dos 157 trabalhadores. Não tendo conseguido ir mais além, desencadeou uma nova forma de despedimento por «dispensa do trabalho», alegando falta de trabalho na empresa, não obstante ao mesmo tempo, e em flagrante contradição com tal fundamentação, ter transferido trabalhadores dentro da fábrica para substituir os 27 «dispensados».

DEFENDER A PRODUÇÃO

Entretanto, a C. T., em comunicado recente, invoca a consagração constitucional do direito ao trabalho e afirma, a dado passo:

«Depois das irregularidades cometidas no processo de despedimento colectivo, depois da táctica da antecipação das indemnizações a quem se despedisse, a gerência volta a colocar-se na ilegalidade e continua a sabotar.

«Provoca a falta de trabalho para «justificar» a «dispensa» dos trabalhadores propostos para despedimento e não trata de assegurar a produção para 1977. Vai mesmo ao ponto de afirmar perante o delegado do M. T. que *as encomendas estarão retidas enquanto o Governo não se pronunciar*.»

E prossegue o comunicado:

«A comissão de trabalhadores e os sindicatos preveniram o Governo, em devido tempo, de tudo quanto se está a passar. Em Portugal há uma Constituição e há leis, e as leis são para se cumprirem.

«Enquanto o Governo não se pronunciar a administração está obrigada a assegurar a normalidade da produção e o direito ao trabalho. Os direitos e os deveres dos trabalhadores mantêm-se os mesmos para todos.»

José Augusto Gil

Aumento das pensões deve ser corrigido

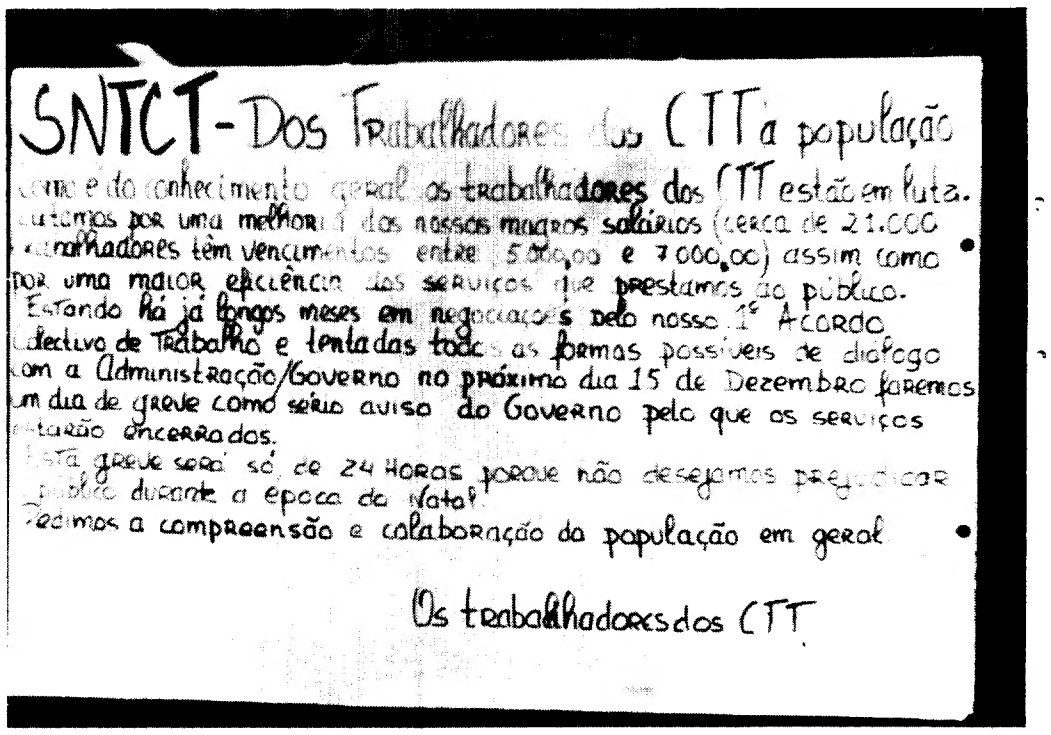
— defendem os reformados do Porto

A fim de analisar a situação dos reformados face aos anunciados aumentos de 150 e 250 escudos das respectivas pensões, reuniu na Faculdade de Engenharia do Porto, o plenário nacional de reformados que decidiu solicitar aos parlamentares seus representantes a apresentação ao Governo de uma proposta de emenda daqueles aumentos.

No plenário, que contou com a presença da maioria das delegações da Associação Sindical União dos Reformados da Previdência, foi aprovada por aclamação uma outra proposta, dirigida ao ministro dos Transprotes «exigindo que o custo dos transportes para os reformados da Previdência seja reduzido de 75 por cento, independentemente da idade e até ao limite de cinco contos de reforma».

Foi também aprovada uma petição ao Presidente da República, a ser entregue por uma comissão ao governador civil do Porto, na qual os reformados «no uso do direito constitucional consignado no art.º 49.º da Constituição solicitam ao general Ramalho Eanes que faça sentir ao Governo que os reformados da Previdência devem ser ouvidos quanto ao proposto aumento das pensões de reforma». No mesmo documento salienta-se que «todas as resoluções que visam a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e dos ex-trabalhadores, só ouvidos os mesmos devem ser tomadas».

Os participantes no plenário deliberaram marcar para o próximo dia 8 de Janeiro, data em que o Governo responderá ao caderno reivindicativo dos reformados, uma jornada de luta.



C.T.T. em greve de um dia a partir das 23 de hoje

O Sintel em desacordo

. Segundo comunicado da comissão negociadora do acordo colectivo de trabalho dos CTT, cerca de 80 por cento dos sócios do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correiros e Telecomunicações pronunciaram-se a favor da greve proposta para o dia 15, uma greve de 24 horas que visa pressionar a administração a ceder a determinadas reivindicações, entre elas um aumento salariall para os trabalhadores com mais baixa remuneração e a correspondente diminuição do leque de vencimentos. Segundo o mesmo comunicado, apenas 10 por cento dos trabalhadores estão dispostos a aceitar a contraproposta da administração, classificada há dias de «vergonhosa» pela comissão negociadora.

No seguimento da consulta feita, a greve foi decretada com início às 23 horas de hoje, para terminar às 23 horas do dia seguinte. A paralisação será apenas de um dia porque, segundo o sindicato que a decretou, não se deseja «prejudicar o público durante a época do Natal».

Entretanto, o horário atrás apontado não será absolutamente rígido por razões de carácter técnico. De qualquer modo, a partir da hora inicial, conforme recomenda o comunicado aos trabalhadores, não haverá qualquer assinatura nos livros de ponto ou marcação nos pontógrafos». O comunicado acrescenta que «a greve será cumprida não se apresentando os trabalhadores ao serviço durante esse período, salvo nos grandes centros de trabalho (Estações Centrais de Correios, Encomendas, Telefónicas e Telegráficas de Lisboa e Porto, Serviços Centrais, assim como as CCT de Lisboa e Porto) onde os trabalhadores deverão comparecer».

Recordamos entretanto que o Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector das Telecomunicações dos CTT (Sintel) tomou posição contrária a esta greve com o argumento de que a sua resolução «não foi previamente discutida connosco». De acordo com o Sintel, o SNTCT prosseguiu, a partir de certa altura do processo de luta, uma actuação que levou ao seu isolamento, sobretudo nos contactos com as entidades oficiais, apesar de o seu Conselho Nacional ter expressado o desejo de que as duas organizações actuassem em conjunto. O Sintel fez ainda notar que os seus associados se tinham já pronunciado contra os termos da proposta feita pela administração em matéria salarial e duvida que a fórmula de greve adoptada seja eficaz. Propõe-se também esgotar, a nível das relações com o Governo, todos os esforços para que «a razão dos trabalhadores prevaleça e a justiça impere».

Porteiros e contínuos vão às urnas dia 15

No Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares, vão decorrer as segundas eleições livres dos corpos gerentes, ou seja, as segundas eleições depois da queda do fascismo.

As urnas estão abertas na sede e delegações do Sindicato, no próximo dia 15, das 9 horas da manhã até às 23. Concorre uma única lista, a lista «A», composta por elementos dos actuais corpos gerentes e elementos novos, já com provas dadas em lutas travadas nos locais de trabalho.

IRREGULARIDADES NA WALTER CUDELL

. Suspensão e despedimento de duas trabalhadores «por motivo político-ideológico», não cumprimento da contratação colectiva, e atraso no pagamento dos salários, são as principais irregularidades apontadas pelos trabalhadores de escritório da firma Walter Cudell do Porto.

No decurso de uma conferência de Imprensa, para divulgação de anomalias no funcionamento da empresa, os trabalhadores mostraram-se decididos «a enfrentar todas as manobras, que têm em vista apenas aumentar os milhares de desempregados».

PUB

AOS TRABALHADORES PORTUGUESES

OS PROJECTOS DE ESTATUTOS, DA LEI SINDICAL E DO PROGRAMA DE ACÇÃO JÁ FORAM ENVIADOS A TODOS OS SINDICATOS, NO DIA 10 DE NOVEMBRO.

SE AINDA NÃO OS TENS, EXIGE-OS AO TEU SINDICATO.

ESSES DOCUMENTOS SERVEM, FUNDAMENTALMENTE DE ELEMENTOS DE TRABALHO PARA QUE TODOS OS TRABALHADORES OS DISCUTAM, EMENDEM E ALTEREM.

SE NÃO ESTÁS ESCLARECIDO SOBRE O SEU CONTEÚDO, PROMOVE PLENÁRIOS E REUNIÕES COM OS TEUS CAMARADAS.

A DIRECÇÃO DO TEU SINDICATO DEVERÁ REUNIR TODAS ESSAS CRÍTICAS E ENVIÁ-LAS À CNOC, ATÉ AO DIA 28 DE DEZEMBRO.

A Comissão Nacional Organizadora do Congresso

PUB

ANÚNCIO

De acordo com o regulamento do Congresso de todos os sindicatos portugueses, a CNOC comunica a todos os órgãos de Comunicação Social que desejem estar presentes nas sessões de trabalho do Congresso que deverão solicitar, por escrito, as credenciais respectivas, até ao dia 27 de Dezembro, oficiando à CNOC, Rua Victor Cordon, 1, 2.º andar — Lisboa.

A Comissão Nacional Organizadora do Congresso

Trabalho

FARMÁCIAS

Quem e como vai garantir a assistência medicamentosa?

Apesar da nota divulgada pela Direcção Geral de Saúde, em que afirma que «só reconhece o esquema que foi adoptado para o ano de 1976», o mapa de farmácias de serviço permanente que está a ser cumprido tanto em Lisboa, como nos concelhos limítrofes e até noutras cidades, é o distribuído pela Associação Nacional das Farmácias e por este organismo patronal decidido unilateralmente, com desprezo por tudo o que, sobre o assunto, se encontra legislado.

O prejuízo da presente situação recai inteiramente sobre a população, enquanto os proprietários de farmácias procuram atirar o «odioso» da situação para cima dos ajudantes de farmácia, que viram, há pouco tempo, reconhecido o seu direito ao recebimento das horas extraordinárias por se manterem nos seus postos de trabalho durante noites e dias consecutivos.

Pessoas da rua, em situação aflitiva (porque as farmácias além de situadas a grandes distâncias entre elas, muitas vezes não podem vender as especialidades receitadas por se terem esgotado os seus «stocks») perguntaram-nos sobre a nota da Direcção-Geral de Saúde: «Sim, isso está certo, mas o que vão eles fazer? Obrigam as farmácias a abrir de acordo com as determinações superiores ou processam-nos com a respectiva multa?»

A questão para o presidente do Sindicato dos Ajudantes de Farmácia, é equacionada do seguinte modo: «Estamos a conseguir muito pouco. Há uma relutância muito grande da parte das entidades governamentais, no que respeita a tomar uma posição firme. Aliás, o director-geral de Saúde está a fazer uma campanha demagógica sobre este problema. Por exemplo, nos temos uma entrevista pedida ao secretário de Estado da Saúde, há já dois meses, para lhe expormos a situação, mas parece que ele não quer receber-nos».

Questão laboral, por parecer resultar (ou ser um argumento do patronato) da aprovação da Portaria de Regulamentação de Trabalho que obriga ao pagamento dos extraordinários aos empregados das farmácias que de facto asseguram a assistência medicamentosa, a redução do número de farmácias de serviço permanente acaba por afectar seriamente uma população que já se defronta com outros graves problemas no mesmo sector, como por exemplo a assistência médica.

Assim, por exemplo, enquanto ainda recentemente a Associação Nacional de Farmácias alegava, incapacidade económica e risco de falência no caso de se manter o antigo número de farmácias permanentes, a organização patronal respondia no último número de «O País» (10.Dez.76), que «a situação económica não é de modo nenhum catastrófica, pela razão que soubemos resistir a todos os pedidos demagógicos do Sindicato».

Responde o presidente do Sindeicato: «Isso é para nos fazer rir,. Adiferença entre a proposta sindical e a tabela de salários. aprovada na Portaria de Regulamentação de Trabalho, é de cerca de 200 escudos. Ficamos contentes por saber que isso salvou as farmácias da falência».

O COMUNICADO DA DGS

É o seguinte o teor do comunicado da Direcção-Geral de Saúde:

«1 Os turnos das farmácias de serviço ultimamente anunciados não tiveram aprovação da Direcção-Geral de Saúde, pelo que as consequências que daí possam advir, são da inteira responsabilidade da Associação Nacional de Farmácias.

«2 A Direcção-Geral de Saúde organizou um Grupo de Trabalho constituído por representantes de várias instituições para estudar as farmácias que devem prestar serviço nocturno, domingos e feriados — à população de modo a encontrar uma solução que salvaguarde os interesses legítimos da população e dos proprietários das farmácias.

«3 Enquanto esse estudo não for concluído, a Direcção-Geral de Saúde só reconhece o esquema que foi adoptado para o ano de 1976.

DE CASCAIS ATÉ LISBOA

A diminuição do número de farmácias de serviço em Cascais está, como é evidente e geral, a causar sérios transtornos à população. Essa a razão da reunião que se efectuou naquela vila, com a presença de 11 Comissões Moradores, do Grupo Dinamizador dos ajudantes de Farmácia, Junta de Freguesia de Cascais e representantes de Partidos políticos (M.E.S., P.C.P., P.P.D., P.S., U.D.P.)

Da discussão resultou uma moção onde, recordando que «todos têm direito à protecção da Saúde e o dever de a defender e promover» (Art. 64, ponto 1, da Constituição), se afirma.

«Os representantes das Comissões de Moradores, das Comissões de Trabalhadores, dos trabalhadores da Farmácia, dos Partidos Políticos e dos cidadãos presentes na Assembleia levada a efeito em 6.12.76 pelas 21,45 horas na Escola Primária de Cascais, exigem:

Que a Assembleia da República, o Ministério dos Assuntos Sociais, Ministério do Trabalho, Secretaria de Estado da Saúde, Direcção Geral de Saúde, Câmara Municipal de Cascais, e a população em geral, não permitam qualquer medida que se destina avalizar as manobras das Associação Nacional das Farmácias, as quais visam colocar em serviço nocturno apenas uma Farmácia para servir todo o concelho de Cascais.»

Em Cascais, recolhemos mais uma vez opiniões sobre o assunto. Afirma um ajudante de farmácia, João Galamba: «Bem, tivemos de deixar de cumprir o horário antigo simultaneamente com o moderno por ser humanamente impossível, estávamos semanas inteiras de serviço permanente».

Referindo depois o período eleitoral que terminou, como tendo condicionado a dinamização relativamente ao problema, garante: «Mas agora vamos recomeçar. E se as autoridades não tomarem providências poderemos chegar à intervenção de piquetes da população, para garantir o que a Lei estipula».

Depois conta-nos o que se passou durante o último fim de semana: uma farmácia aberta em Cascais que, apesar de bem abastecida, acabou por mandar doentes para o Aldo da Parede, onde estava a farmácias mais próxima, por se terem esgotado numerosas especialidades. Resultado económico, apesar disso: 1800 pessoas atendidas em dois dias e 150 contos entrados na caixa.

Percentagens médias de lucro: entre 20 e 30 por cento. Daqui tiram os priprietários os seus lucros e o dinheiro para pagarem as horas extraordinárias.

FUNÇÃO PUBLICA

RECLASSIFICAÇÃO DEVIA PRECEDER AUMENTOS

... posição do S. T. A. L. mantém-se

O Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local — S.T.A.L. — vai estudar o aumento salarial de 15 por cento para os trabalhadores da administração central, local e regional aprovado no Conselho de Ministros de ontem.

«Embora não possamos coarctar os trabalhaodres dos aumentos de vencimentos — afirmou-nos o secretário-geral do S.T.A.L. — » podemos dizer já à partida que a nossa posição se mantém isto é, continuamos a pensar que os problemas dos trabalhadores da administração local não se resolvem com aumentos salariais, mas com a reclassificação e reestruturação de carreiras e quadros. Ainda a última reunião de direcções distritais foi esclarecedora quanto a isso. Essa tem sido a nossa primeira reivindicação.»

Os trabalhadores da Administração Local desencadearam uma luta reivindicativa que poderá culminar com a greve, a partir de 15 de Janeiro, e, segundo o secetário-geral do S.T.A.L., se a decisão da classe se mantiver, não são os aumentos salariais que impedirão essa luta. No entanto, o Sindicato auscultará os seus sócios para tomar as medidas que entenderem justas.

Genro de Teodoro dos Santos regressa à Estoril-Sol

Os trabalhadores da Sociedade Estoril-Sol aprovaram uma moção em que repudiam o regresso dos dois ex-administradores da sociedade, Manuel Joaquim Teles e José Teles e desmascaram a comissão fantoche que lhes deu as boas-vindas.

Aqueles dois capitalistas, pai e filho, respectivamente genro e neto de Teodoro dos Santos, tinham abandonado o País depois do 11 de Março. No passado dia 29, na qualidade de accionistas, os dois ex-administradores entraram no Casino Estoril de manhã pela porta principal. Pela mesma porta entraram cerca de 50 trabalhadores, «recrutados» no hotel Estoril-Sol — segundo a moção, muitos deles nem sabiam para o que iam — dos quais uma minoria ofereceu flores, abraços e palavras de boas-vindas aos dois capitalistas.

«Esta recepção de boas-vindas — dizem os trabalhadores no seu texto — falou em nome dos trabalhadores da Estoril-Sol dizendo que representavam todas as secções, quando a verdade é que somos cerca de 1800 trabalhadores e poucas secções estiveram representadas. Por exemplo, no Tamariz ninguém lá foi e ninguém soube de nada. Nos escritórios a mesma coisa...»

E prosseguem os trabalhadores da Estoril-Sol: «Estamos conscientes que tudo isto é reflexo da escalada reaccionária que se vive em Portugal: a matança da fome aos capitalistas esfomeados, que sabem terem pouco tempo pela frente, não mais pretendem que sugar-nos até mais não poderem. Para que todos os nossos companheiros de luta — trabalhadores como nós — saibam que na Estoril-Sol ainda somos nós progressistas revolucionários, que constituimos a esmagadora maioria de trabalhadores, aprovamos esta moção, certos de que o nosso sindicato a tornará pública, para que todos os trabalhadores de Portugal tomem conhecimento da nossa luta».

PERSEGUIÇÕES

Mais um delegado sindical do Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria foi suspenso pela Administração da firma onde trabalha. Trata-se do delegado Carlos Gomes, que se mantém todavia no seu posto de trabalho graças à unidade dos trabalhadores. A Direcção do sindicato manifesta em comunicado a sua preocupação relativamente a esta perseguição organizada aos activistas sindicais, ao mesmo tempo que esclarece os sócios quanto aos objectivos de tal actuação: afastar elementos combativos na defesa dos interesses dos trabalhadores; preparar terreno para novas arbitrariedades, no desrespeito pelos mesmos interesses e ainda tentativa de ataque às estruturas sindicais «o que poria em causa todo um futuro e comprometeria seriamente todos os avanços de uma classe».

«Referendo» dos bancários: tendências votam na abstenção

Tendo como ponto único da ordem de trabalhos a «votação por escrutínio secreto das deliberações tomadas na assembleia geral de 15 de Outubro de 1976», foi convocada para amanhã uma assembleia geral (sessão extraordinária) do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. Esta assembleia extraordinária foi desde logo considerada como anti-estatutária por duas das forças existentes na Comissão de Representação de Tendências: precisamente pelas «tendências» «B» e «C», geralmente consideradas como representando, a primeira, a «linha da Intersindical» e a segunda a «linha dos G. D. U. P.'s». Estas «tendencias» consideram que a assembleia convocada não passa de um referendo e que a classe não se pronunciou sobre a sua realização.

O que está em causa é afinal a representação ou não do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas no Congresso de Todos os Sindicatos. Como é do conhecimento público, a actual direcção do sindicato tem ocupado lugar de grande destaque na defesa dos princípios decorrentes da denominada «Carta Aberta», apresentando-se como lutadora intransigente daquilo a que chama uma «verdadeira central sindical única, autónoma, democrática e independente» e tomando posição contra a Intersindical Nacional, que considera uma «barreira» à criação da central sindical por ela preconizada. Isto mesmo foi dito durante uma conferência de Imprensa levada ontem a efeito na sede do sindicato.

Durante esta conferência de Imprensa, o presidente da mesa da assembleia geral afirmou que os corpos gerentes se viram «empurrados» a convocar a assembleia extraordinária, dada a forte contestação sofrida pelas assembleias de 15 de Outubro e 23 de Novembro. Defendendo embora que nestas assembleias foram seguidos escrupulosamente os estatutos pelo que não estariam feridas de ilegalidade quaisquer das resoluções nelas aprovadas, aquele dirigente sindical explicou que «para tirar todas as dúvidas» se decidira a votação de amanhã. Os elementos da direcção presentes reiteraram que não se trata aqui de um referendo, argumentando que a matéria a decidir pelo voto secreto foi largamente debatida nas assembleias gerais anteriores e que a classe está esclarecida.

«TENDÊNCIAS» CONTRA

Não é esta a opinião das «tendências» «B» e «C» (a «A» representa os princípios sindicais defendidos pela direcção e é considerada como afecta ao P. S.).

Num documento tornado público, sob o título «A Grande Manobra», a tendência «B» considera, nomeadamente: «A Direcção do Sindicato dos Bancários, com as poucas que ainda restam da «Carta Aberta», inclina-se perante a salva de palmas que a C. I. P. e a C. A. P. e outras organizações do patronato monopolista e latifundista lhe dedica e lança o beijo de Judas a todos aqueles que em si confiaram ou ainda confiam. Jogou na boa fé daqueles que, à custa de acreditarem nos homens, nunca pensaram que a traição era possível por parte da direcção do seu sindicato.»

Votando ao «desprezo» o «referendo», a «tendência 'B'» «apela a todos os trabalhadores no sentido da defesa da democracia sindical». «Certamente outra central sindical está na forja», alertam os autores do documento que temos presente.

Entretanto, na última reunião da Comissão de Representação de Tendências foi aprovada por maioria uma moção apresentada pela «tendência 'B'» na qual se considera «o citado referendo, dita assembleia geral de 15/12/76 como antiestatutária e antidemocrático», «considerando (...) que não existe qualquer artigo nos estatutos ao abrigo do qual se possa realizar qualquer referendo».

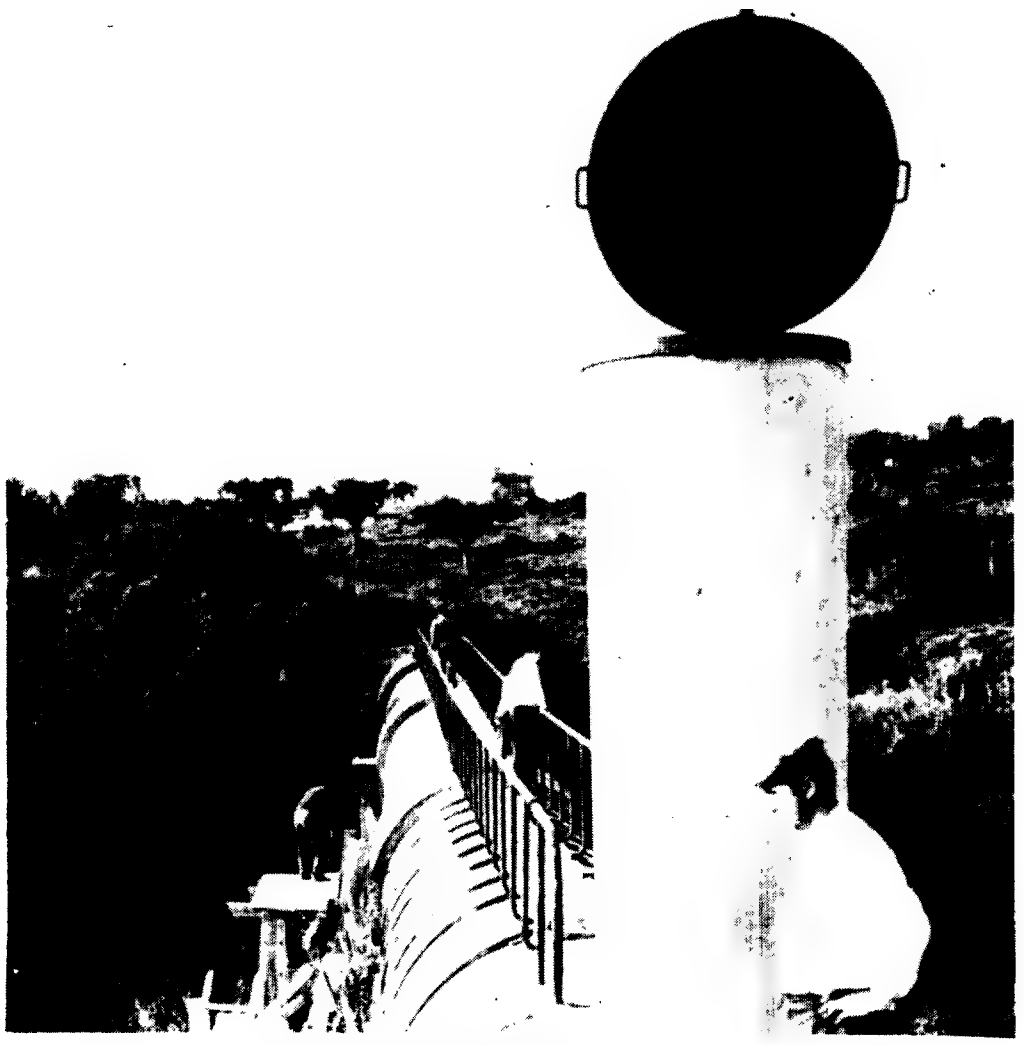
Na mesma reunião foi aprovada ainda, também por maioria, uma moção apresentada pela «tendência 'C'» preconizando «abstenção activa ao referendo de 15 de Dezembro». A moção dirige um apelo a «todos os trabalhadores bancários para que não se deixem envolver nesta manobra de baixa política, recusando-se a participar num acto que à evidência se apresenta como contrário aos seus interesses e atentório das mais elementares regras democráticas, não dando portanto cobertura, com a sua presença, à realização da ilegítima e ilegal assembleia que os corpos gerentes convocaram para o dia 15/12/76».

Escusado seria repetir que qualquer das posições atrás citadas é contrária à que é defendida pelos corpos gerentes. Na conferência de Imprensa de ontem, tanto o presidente da mesa da assembleia geral como os elementos da direcção, ao mesmo tempo que defenderam a legalidade da assembleia convocada para amanhã, voltaram a considerar que existe manobras de «sectores minoritários», sectores que a Direcção dos Bancários tem repetitivamente considerado como ligados quer a Intersindical quer ao P. C. P. Tais manobras visariam inclusivamente a «destruição do sindicato». Por outro lado, os jornalistas foram informados de que já foi oficiado à Comissão Nacional Organizadora do Congresso no sentido de esta reservar a possibilidade de inscrição do sindicato até ao dia 16, tendo em conta a votação de amanhã.

Nacional

VOLTOU ÁGUA A LISBOA

Aqueduto do Tejo já funciona em pleno



O esforço dos trabalhadores encarregados da reparação foi a resposta que merecia o civismo da população lisboeta afectada pela falta de água

Com a desmontagem dos inúmeros suportes e barras de ferro que durante três dias garantiram e testaram a aplicação de cimento e outros materiais na reparação da conduta de água criminosamente destruída na quinta-feira, na Póvoa de Santa Iria, ficou ontem concluída a primeira fase da recuperação do denominado «Canal do Tejo», principal tubo abastecedor de água à população de Lisboa e zonas envolventes. De hoje a sábado processa-se a fase final dos trabalhos, mais propriamente de verificação e inspecção que de reparação, ocupando escasso pessoal, que intervirá em caso de força maior.

Estas e outras informações foram referidas à reportagem do «DL» que observou de perto a transição entre as fases de reparação (conclusão) e de verificação e vigilância (início), que se prolongará por mais cinco dias. Até sábado, portanto, e sem que os dias que ainda faltam possam influir no nível de água que abastecerá a capital e arredores, homens sem máquinas, trabalhadores que quinta e sexta-feira puseram mãos à obra com determinação e sem parança dia e noite, velarão pela consolidação das toneladas de cimento e vigas aplicadas na reparação do aqueduto e conduta.

«Há várias formas de responder ao terrorismo», afirmou ao nosso jornal um dos trabalhadores da empresa contratada pela EPAL para a reparação da conduta atingida, «uma das quais é o trabalho. Foi o que fizemos, para dizer aos autores deste atentado que há soluções para todos os seus ataques e provocações. Aliás, não é preciso ir muito longe: em cerca de dois dias e meio reparámos o essencial para que à população de Lisboa não faltasse aquele mínimo de água indispensável para as suas necessidades principais».

GARANTIR EM POUCAS HORAS A NORMALIZAÇÃO

Após as reticências iniciais que se colocaram ao êxito e prontidão da «operação-reparação», aspecto patente nos dois primeiros comunicados da Empresa das Águas Públicas de Lisboa, horas depois do criminoso atentado terrorista de quinta-feira, a meio da tarde desse dia, os operários da empresa de construção civil que a EPAL contratou estavam seguros de que era possível avançar na recuperação do aqueduto e da conduta do «canal do Tejo» por forma a garantir para breve a normalização do abastecimento de água às áreas afectadas.

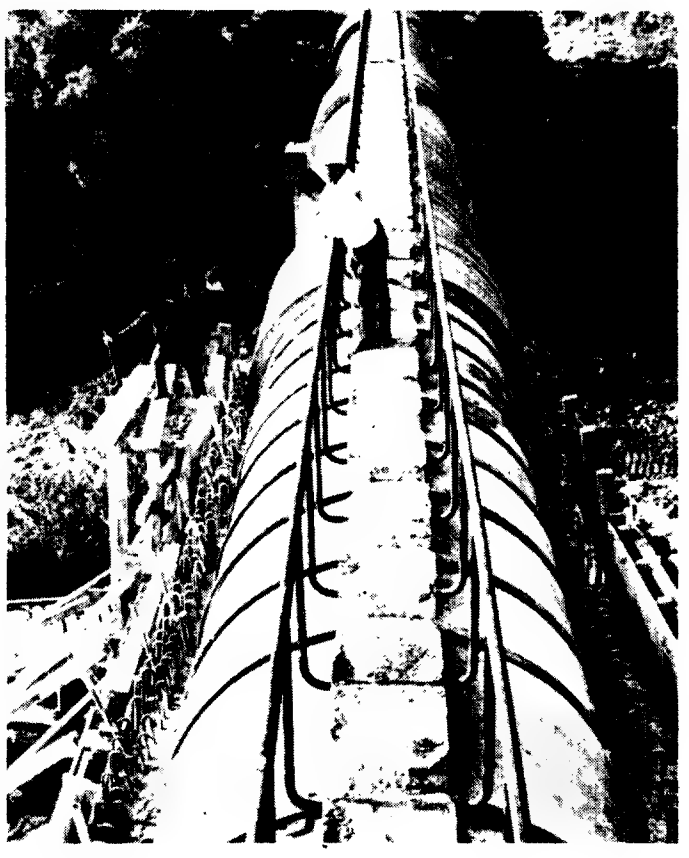
Os responsáveis pela reparação do canal do Valado do Tejo, estavam convencidos de que ra possível repor o essencial em ordem num «prazo de tempo relativamente curto», conforme nos declararam. «Após o primeiro dia de trabalho, que se prolongou sem qualquer interrupção até aos alvores da madrugada (24 horas depois do atentado), estávamos seguros que o rombo aberto seria reparado em poucas horas, e que até sábado passado, como aconteceu, as vigas e suportes colocados garantiriam o transporte de água em boas condições através da conduta furada», disseram-nos.

Essa certeza confirmou-se, e se algumas deficiências se verificaram, ontem e esta manhã, no abastecimento à população da cidade e zonas envolventes, isso se ficou a dever ao facto de existirem «bocas de rega» abertas entre a Póvoa de Santa Iria e Lisboa, ou condutas vazias que perturbaram o normal abastecimento às áreas mais elevadas da cidade e dos arredores. Um funcionário da EPAL referiu-nos esses promenores quando media a pressão da água na conduta reconstruída, e que já ontem era normal. Adiantou-nos ainda que as deficiências no fornecimento de água que se pudessem vir a verificar já não resultavam das razões que obrigaram a população a limitar-se ao abastecimento de 10 por cento do normal durante três dias e a recorrer aos fontanários públicos e à colaboração dos BSB para fazer face às suas necessidades.

SETENTA HOMENS E O APOIO DA EPAL

Cerca de setenta trabalhadores das empresas encarregadas da reparação, maquinaria e tarefas de injecção do cimento na superfície destruída pelo atentado terrorista, foram os grandes responsáveis pela rápida reparação da conduta destruída. Em conversa com a reportagem do «D. L.» parte dos trinta trabalhadores que ainda aí se encontravam salientaram a actuação, orientação e apoio que lhes foi ininterruptamente prestado pelo pessoal técnico e especializado da EPAL, bem como a forma como a população reagiu à falta de água.

«O povo de Lisboa e das outras terras afectadas pela falta de água mereceu amplamente esta resposta nossa ao atentado», disse-nos um trabalhador.



A conduta danificada pela explosão terrorista já se encontra em pleno funcionamento, fornecendo água a Lisboa

LOTARIA DO NATAL
E... BOAS FESTAS!

"TALUDA" 30 MILHÕES
EM
12 FRACÇÕES

4.ª FEIRA (22)
ANDA A RODA

A LUTUOSA DE PORTUGAL

Avenida dos Aliados, 168
PORTO

ÉDITOS DE 30 DIAS

2.ª Publicação

De harmonia com o § 2.º do Art.º 20.º dos estatutos, são convocadas as pessoas que se julguem com direito ao subsídio deixado pelo Sócio n.º 13 775, Sr.ª D. Angélica da Conceição Proença de Andrade, que residiu em Lisboa, na Rua dos Ferreiros à Estrela, 73, r/c., Dt.º, e faleceu em 3 de Novembro de 1976, sem deixar testamento nem Declaração, a procederem à sua habilitação perante a Direcção desta Mutualidade.

Porto, 10 de Dezembro de 1976.

O Secretário da Direcção — Custódio Augusto de Araújo Teixeira.

Na FIGUEIRA DA FOZ o DIÁRIO DE LISBOA está à venda no CAFÉ REMO

Em OLHÃO o DIÁRIO DE LISBOA está à venda noQuiosque da Praça Patrão Lopes

LEILÃO

LIVROS E GRAVURAS

DOS SÉCS. XVI A XIX

Hoje e seguintes às 21 h

Na n/ sede, Av. Duque de Loulé, 1-A, Lisboa, terá início a venda pela maior oferta de pequena mas seleccionada biblioteca c/ cerca de 600 obras sobre literatura geral e arte predominando: arquitectura, engenharia e construção; urbanismo; mobiliário e decoração; pintura, fotografia, cerâmica e artes gráficas; cinema, teatro, iluminação e gr. quantidade de revistas sobre os mesmos assuntos. Gravuras Sécs. XVI, a XIX, portuguesas, inglesas, francesas, alemãs, etc., sobre variadíssimos temas, serão processadas na sucessão do leilão de livros, ou seja, 6.ª feira, dia 17, às 21 horas.

Catálogos gratuitos e encomendas, podem ser solicitados

SOC. DE LEILÕES AFRAFILHOS

Código do Direito de Autor: urge revisão. Previa-se que essa urgente revisão fosse apresentada pela Secretaria de Estado da Cultura até ao fim do corrente ano. Assim tinha sido prometido pelo Governo. Acontece, no entanto, que a menos de um mês do termo do prazo anunciado pelo Governo, os trabalhos de revisão ainda não começaram. Ou já terão começado? Se já começaram, estão a decorrer à revelia dos interessados — e isso porque nenhum dos organismos que entre nós representam legitimamente os trabalhadores das letras e das artes foi chamado a participar no diploma que versa a reestruturação do referido Código. Impunha-se, portanto, que ouvíssemos a Sociedade Portuguesa de Autores sobre o assunto. Eis, pois, uma entrevista com Luis Francisco Rebello, presidente da SPA.

LUIZ FRANCISCO-REBELLO PERGUNTA

"Para quando a revisão do Código do Direito de Autor?"

No Programa do Governo que o Primeiro-Ministro submeteu à Assembleia da República em Agosto, previa-se que a Secretaria de Estado da Cultura apresentasse, até ao fim do corrente ano, um projecto de revisão do Código do Direito de Autor. Em que fase se encontram os trabalhos dessa revisão?

Não sei... E é estranho e preocupante que não saiba. É estranho porque, a menos de um mês do termo do prazo anunciado pelo Governo para a apresentação desse diploma, os trabalhos já deveriam ter começado, pois a complexidade e responsabilidade de um diploma desta natureza não se compadecem com uma elaboração apressada e superficial. E, se já começaram, estarão a decorrer à revelia dos interessados, pois nenhum dos organismos que entre nós representam legitimamente os trabalhadores das letras e das artes foi chamado a participar na sua elaboração — o que é preocupante. Dois desses organismos, a Associação Portuguesa de Escritores e a Sociedade Portuguesa de Autores, dirigiram-se já, conjuntamente, ao secretário de Estado da Cultural manifestando-lhe essa estranheza e essa preocupação. Porque, de duas uma: ou nenhuma comissão foi ainda criada para elaborar o projecto de diploma, e o Governo faltará à promessa de apresentá-lo até ao fim do ano; ou essa comissão já existe, e a omissão das associações representativas dos trabalhadores cujos interessses o diploma visa proteger ofende gravemente princípios constitucionais, em especial o que reconhece às associações de trabalhadores o direito de participar na elaboração da legislação que lhes diz respeito.

A verificar-se esta última hipótese, o que nos custa a admitir (embora haja precedentes pouco tranquilizadores...), encontrar-nos-íamos perante uma situação semelhante à que se nos deparou em Fevereiro de 1973, quando a Sociedade de Autores e a Associação de Escritores foram surpreendidas pela publicação de um projecto de novo Código do Direito de Autor, enviado pelo Governo de Marcelo Caetano à Câmara Corporativa, o que as levou a tomar a inciativa de apresentar as críticas que entenderam necessário fazer a esse projecto, de que não haviam tido conhecimento antecipadol Ou porventura pior ainda, visto que três ou quatro anos antes alguns organismos de classe, entre os quais a Sociedade de Autores (a Associação, extinta arbitrariamente pelo fascismo em 1964, ainda não havia sido então reconstituída), foram consultados sobre uma eventual reforma do Código do Direito de Autor...

— Mas essa reforma justifica-se?

— Se em 1973 já se justificava, por maioria de razão ela se justifica agora. Aliás, numa exposição dirigida ao ministro da Educação e Cultural do I Governo Provisório, logo após o 25 de Abril, a Sociedade Portuguesa de Autores pronunciava-se no sentido da necessidade dessa revisão — que deveria, por um lado, corrigir certas anomalias e injustiças existentes no Código de 1966, ainda em vigor, e por outro actualizá-lo, em função de circunstâncias tanto gerais e universais (as implicações do progresso tecnológico na fixação e reprodução das obras intelectuais e na sua comunicação ao público) como nacionais (decorrentes das profundas transformações operadas na sociedade portuguesa com a queda do fascismo).

— Concretamente, em que sentido pensa que o Código de 1966 deverá ser modificado?

— A Constituição da República, no seu artigo 42.º, inclui a «protecção legal dos direitos de autor» na «liberdade de criação cultural», e eu considero extremamente importante e significtiva esta expressa consagração, na lei básica do País, do direito de autor relacionado com a liberdade criativa. Mais ainda: esse reconhecimento não podia faltar num diploma que visa essencialmente assegurar a defesa dos direitos dos trabalhadores, e é pois no sentido dessa defesa, em termos de eficácia, que a revisão do Código deve ser orientada.

— Mas acha que os direitos dos autores devem ter uma defesa especial? E acha que as leis actuais não os defendem suficientemente?

— Eu não diria uma defesa «especial», maas sim uma defesa «específica, própria»... E isto porque o modo de prestação do trabalho intelectual produzio pelos autores não se confunde com o dos demais trabalhadores, justificando-se por iasso que lhe correspondam formas de remuneração diferentes. Há uma realção directa, imediata, entre o trabalho realizado por um operário, um empregado de escritório ou de comércio, um médico ou um advogado, e a respectiva remuneração, que não existe no caso do trabalho intelectual. Aqui, resslvando apenas (e mesmo assim só em parte) o cas dos jornalistas, a retribuição processa-se indirectamente, acompanhando as várias utilizações do produto do trabalho — isto é, a obra intelectual — no tempo e no espaço. Daí que se defina, geralmente, o direito de autor como um «salário diferido». Ora é precisamente isso que torna precária e difícil a sua defesa: quanto mais se multiplicam os meios técnicos de reprodução e comunicação das obras, mais impossível se torna aos autores exercer, individualmente, os seus direitos — o que os leva, por um processo natural de autodefesa, a associar-se colectivamente para o exercício autogestionário desses direitos. Assim se justifica a formação das sociedades de autores, cuja função é semelhante à dos sindicatos em relação aos demais trabalhadores. Aliás, a existência deste tipo de associações é tão necessária em países de estrutura capitapista como de economia socialista, em nações desenvolvidás como em vias de desenvolvimento, e por isso vamos encontrá-las em todo o mundo. Das cerca de 100 sociedades filiadas na respectiva Confederação Interancional, 12 pertencem a países socialistas, 18 a países do Terceiro Mundo.

Luiz Francisco Rebello: «É estranho e preocupante que eu nada saiba sobre o projecto de revisão do Código»

— E o papel que desempenham é o mesmo de umas para as outras?

— É evidente que a defesa dos direitos dos autores assume aspectos diversos consoante o tipo de sociedade em que se insere. Num país capitalista, essa defesa implica a luta contra a exploração e a opressão económica dos que utilizam o trabalho dos produtores literários e artísticos com intenção lucrativa; é evidente que a margem de lucro dos editores, distribuidores, exibidores, empresários, usurários em geral, será tanto maior quanto menor for a remuneração paga aos autores. O caso-limite será o das obras caídas no domínio público, isto é, cuja utilização não depende de autorização nem de pagamento ao autor ou seus herdeiros (o que em Portugal acontece, de um modo geral. 50 anos após a morte do autor): nessa caso, o usurário, vê aumentados os seus benefícios sem que o público daí retire qualquer vantagem, visto que pagará pela aquisição do livro, do disco ou do bilhete de teatro o mesmo que pagaria se a obra fosse protegida... Nos países socialistas, em que se pôs fim à exploração do homem pelo homem, a função essencial das sociedades de autores é garantir a estes a remuneração devida pelas várias formas de utilização das suas obras e impedir a violação dos seus direitos, contribuindo ao mesmo tempo para como se diz no preâmbulo da Lei dos Direitos de Autor da RDA — **Apoiar e facilitar a formação espiritual do homem na nova sociedade socialista e o desenvolvimento da cultura socialista.**

— Deve então o Código do Direito de Autor reconhecer a existência dessas sociedades?

— Assim acontece no Código de 1966, cujo artigo 67.º estabelece que «as associações nacionais ou estrangeiras constituídas para o exercício e defesa dos direitos e interesses dos autores desempenham essa função como mandatários destes, resultando o mandato da simples qualidade de sócio ou da inscrição, sob qualquer designação, como beneficiario do serviço das mesmas associações». No caso específico da Sociedade Portuguesa de Autores, foi-lhe reconhecida «personalidade jurídica como associaçao legalmente constituída para os fins legais respectivos à afirmação dos direitos de propriedade intelectual» nos termos de um decreto de 1925, promulgado por um Presidente República que foi um grande escritor e um grande democrata, Manuel Teixeira-Gomes, e é uma honra para todos os seus membros — que são a quase totalidade dos escritores e compositores portugueses, a que vieram acrescentar-se entretanto os encenadores teatrais, os coreógrafos, os realizadores de cinema e televisão, os publicitários e até os artistas gráficos — que a sua «certidão de nascimento», digamos assim, tenha a assinatura do autor da **Sabina Freire.**

— Qual é a estrutura da Sociedade de Autores?

— A de uma sociedade cooperativa, gerida directamente pelos próprios autores, pois estatutariamente a direcção, administração e o respectivo controlo fiscal só podem ser exercidas pelos sócios. Por isso mesmo não podem deixar de causar espanto as afirmações produzidas há dias numa entrevista pelo Conservador do Registo da Propriedade Literária, Artística e Científica e actual consultor jurídico da Secretaria de Estado da Cultura, o dr. António Maria Pereira, considerando as associações de autores como «intermediários interesseiros, ciosos das suas comissões (e que) nem sequer beneficiam os autores». Tão demagógica afirmação é fruto da mais completa ignorância ou de absoluta má-fé; em qualquer dos casos, é grave que ela tenha partido de quem não pode considerar-se um irresponsável nesta matéria, não só porque exerce aquelas funções oficiais desde 1949 como ainda por ter representado o nosso País nas últimas reuniões de organismos internacionais que se ocupam do direito de autor, mais concretamente depois de 25 de Novembro do ano passado.

Por que considera demagógica essa afirmação?

— Em primeiro lugar, porque, sendo as sociedades de autores, mormente quando constituídas sob a forma de cooperativas, organismos criados e geridos pelos próprios autores para o exercício dos direitos que a lei (e a própria Constituição) lhes reconhece, nunca poderão ser havidas como intermediários. Intermediários serão, sim, os que utilizam, exploram e veiculam com intuitos lucrativos as obras dos autores e as comunicam ao público que irá consumi-las — os editores de livros e discos,

Continua na pág. 18

Black & Decker

a prenda mais útil!

Berbequim eléctrico 10 MM - 1 velocidade
Serra circular - ferro de soldar
Livro "FAÇA VOCÊ MESMO"

Berbequim eléctrico 10 MM - 2 vel.- D.N.J. 64
com percussão - serra circular
Lixadora vibratória - esmeriladora bancada
Suporte horizontal - ferro de soldar
Livro "FAÇA VOCÊ MESMO"

Alfredo A. Moreira, Lda.

(a Casa dos Berbequins)
R. Ferreira Borges, 16 — Lisboa — Tel. 66 21 46 — 66 86 56
Loja Hobby no Drugstore Apolo 70 — Av. Júlio Dinis, 10 — Lisboa — Tel. 77 40 94
Loja Hobby no Drugstore Alvalade — Praça de Alvalade — Lisboa — Tel. 80 49 13
Lojas Hobby abertas todos os dias até à meia-noite

Queiram enviar-me à cobrança:
☐ conjunto SUPER 6 por 2.499$00 (mais 60$00 para portes/cada)
☐ conjunto NATAL por 1.249$00 (mais 35$00 para portes/cada)

NOME _____
MORADA _____
LOCALIDADE _____ TELEF. _____

Estrangeiro

CONGRESSO DO P.T. DO VIETNAME

Passar a produção socialista queimando a etapa capitalista

. Com a participação de mil e oito delegados que representam milhão e meio de filiados espalhados por todo o país inicia-se hoje em Hanoi o IV Congresso do Partido dos Trabalhadores (Comunista) do Vietname. Trata-se do primeiro congresso efectuado após o termo da criminosa guerra que o imperialismo moveu ao povo vietnamita e que terminou com a retumbante vitória das forças progressistas do Vietname. A reunificação do país, consumada no dia 25 de Abril do ano passado, foi uma das primeiras etapas no caminho da recuperação nacional.

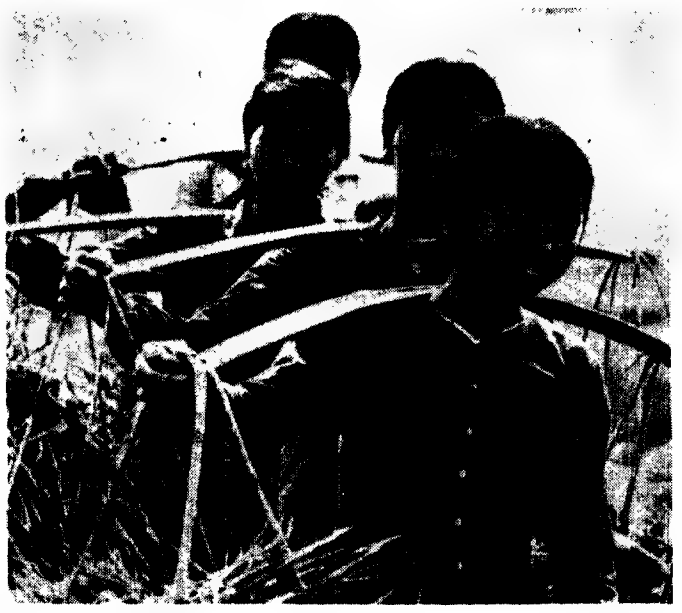
Pela sua população mais de 60 milhões de habitantes o Vietname é o terceiro país socialista do mundo. Durante trinta anos, o imperialismo (por intermédio directo da França, primeiro, depois dos EUA) tentou impedir a edificação do socialismo neste país. O desespero dos americanos, ante a derrota dos colonialistas franceses em Dien Bien Phu, fê-los lançar na mais monstruosa e criminosa aventura militar depois da II Grande Guerra. Milhões de vidas foram ceifadas, quilómetros e quilómetros de florestas foram devastadas, instalações fabris, campos, hospitais, povoações foram arrasadas, numa tentativa vã de «impedir que o comunismo alastrasse». Para lá das consequências internas que esta guerra teve no próprio país agressor, para lá das perdas em vidas e bens, um resultado inesperado coroou, bem contra a vontade de Washington, a acção desesperada dos americanos: a libertação não só de todo o Vietname cuja reunificação foi adiada contra todas as convenções internacionais e acordos solenemente assinados desde 1954, mas do Cambodja e do Laos. Deste modo, a teoria dos dominós que os americanos inventaram para justificar a sua intervenção no Vietname, veio a revelar-se verdadeira, mas exactamente por obra e graça dos próprios EUA.

O Congresso que hoje se inaugura em Hanói é da maior importância. Nele se traçara o balanço da actividade do partido durante o período de resposta à agressão imperialista e nos primeiros meses após a libertação. Além disso dele sairá a definição das medidas a tomar com vista à edificação socialista no país.

Segundo a agência «Novosti», existem boas perspectivas para que esta tarefa seja levada a bom termo. No Norte, o plano trienal de recuperação e desenvolvimento da economia nacional foi praticamente cumprido. No Sul, que recebeu um auxílio material considerável, já estão neste momento a funcionar praticamente todas as empresas industriais importantes. Os transportes estão em processo de restauração e verifica-se uma considerável diminuição do desemprego, que foi uma das mais pesadas heranças do antigo sistema.

No projecto do relatório de actividade do PTV a apresentar ao Congresso constata-se que estas transformações fornecem uma boa base para o cumprimento das tarefas a realizar durante o segundo plano quinquenal (1976-1988).

Este documento sublinha que a «passagem da pequena produção, que é a forma mais generalizada da economia nacional, para a grande produção socialista, será realizada, queimando-se a etapa do desenvolvimento capitalista». Deste modo se confirma a tese leninista segundo a qual um país pode, devido a certos traços específicos do seu desenvolvimento, enveredar pela via socialista sem passar pelo estádio capitalista.



Após a agressão imperialista de que foi vítima o Vietname entrou agora na fase de produção socialista

Os comunistas vietnamitas utilizarão, na construção do socialismo, uma estrutura económica moderna, no domínio agrícola e industrial, explorando não só todas as possibilidades internas, mas também todas as vantagens da cooperação internacional.

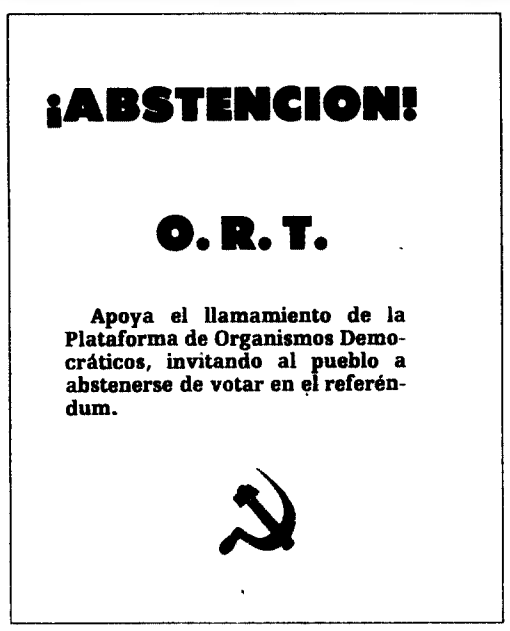
No campo da política externa o PTV defende o estabelecimento e desenvolvimento das relações com todos os países, quer socialistas quer capitalistas, assentes no respeito mútuo pela soberania, independência e integridade territorial. Quanto ao Sueste Asiático o PTV defende a paz e a neutralidade autenticas, com a ausência de bases militares estrangeiras na área.

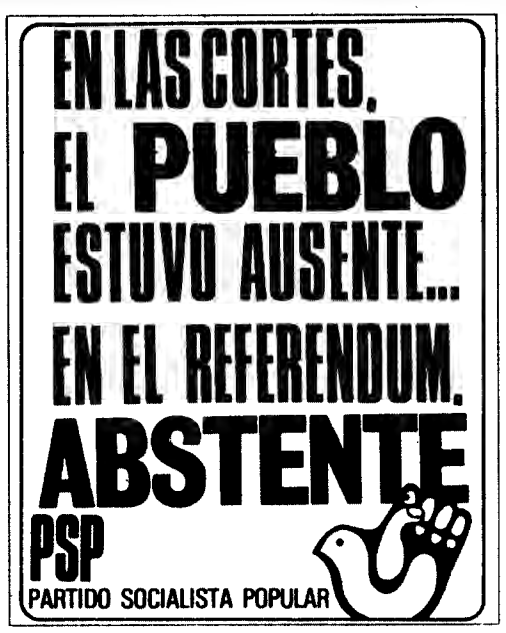
O Vietname, cuja luta heróica contou com o apoio efectivo do movimento comunista internacional, pretende reforçar e aprofundar ao máximo a solidariedade militante dos países socialistas, na base do internacionalismo proletário.

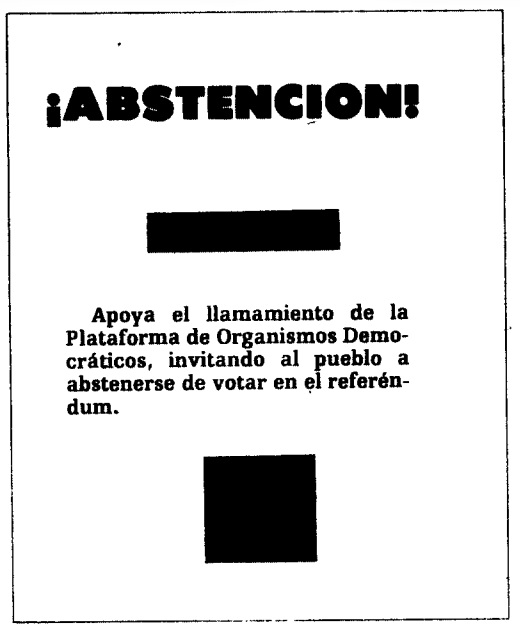
Delegações estrangeiras

. Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP, representa este Partido no Congresso do Partido dos Trabalhadores do Vietname. A delegação soviética é chefiada por Mikhail Suslov, membro da Comissão Política do PCUS. Por seu turno, Giancarlo Pajetta, Alessia Pasquini e Francesca Narazzi constituem a delegação do PCI àquele congresso.

A liberdade de Imprensa em Espanha







Estas duas páginas de publicidade na revista «Cuadernos para el Diálogo» dão a medida exacta do que ó Governo espanhol entende por liberdade de Imprensa em véspera do referendo. À esquerda pode ver-se a pagina programada por «Cuadernos», com os nomes bem visíveis de quatro formações políticas propositoras da abstencão: O. R.T. (Organización Revolucionária de Trabajadores), P. S. P. (Partido Socialista Popular), F. P. S. (Federación de Partidos Socialistas) e M.C. (Movimento Comunista). À direita, depois da intervenção do lápis azul, desapareceram os nomes das mesmas formações... Resta acrescentar que o número de «Cuadernos» foi o de 4 do corrente e que a página em causa, a 22, já estava impressa e teve que ser refeita.

Espanha entre o rapto de Oriol e o referendo de Adolfo Suárez

A 24 horas do referendo em que o povo espanhol vai dizer «sim» ou «não» aos planos de reforma política propostos por Adolfo Suárez, a opinião pública, os órgãos de Informação, as atenções das autoridades e as preocupações gerais estão divididas em duas partes iguais. Por um lado, o sequestro do presidente do Conselho de Estado, Antonio Mario de Oriol y Urquijo, pela organização maoista GRAPO Grupo de Resistência Antifascista Primeiro de Outubro, que entra hoje no seu quarto dia. Por outro, a intensa campanha em torno do referendo, que levará às urnas 23 milhões de eleitores.

No que se refere ao rapto de Oriol, os elementos do GRAPO acusam o Governo de «procurar ganhar tempo para auxiliar a polícia», classificando-a de «técnica perigosa» enquanto, em mais uma nota entregue ao jornal «El País», pela primeira vez proferiram ameaças, avisando que «estão dispostos a tudo». Os sequestradores de Oriol y Urquijo confirmaram que não queriam dinheiro, mas a libertação de 15 presos políticos. O Governo de Adolfo Suárez, por sua vez, disse que não aceitaria discutir a libertação do quarto homem do regime, na base exigida pelos raptores. A última mensagem do GRAPO foi encontrada num lavarório do bar «La Veneciana», na Rua de Alcalá, no centro de Madrid. Quatro redactores do «El País» que foram buscar a carta, depois de um telefonema de aviso, foram presos por dez agentes dos serviços de segurança e levados para central de polícia, de onde foram libertados após interrogatórios. Na mesma comunicação, o GRAPO diz que Oriol y Urquijo encontra-se bem, fisica e moralmente, e que a organização «compreende o sofrimento da família, mas também tem em conta as dos presos políticos». Entretanto, o caso pode vir a sofrer um sério agravamento, no momento em que o grupo de extrema-direita «Comando Adolfo Hitler», em correspondência enviada ao vespertino «Pueblo», também em Madrid, adverte que «se António Mario de Oriol y Urquijo for morto pelos seus raptores, mataremos Felipe Gonzalez, primeiro secretário do Partido Sociulista Operário Espanhol PSOE». O receptor da ameaça foi o próprio director adjunto do jornal, chamado ao telefone por quatro vezes durante a noite de ontem.

O Governo espanhol adotou uma posição de espera pelo desenrolar dos acontecimentos. O ministro do Interior, Rodolfo Martin Villa permaneceu na presidência dkrante a noite, em companhia de altos funcionários, de responsáveis pela segurança e de um membro da família de Oriol y Urquijo. Citando as clássicas «fontes bem informadas», o «Diário 16» confirma que o Governo espanhol não aceitaria a libertação de presos políticos como condição de resgate, ao mesmo tempo em que meios de esquerda e de extrema-esquerda não escondem o seu cepticismo e, por vezes, apresentam hipóteses, do GRAPO ser, na realidade, um grupo de extrema-direita ou, pelo menos, manipulado por franquistas, para uma manobra de última hora. Como apoio dessas opiniões citam certas inscrições que já aparecem nos muros de Madrid, onde se lê: «A democracia provoca o terrorismo e a violência».

Enquanto o desfecho do sequestro permanence uma incógnita, a campanha pelo referendo, tanto pelos que querem o «Sim» como pelos que preconizam o «Não» atinge o auge. Comenta-se que o Governo espanhol levou a cabo uma campanha de publicidade avaliada em mais de 400 milhões de pesetas, sem contar com o tempo grátis na Televisão. Em compensação, nas horas de ponta, nos locais de trabalho, nos bairros, nas ruas ou nos lokais de divertimento, jovens oposicionistas ditribuem panfletos a favor da abstenção, perseguidos pela polícia. Admite-se que nas regiões mais desenvolvidas este apelo será atendido. Nas zonas médias conta-se com o «Sim» e calcula-se que o «Não» terá uma votação baixa, confirmando a desintegração da extrema-direita. De uma maneira geral, a vitória é atribuída por antecipação, ao «Sim», por larga margem. Os colégios eleitorais abrirão às nove e encerrarão às 20 horas. Pouc depois, serão conhecidos os resultados. Esta noite, Adolfo Suárez encerra a campanha, falando 10 minutos na Rádio e na Televisão.

Caleidoscópio

OPEP Ministros dos 13 Estados membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (PPEP) reunem-se amanhã em Dohna (Qatar) num encontro do qual, segundo se calcula, virá a resultar o aumento do preço do petróleo. O xá do Irão declarou ontem que os EUA, o Japão e a RFA poderiam facilmente observer um aumento de 15 por cento.

DIREITA ALEMÃ A União Social Cristã (CSU) da Baviera e a Uniãgo Democrata Cristã (CDU) decidiram reatar a aliança parlamentar no Bundestag, tendo Helmut Khol sido escolhido para chefiar a oposição conservadora do Parlamento. A aliança havia sido interrompida em Novembro. O novo acordo de aliança prevê uma autonomia da CSU, que passa assim em certo sentido a ser um quarto partido.

JIMM- CARTER O presidente eleito dos EUA, Jimmy Carter, foi formalmente reconhecido como 39.º presidente dos EUA pelo colégio eleitoral, obtendo 297 votos eleitorais contra 240 para Ford. Carter, que dará hoje à tarde uma conferência de Imprensa, escolheu Charles Scgultze para a chefia dos conselheiros económicos da Casa Branca.

IRLANDA Guerrilheiros do IRA provocaram o caos em toda a capital da Irlanda do Norte com uma série coordenada de ataques à bomba a falsos alarmes de bomba durante o assalto a uma fábrica em que um empregado foi morto a tiro. O trânsito rodoviário e ferroviário entre as duas Irlandas foi igualmente perturbado por várias explosões e alarmes de bombas.

A CEE E AS PESCAS Os ministros dos Negócios Estrangeiros do Mercado Cumum (CEE) deram um prazo até Abril à URSS e a outros países socialistas europeus para negociarem acordos de pesca bilaterais ou deixarem de pescar na zona de 200 milhas da CEE que entra em vigor no próximo dia 1. Enquanto isto EUA e URSS recomeçaram negociações sobre um acordo de pescas relativo à ampliação das águas territoriais norte-americanas para as 200 milhas.

POLÍTICA JAPONESA O executivo do partido governamental japonês convocou para o dia 23 do corrente uma reunião geral do seu grupo parlamentar a fim de nomear um candidato para o posto de primeiro-ministro. Por outro lado, dois independentes aderiram ao Partido Liberal Democrata (governamental) dando-lhe assim uma maioria de quatro lugares na Câmara Baixa,

RELATÓRIO DE MIKE MANSFIELD

A Ásia não deve ser controlada pelos E. U. A.

Levando em consideração o que viu e ouviu durante a visita que efectuou ao continente asiático durante Setembro e Outubro passados, o senador norte-americano Minke Mansfield, líder democrático cessante, fez uma série de recomendações, expressas no relatório elaborado com o resultado das suas observações. A mais importante é aquela que pede aos Estados Unidos para retirarem as suas tropas e armas da Coreia do Sul e para reconhecerem o Vietname, o Camboja e a República Popular da China. Diz Mansfield: «Na minha óptica, a posição dos Estados Unidos na Ásia e no Pacífico é a mais favorável de sempre, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, ou seja, não há guerra». O senador democrático lembra que o seu país tem relações com todos os outros, excepto a Coreia do Norte e os países da Indochina, «a quem o executivo decidiu ignorar».

Mike Mansfiel, revelando que compreendeu muito bem a situação na Ásia, nomeadamente a partir da derrota que os Estados Unidos sofreram no Vietname, recomenda ainda ao seu Governo que não deve procurar controlar os acontecimentos naquele continente. Especificamente, em relação a cada país, o senador democrático diz o seguinte:

. **Coreia** — «A nossa força neste último bastião do continente asiático deve ser reduzida num certo espaço de tempo, depois de consultas com o Japão. Todas as armas nucleares devem ser retiradas da pensínsula».

Vietname e Camboja — «A actual política norte-americana de opósição às relações comerciais e diplomáticas com o Vietname e o Camboja, bem como a recusa em permitir a admissão do Vietname nas Nações Unidas e o não envio de um embaixador para o Laos, encerra algo de complexo de avestruz».

China — «O problema mais importante da política norte-americana respeitante à Ásia, é completar a normalização de relações com a República Popular da China».

SEATO — «Não devem recomeçar as actividades norte-americanas iniciadas na Tailândia e o compromisso com a Organização do Tratado do Sudeste Asiático deve ser terminado».

Mike Mansfiled faz todas essas recomendações, mas em contrapartida, diz que os Estados Unidos devem garantir a dominação da área do Pacífico.

Greves em França

O Governo francês defronta hoje um grande desafio dos trabalhadores, com paralisações nas indústrias do gás e electricidade, e uma greve dos distribuidores de correio. Cinco sindicatos, que representam os 130 mil trabalhadores das indústrias nacionalizadas do gás e electricidade, decretaram paralisações de duas horas durante dois dias seguidos — hoje e amanhã — depois de a administração se ter recusado a garantir um aumento de dois por cento para compensar o aumento do custo de vida. Por seu lado, os carteiros iniciaram hoje uma greve de seis dias e é de prever que na indústria nacionalizada de carvão surjam problemas idênticos. As negociações salariais em curso no sector ferroviário, de transportes de Paris e dos funcionários públicos podem levar a crise idêntica, embora qualquer decisão de greve tenha ficado suspensa até Janeiro.

Estas greves surgem porque as administrações desrespeitam a cláusula dos contratos colectivos visando compensar automaticamente a alta do custo de vida. O desrespeito é feito ao abrigo do plano de austeridade do Governo, destinado a lutar contra a inflação e o desemprego.

A atitude dos trabalhadores põe em cheque a fase crucial do plano de austeridade, que deveria permitir a estabilização do poder de compra, das remunerações e dos salários. A França, como todo o mundo capitalista, defronta uma grave crise económica, que se pode sintetizar nos seguintes dados: desemprego — um milhão e quarenta mil pessoas; produção industrial — queda de 4,65 por cento.

Além das greves citadas, regista-se outra no Aeroporto de Orly e, no sector privado, nos estaleiros navais de Alsthom-Atlantique (Saint Nazaire).

Kossyguin na Polónia

O primeiro-ministro soviético, Alexei Kossyguine, chegou ontem à tarde a Varsóvia, chefiando uma délegação do seu país, para assistir às primeiras entregas de aço do maior empreendimento industrial polaco desta década — a Siderurgia de Katowice.

Os soviéticos investiram avultado capital neste empreendimento que visa reduzir até 1980 a dependência polaca dos metais importados. Uma nova via férrea vai ser construida através do Sul da Polónia para transportar minério de ferro soviético ao novo complexo. No próximo ano, a produção de aço de Katowice será de dois milhões de toneladas e subirá dentro de poucos anos para nove milhões.

O alargamento e o reforço da cooperação entre a U. R. S. S. e a Polónia em matéria económica e técnica foram tema das conversações que ontem Kossyguine travou com o seu homólogo polaco, Piotr Jaroszewicz.

CONDECORAÇÕES DA R.D.A. PARA BREJNEV

As condecorações máximas da R. D. A. — Estrela de Herói da R. D. A. e Grande Estrela de Amizade entre os Povos — foram ontem impostas no Kremlin ao secretário-geral do P. C. U. S., Leonid Brejnev, pelo secretário do Partido Socialista Unificado da R. D. A., Erichk Honecker, que ontem chegou a Moscovo, e que hoje regressa ao seu país. No discurso que pronunciou durante a cerimónia da condecoração, Honecker disse que Brejnev mereceu as duas condecorações pelas suas actividades durante a guerra e a paz.

Brejnev completará 70 anos no próximo dia 19.

Líbano: negociações para recolha de armas

Uma comissão de desarmamento da Liga Árabe, composta por representantes de quatro países, avistar-se-á hoje com o presidente libanês, Elias Sarkis, numa tentativa de reactivação do plano de recolha de armas pesadas das duas facções em luta durante a guerra civil libanesa. O plano de desarmamento assume a maior urgência depois de recrudescimento da violência e de dois atentados cometidos anteontem contra dirigentes da direita.

Enquanto isto, parece sanado o conflito entre o Partido Nacional Liberal de Camille Chamoun e os falangistas dois agrupamentos de direita que combateram unidos num comando conjunto.

A crise libanesa, foi, entretanto tema das conversações que o secretário de Estado cessante, Henry Kissinger, travou ontem em Washington com Shimon Peres, ministro israelita, da Defesa. Os dois poóticos abordaram também as perspectivas de paz no Médio Oriente. No final do encontro o ministro israelita afirmou que as perspectivas de solução são razoáveis e manifestou a sua preferência pessoal pela diplomacia dos «pequenos passos».

Em Atenas terminaram ontem os trabalhos da Conferência Internacional Extraordinária de apoio à luta do povo palestiniano e do movimento nacional libanês, que se tinha iniciado no domingo. A conferência condenou o imperialismo, o sionismo, a reacção árabe local e pediu a libertação dos palestinainos detidos nas zonas ocupadas por Israel.

Gilmore já pode ser fuzilado

O Supremo Tribunal dos Estados Unidos retirou ontem a ordem de suspensão da execução de Gary Gilmore, que prefere morrer à frente de um pelotão de fuzilamento a passar a vida na prisão. Assim, as autoridades do Estado norte-americano de Utah podem marcar uma nova data para a execução. Filmore, de 36 anos, que foi condenado no passado dia 3 de Outubro pelo assassínio de um empregado de motel em Provo, naquele Estado, actualmente está a fazer «greve da fome» no corredor da morte da Penitenciária Estadual de Utah, em apoio à sua exigência. A sua execução estava suspensa desde o dia 3 deste mês, mas a revogação desta ordem derruba todos os obstáculos legais ao fuzilamento. Gary Gilmore deverá «pagar a sua dívida para com a sociedade», enfrentando o pelotão, formado por cinco cidadãos «honrados», na próxima semana. Nos últimos meses a execução foi atrasada mais de seis vezes por recursos apresentados ao Tribunal de Apelo, em seu nome, mas contra a sua vontade.

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter

PUB

SINDICATO DE GARAGENS,

POSTOS DE ABASTECIMENTO,

TRANSPORTES

E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL

COMUNICADO

CAMARADA

Levamos ao conhecimento que foi nesta data assinado O CCTV das Garagens.

Informamos que fomos forçados a assinar o mesmo, porquanto nas reuniões que tiveram lugar no Ministério do Trabalho, na fase de conciliação, com representantes dos Sindicatos, da ANAREC e do Ministério do Trabalho, a ANAREC como associação de patrões que é, com o patrocínio do representante do Ministério do Trabalho, continuou a recusar-se a aceitar uma tabela salarial justa e de acordo com o actual custo de vida.

Considerando que em face do impasse verificado, o CCTV só poderia ser publicado através de portaria e que a publicação da mesma só iria ter lugar na melhor das hipóteses, dentro de dois meses, e possivelmente ainda com tabelas mais baixas, não restou outro caminho a este Sindicato do que assinar o CCTV das Garagens.

Este Sindicato responsabiliza o Ministério do Trabalho pelos baixos salários acordados, e constata mais uma vez que o referido Ministério embora denominado do Trabalho, mais parece do patronato.

Transcrevemos a seguir a tabela salarial:

Abastecedor de Combustíveis	6.100$00
Ajudante de Motorista	6.900$00
Aprendiz até dois anos	3.100$00
Aprendiz com mais de dois anos	4.100$00
Assistente Exp. Parques Automóveis	9.300$00
Arrumador de Parques	6.500$00
Caixa de Escritório	7.800$00
Caixa de Loja	6.500$00
Caixa de Parques de Estacionamento	6.500$00
Caixeiro-encarregado	9.300$00
Primeiro Caixeiro	8.000$00
Segundo Caixeiro	7.300$00
Terceiro Caixeiro	6.850$00
Caixeiro-ajudante	5.850$00
Caxeiro de Praça	8.000$00
Caixeiro-viajante	8.000$00
Chefe de Escritório	10.000$00
Chefe de Secção	9.100$00
Chefe de Exp. de Parques	10.750$00
Candidato a Lavador	5.850$00
Candidato a Lubrificador	6.850$00
Candidato a Recepcionista	5.600$00
Conferente	7.300$00
Cobrador	7.100$00
Contínuo	5.85000
Dactilógrafo (1.º ano)	5.400$00
Dactilógrafo (2.º ano)	5.750$00
Dactilógrafo (3.º ano)	6.000$00
Distribuidor	5.850$00
Distribuidor e Cobrador de Gás	6.900$00
Primeiro Escriturário	8.000$00
Segundo Escriturário	7.250$00
Terceiro Escriturário	6.750$00
Estagiário (1.º ano)	5.400$00
Estagiário (2.º ano)	5.750$00
Estagiário (3.º ano)	6.000$00
Encarregado de Armazém	8.300$00
Encarregado de Tráfego	8.300$00
Encarregado	8.300$00
Oficial Electricista	8.300$00
Electricista Pré-Oficial (1.º ano)	6.500$00
Electricista Pré-Oficial (2.º ano)	6.850$00
Electricista Ajudante (1.º ano)	5.100$00
Electricista Ajudante (2.º ano)	5.850$00
Aprendiz Electricista (1.º ano)	3.500$00
Aprendiz Electricista (2.º ano)	4.100$00
Fiel de Armazém	7.350$00
Gerente, Chefe Div. e Chefe Serviços	10.000$00
Guarda	6.100$00
Instalador de Gás de 1.ª	8.000$00
Instalador de Gás de 2.ª	7.300$00
Instalador de Gás de 3.ª	7.100$00
Lavador	7.000$00
Lubrificador	7.200$00
Mecânico Auto	8.300$00
Montador de Pneus	6.500$00
Montador de Pneus Espacializado	7.300$00
Motorista de Ligeiros	7.400$00
Motorista de Pesados	8.100$00
Operador Máquinas Contabilidade	7.700$00
Paquete	4.350$00
Porteiro	5.950$00
Praticante	5.100$00
Recepcionista Parq. Estacionamento	7.100$00
Recepcionista	7.400$00
Servente	7.400$00
Servente de Limpeza	5.300$00
Telefonista	6.600$00

Lisboa, 10 de Dezembro de 1976

O PRESIDENTE DA DIRECÇÃO
José Eduardo M. Borges

PORTUGAL
PRESENTE
NO «SHOE SHOW»

Nova Iorque, 12/15/2/77

Consciente da importância e projecção do «Shoe Show», decidiu o Fundo de Fomento de Exportação levar a efeito a organização duma representação do sector do calçado a nível nacional no referido certame, que terá lugar em Nova Iorque, de 12 a 15 de Fevereiro próximo.

As firmas interessadas em expôr no stand de Portugal, deverão contactar até ao próximo dia **18 de Dezembro** a Direcção de Serviços de Feiras e Exposições — Av. 5 de Outubro, 101 — Lisboa, telefones 777772 ou 777768.

PORTUGAL
PRESENTE NA
«SCANPLAST»

Gotemburgo--9 a 13/3/77

Consciente da importância e projecção do «SCANPLAST», decidiu o Fundo de Fomento de Exportação levar a efeito a organização duma representação do sector dos moldes para a indústria dos plásticos a nível nacional no referido certame, que terá lugar em Gotemburgo (Suécia) de 9 a 13 de Março do ano próximo.

As firmas interessadas em expôr no stand de Portugal, deverão contactar até ao próximo dia **18 de Dezembro** a Direcção de Feiras e Exposições — Av. 5 de Outubro, 101 — Lisboa, telf. 777772 ou 777768.

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

13.º JUÍZO

1.ª PUBLICAÇÃO

ANÚNCIO

FAZ-SE SABER que pela primeira secção deste Juízo correm éditos de vinte dias, contados da data da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos, que gozem de garantia real sobre um crédito de cento e cinquenta mil escudos que o executado possui sobre José Guerreiro da Silva e Francisco António Guerreiro, para no prazo de dez dias, decorrida aquela dilação, reclamarem o pagamento do seu crédito na execução sumária que Luís da Silva Camões move contra Carlos Pinheiro.

Lisboa, 29 de Novembro de 1976

O Juiz de Direito
a) **Jaime Octávio Cardona Ferreira**
O Escrivão de Direito
a) **João Faustino Nunes Gonçalves**

ANÚNCIO

Agradece-se às pessoas que assistiram à agressão do Metropolitano em Palhavã no dia 9 de Dezembro que telefonem para 74 39 43 pois pretendem acusar a vítima atingida de gatuno quando é mentira.

Nacional

Notas oficiosas

Crédito selectivo a retornados começa no dia 27

O Comissáriado para os Desaloiados emitiu uma nota oficiosa sobre o sistema de crédito selectivo para os retornados das ex-colónias, que e do seguinte teor:

«1 — Conforme já foi divulgado publicamente, o sistema de crédito selectivo a desalojados vai iniciar-se na segunda quinzena do corrente mês de Dezembro, tendo-se fixado, para o efeito, o próximo dia 27.

2 — As instituições bancárias intervenientes no sistema são as seguintes: Banco da Agricultura, Banco de Angola, Banco Borges e Irmão, Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Banco de Fomento Nacional, Banco Fonsecas e Burnay, Banco Micaelense, Banco Nacional Utramarino, Banco Pinto de Magalhães, Banco Pinto e Sotto Mayor, Banco Português do Atlântico, Banco Totta e Açores, Caixa Geral de Depósitos.

3 — Excepcionalmente e quando se mostre conveniente à viabilidade do projecto, poderão associar-se ao empreendimento cidadãos residentes.

Em qualquer circunstâncias, porém, o número de empreendedores desalojados nunca deverá ser inferior a 2/3 do total de sócios, o mesmo devendo verificar-se relativamentte ao capital social.

Além disso, torna-se necessário que a participação técnica e/ou financeira dos residentes, na execução do projecto, seja significativa.

4 — Relativamente à intervencão do sistema bancário, deverão observar-se os seguintes limites de actuação:

— Empreendimentos de valor compreendido entre 50 e 500 contos devem ser tratados apenas pela banca comercial.

— Empreendimentos de valor compreendido entre 501 e cinco mil contos devem ser tratados pela banca comercial e banca de investimento.

— Empreendimentos de valor superior a cinco mil contos devem ser tratados apenas pela banca de investimento.

5 — Os empreendimentos abrangidos por este sistema de crédito deverão, em princípio, corresponder a projectos novos de actividade económica, seleccionados segundo critérios prioritários já tornados públicos, que decorrem da política de desenvolvimento económico do País.

A título muito excepcional, poderão ser considerados projectos que impliquem a recuperação e desenvolvimento de empreendimentos já existentes.

6 — É admitido o recurso em relação às decisões da Comissão Interministerial de Financiamento a Retornados (C.I.F.R.E.), e das comissões regionais, distritais e concelhias do Comissariado.

Esclarece-se que o recurso será interposto de acordo com o seguite esquema:

Das comissões concelhias para as respectivas comissões distritais; das comissões regionais e distritais para C.I.F.R.E.; para o alto comissário.

O recurso deverá ser apresentado na comissão onde foi tomada a decisão respectiva e implicará o depósito da C.I.F.R.E. na Caixa Geral de Depósitos, por guia e à ordem do Comissariado para os Desalojados, dos quantitativos seguintes: projectos de 50 a 500 contos; mil escudos; projectos de 501 a 5000 contos: cinco mil escudos; por objectos superiores a cinco mil contos: dez mil escudos; que serão devolvidos aos interessados no caso de provimento e reverterão, caso contrário, a favor do comissariado.

O recurso terá de ser interposto no prazo de 15 dias, a contar da data em que o proponente principal tiver conhecimento escrito da decisão de indeferimento.

7 — Na execução deste sistema, apela-se para que os desalojados evidenciem as suas iniciativas criadoras e capacidades de realizacão relativamente às quais muitos deles deram já provas concludentes nas ex-colónias.

Por outro lado, recomenda-se que, na elaboração de projectos e instrução dos respectivos processos, sejam observadas as instruções da banca, para que, desse modo, se possibilite um estudo e análise mais rápidos. Os desalojados devem preocupar-se mais com a elaboração de um bom projecto do que com a pressa em o apresentar, uma vez que o sistema de crédito, neste primeiro programa, vai prolongar-se por quatro anos.»

Construção de casas ao abrigo de contratos de desenvolvimento

O Ministério da Habitação e Urbanismo tornou pública a seguinte nota oficiosa:

«Foi publicada no «Diário da República» de 2 do corrente a portaria n.º 726/76, emanada da Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, e a que os meios de Comunicaçao Social se referiram de forma que pode ter deixado algumas dúvidas que agora se pretendem esclarecer.

Trata-se de uma portaria que regulamenta uma categoria habitacional de promoção privada condicionada, não incluída, portanto, na de habitação social.

A área útil de cada habitação é fixada entre 30 e 110 metros quadrados e as rendas máximas entre 2000$00 e 6000$00 mensais, conforme o número de quartos de dormir. O escalão máximo (T6) corresponde a habitação com seis quartos de dormir, para além de sala comum, cozinha e casa de banho — estas últimas comuns a todos os tipos de habitação previstos.

A este regime ficarão sujeitas as casas construídas ao abrigo de contratos de desenvolvimento a celebrar entre empresas privadas de construção ou produtoras de componentes e materiais para a construção, o Fundo de Fomento da Habitação e as instituições de crédito.

A distribuicão das casas passará a ser feita pelos Serviços Municipais de Habitação, a constituir junto de cada câmara municipal, os quais se encontram presentemente em vias de estruturação.»

Recomeçou o Crédito Agrícola de Emergência

O Ministério da Agricultura e Pescas tornou pública a seguinte nota oficiosa:

«Esclarecem-se os agricultores individuais e os trabalhadores das explorações agrícolas colectivas que o Crédito Agrícola de Emergência recomeçará na próxima segunda-feira, dia 13, para todos aqueles que tenham apresentado as suas contas.

ontrariamente àquilo que tem sido afirmado nalgumas localidades da província, é falso que o Governo vá cortar o crédito nesse dia àqueles que não tiverem amortizado integralmente as suas dívidas, pois o Governo sabe que isso seria lançar no desemprego milhares de trabalhadores ou obrigar a vendas maciças de gados manifestamente lesivas da economia nacional.

Trata-se de mais um boato posto a circular pelas forças que não estão interessadas na instalação da Democracia na fase de intervenção das leis da Reforma Agrária.»

Acordo de cooperação com a Hungria

Os Presidentes do Fundo de Fomento de Exportação e da Câmara do Comércio da Hungria assinaram um acordo de cooperação em Bucareste.

A realização do acordo coincide com a inauguração de uma semana de exposições de produtos portugueses na capital húngara durante a qual terá lugar um colóquio sobre o nosso comércio externo, a economia e o sistema bancário.

As trocas comerciais entre Portugal e a Hungria registam saldo positivo a favor do nosso País sabendo-se que as exportações portuguesas atingiram os 48 mil contos e as importações 14 mil contos. Recentemente a empresa estatal húngara «NikeX» enviou a Lisboa uma missão comercial que estabeleceu vários contactos alguns dos quais em vias de concretização.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICOS DE VENDAS

A Direcção do Sindicato, prevendo possíveis atrasos dos C. T. T. na entrega das circulares convocando os associados a participarem nos próximos dias 17 e 18 do corrente mês (sexta-feira e sábado) na Assembleia Geral Ordinária para leitura, discussão e votação do Orçamento Ordinário para 1977 e no Referendo sobre a adesão ou não ao Congresso dos Sindicatos, salienta que tais actos decorrerão na Delegação deste Sindicato, à Rua dos Anjos, 82-82-A, em Lisboa, funcionando com os seguintes horários:

1.º — **Assembleia Geral Ordinária** — terá início às 21.30 horas do dia 17.

2.º — **Referendo** — das 9.30 às 18 horas do dia 18.

COMPARECE E PARTICIPA ACTIVAMENTE NA VIDA DO SINDICATO

Pel'A DIRECÇÃO
Rocha

Televisão

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

NÃO. O CASO NÃO É PARA RIR.

O dr. Mário Soares desconhecia aquela história das maiorias absolutas nos concelhos. O dr. Sá Carneiro apanhou-o em falso e vá de explorar a situação. E aí temos o presidente do Conselho à procura da rolha e o presidente do P. P. D., mefistofélico, no gozo. Depois, aquela história de Leiria, onde também o presidente do Conselho não estava muito seguro ... e aí temos o responsável-mor do socialdemocratismo no jogo do gato e do rato...

Os telespectadores riem diante dos políticos que dão barraca. Meninos brincalhões que se esqueceram de pôr o bibe. Assim, enfarpelados e de gravata, a sensação do ridículo aumenta. Que a RTP, essa grandecíssima p...ateta, serve para muitas coisas, nós já sabíamos. Agora que também sirva para pátio de recreio de meninos crescidos, não a sabíamos com tão acabada vocação.

Não há dúvida. Aquilo já começa a ter um cheirinho de democracia burguesa. Como repararam, é de se apertar o nariz...

O ACESSÓRIO E O ESSENCIAL

[illegible] que não perdemos o tempo.

Ficamos a saber, por exemplo, através dos 52 minutos, aproximadamente, utilizados pelo presidente do Conselho, que o Partido Socialista obteve uma grande vitória nas eleições. Ainda ganhou, já podem ver, em Santa Comba Dão, terra de tantas tradições (de que não tem, aliás, a menor culpa) e não sei em quantos concelhos mais.

Ficamos a saber, por exemplo, através de cerca de 40 minutos utilizados pelo dr. Sá Carneiro, que o P. P. D. foi o grande vencedo destas eleições, aí isso foi, sim senhores, perderam 20 concelhos, mas ganharam 11, já podem ver, e que, a continuar por este caminho, o P. S. se transformaria no Partido Nacional Único (onde raio é que o dr. Sá Carneiro já teria ouvido esta expressão?).

Ficámos a saber por exemplo, através dos aproximadamente 35 minutos entregues ao dr. Freitas do Amaral, que o C. D. S. cresceu nas áreas urbanas e industrializadas a provar, certamente a vocação trabalhista e proletária daquele partido. Ficámos a saber como, numa voz tão mansa, se pode destilar tanto veneno.

Quanto a Álvaro Cunhal, ao longo dos 25 minutos, aproximadamente, das suas intervenções, mal teve tempo para desfazer os erros e anular os golpes baixos da extrema-direita e para fazer, no essencial, a defesa dos trabalhadores, das suas conquistas e da legalidade democrática.

A clareza das suas posições e a sua total ausência de demagogia destoavam ali claramente. Toda a sua agressividade estava reservada para os partidos reaccionários. Não fazia jogo para a galeria, que é sempre um espectáculo deprimente. Toda a sua preocupação consistiu em que os telespectadores não perdessem de vista o inimigo principal.

A discussão aprofundada dos problemas nacionais, pela Televisão portuguesa, é de muita utilidade. Mas nada se lucra quando, por força da galhofa mal controlada de Sá Carneiro, e da ingenuidade (que se julga esperteza) do Presidente do Conselho, se transforma um diálogo político numa cena de revista. Ontem, em certas ocasiões, mais parecia que estávamos no Parque Mayer.

Acabam sempre nisto os eleitoralismos.

AS LINHAS COM QUE NOS COSEMOS

Para além dos aspectos anedóticos da sessão, quatro aspectos essenciais dominaram as exposições dos quatro responsáveis dos partidos: a Reforma Agrária, a legalidade democrática, os créditos estrangeiros, e instabilidade do actual Governo.

Quanto à Reforma Agrária, Álvaro Cunhal apontou que o resultado destas eleições condenava o ataque feito contra a maior conquista do 25 de Abril. Mário Soares garantiu que a Reforma Agrária ia prosseguir ... mas não disse *como* e que espécie de Reforma Agrária seria essa. Será a do Barreto? Mas temos aí a consolidação da Reforma Agrária? Hum... A destruição, sim.

O Presidente do Conselho não desmentiu as palavras de Álvaro Cunhal quanto aos preceitos a seguir na questão do *direito da reserva*. Freitas do Amaral, por sua vez, defendeu a intervenção da G. N. R. na Herdade da Lobata para defender a ordem e a lei. Mas se a lei impõe normas para a execussão do direito de reserva; se essas normas não foram respeitadas ... que diabo de lei foram impor as armas?

Se um Governo recorre à força para fazer respeitar, não a lei democrática, mas a sua vontade, esse Governo está a um passo de se tornar numa ditadura. Cuidado!

Os interesses que o C. D. S. quer ver defendidos não são os dos trabalhadores, são os dos agrários. Daí que, claramente apoie o uso da força... contra os trabalhadores.

É natural. É natural que a C. A. P. goste muito do Barreto. O Barreto faz aquilo que o C. D. S. gosta e sem que o C. D. S. assuma a responsabilidade histórica do acto. Força, Barreto...

Quanto à legalidade democrática, o Presidente do Conselho comete uma leviandade inqualificável quando compara os Açores com o Alentejo. Deixa-se cegar pelo seu anticomunismo, o que pode produzir irreparáveis estragos na sua imagem pública.

Vive-se no Alentejo um clima de ordem e de tranquilidade. Os trabalhadores das cooperativas só pedem uma coisa: que os visitem, que todos os portugueses vão lá ver com os seus próprios olhos. Todos são bem recebidos e de braços abertos, qualquer que seja a sua cor partidária. A cortina que se quer fazer correr sobre o Alentejo não é obra dos trabalhadores do Alentejo, mas dos reaccionários fora dele.

O dr. Mário Soares sabe que o mesmo não acontece nas ilhas. Sabe que o mesmo não acontece nas povoações, nos concelhos dominados pelo P. P. D. e pelo C. D. S. Sabe que o incitamento ao ódio e à violência parte da C. A. P., parte dos adeptos do dr. Freitas do Amaral e do dr. Sá Carneiro.

O doutor sabe. Porquê, então, procurar confundir as cartas do jogo? Quem ganha com isso?

EMPRÉSTIMOS

Ora há quem pense que os empréstimos resolvem a crise do País. Engano. Os empréstimos não a resolvem: complicam-na.

Eu não digo que o dr. Mário Soares aceite os empréstimos com condições que prejudiquem a independência nacional. Simplesmente, os prejuízos à independência nacional *são inerentes* aos empréstimos do sector capitalista. Porque o capitalismo não é uma instituição de beneficência. Quem aceita um empréstimo do capitalismo, aceita meter o pescoço no laço. O resto é fácil de compreender...

O Governo Português recorre à via do auxílio ianque porque não quer recorrer à via do povo português, à via do esforço e participação dos trabalhadores portugueses. Porquê? Porque os trabalhadores estão dispostos ao sacrifício se obtiverem contrapartida democrática. O Governo não deseja pagar aos trabalhadores na moeda da libertação: prefere pagar ao imperialismo na moeda da servidão.

Basta ver as posições assumidas na O. N. U. sobre a África do Sul; as posições assumidas na N. A. T. O.; as posições assumidas quanto à independência de Angola; o clima anti-soviético instalado na Televisão e na Rádio, etc., etc., basta isso para se compreender que o imperialismo não dá ponto sem nó...

Sem nó cego, claro.

SENÃO

Quanto à precariedade deste Governo, salta à vista. Falta-lhe apoio popular, falta-lhe o apoio dos trabalhadores. Não se deixe Mário Soares iludir nesse aspecto. Só a consciência política do operariado português tem impedido situações que ponham em cheque este Governo minoritário, de forma a evitar que as forças da direita se aproveitem para fazer o seu jogo. Os trabalhadores portugueses, mais que ninguém, estão interessados na estabilidade democrática ou seja: na constituição de um Governo com o máximo apoio deles, trabalhadores. Todo o Governo que assenta noutros pressupostos, está votado ao fracasso.

A alternativa para o actual Governo será um Governo que mesmo não constituído por figuras representativas partidariamente conte com o apoio dos partidos democráticos.

Continua na pág. ...

Hoje

O Detective Aristocrata

I PROGRAMA

1.º Período

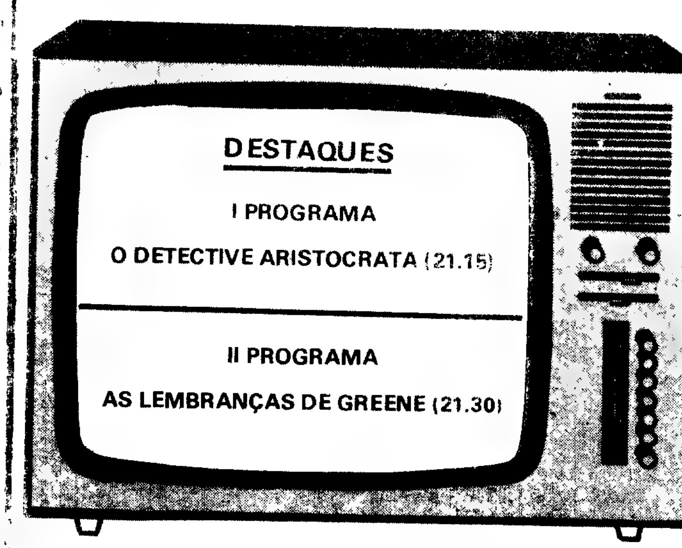
13.30 Ciclo Preparatório TV
18.05 Fecho.

2.º Período

18.30 Abertura e **Bonecos**: «Ratos Tretolas» e «Diário das Fábulas». «A Chaminé Estúpida», «Limpeza da Primavera»
19.00 **Peço a Palavra** — «Os Brinquedos». Que brinquedos? Quais os preferidos
19.30 **Inglês a Sorrir** — Continuamos com o divertido episódio «Super-Homem» que nos vai permitir recordar alguns aspectos da língua inglesa.
20.00 **Telecinema** — Magazine de actualidades cinematográficas.
20.30 **Telejornal** — 1.ª edição
21.05 **Momento Político** — Programa da Secretaria de Estado da Comunicação Social
21.15 **O Detective Aristocrata** — «Crime e Publicidade». Policial. Série baseada na obra de Dorothy L. Sayers. Realização de Rodney Bennett, com Ian Carmichael no papel de «lord» Peter Wimsey.
22.15 **Programa da Direcção de Informação.**
23.15 **Telejornal**
23.30 Fecho

II PROGRAMA

20.28 Abertura
23.30 **Telejornal**
21.00 **Documentário**
21.30 **Lembranças de Greene** — Adaptação de obras de Graham Greene.
22.30 Fecho.



Amanhã

I PROGRAMA

1.º Período

13.30: Ciclo Preparatório TV. **18.05**: Fecho.

2.º Período

18.30: Abertura. **18.32**: História à Vista. Natal... Portas de Bragança; as crianças falam das férias que se aproximam. **19.00**: **Abre-te Sésamo**. **19.30**: [illegible]eiríssimo. Inquérito às Editoras. Rui Moura Guedes, um novo disco. Ouvindo Vera Mónica. **19.50**: Vamos jogar no Totobola. **20.00**: A «National Gallery» 6.º programa «O Século de Leonardo e Rafael». **20.30**: Telejornal — 1.ª edição. **21.00**: A Música e o Silêncio. Um programa de António Victorino de Almeida. **21.35**: O Jardineiro. (Le Jardinier d'Argenteuil). Intérpretes: Jean Gabin, Liselotte Pulver, Curd Jurgens e Mary Marquet. Realização: Jean-Paul le Chanois. Ano da Produção: 1965. «Jardineiro e artista, o sr. Tulipa é um vagabundo sentimental. E tem ainda uma outra faceta desconhecida...» **23.15**: Telejornal. **23.30**: Fecho.

II PROGRAMA

20.30: Abertura e Telejornal. **21.00**: «Inédito... ou quase» «Seguir viagem» original de António Manuel Pires Cabral. **21.20**. Musical. **23.00**: Fecho.

COMUNA
TEATRO DE PESQUISA
Diariamente às 21.30 h.
O Muro
Inspirado em «AS AVENTURAS DE JOÃO SEM MEDO» de José Gomes Ferreira
Domingo só «matinée» às 18 h
2.as Feiras — Descanso da Companhia
PREÇO ÚNICO 40$00
Condições especiais
PRAÇA DE ESPANHA
METRO: PALHAVÃ
Telefone 76 26 24

MARIA VITÓRIA
TELEF. 36 17 40
UM ÊXITO!

IVONE SILVA
em «Angústia para o jantar»

• HOJE E TODOS OS DIAS •
2 SESSÕES ÀS 20.30 e 22.45 h.
Aos DOMINGOS e FERIADOS «Matinées» às 16 horas
Às 2.as FEIRAS — DESCANSO
A MELHOR REVISTA DOS ÚLTIMOS ANOS!
A NOVA PLURALIREVISTA
O BOMBO DA FESTA!
Não ac. M/18 anos
As atracções: FATIMA CALDEIRA e YUKIE

com
SALVADOR SANTANA
HENRIQUE LYGIA TELLES
À frente de um grande elenco e de um corpo de Baile Internacional

TEATRO ABERTO
grupo 4
O CIRCULO DE GIZ CAUCASIANO

De 3.ª a 6.ª feira às 21.45
Sábado, também às 15.30
DOMINGO SÓ ÀS 16 h
ÚLTIMAS

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 722786-834271
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Nacional

Entrevista com Luiz Francisco Rebello

Continuação da pág 13

os empresários de teatros e recintos de diversões, os organismos de radiodifusão sonora e visual. Esses, sim, interpõem-se no circuito de distribuição entre o verdadeiro produtor (que é o autor) e o consumidor (o público). E fazem-no com propósito lucrativo, enquanto as sociedades de autores não têm quaisquer lucros; as comissões que cobram sobre os direitos recebidos destinam-se apenas à cobertura das suas despesas administrativas, isto é, ao pagamento dos ordenados dos seus funcionários, que exectuam as operações relacionadas com a cobrança, a classificação e a distribuição dos direitos, ao funcionamento dos respectivos serviços e complementarmente à promoção das obras dos seus membros. Perante a impossibilidade material de exercerem individualmente os seus direitos, os trabalhadores intelectuais recorrem aos serviços da sua associação de classe e asseguram o respectivo funcionamento mediante as comissões descontadas nos direitos que recebem através desta. O público consumidor em nada é afectado pela associação (antes é beneficiado pela sua existência e funcionamento); esta apenas exige o pagamento dos direitos fixados na lei àqueles que comercializam as obras, e essa comercialização é que poderá dificultar — e de facto em muitos casos dificulta — o acesso do público à fruição das obras. Pretender criar, artificialmente, uma colisão de interesses entre o autor e o público, e tentar responsabilizar as associações de autores por esse conflito, é uma grosseira mistificação que só serve para ocultar os verdadeiros adversários da difusão da cultura. Diria mais: que só serve para defender os interesses destes contra os trabalhadores intelectuais e contra o público para quem estes criam e produzem. Uma tal posição é francamente contrária ao espírito (e até à letra) da Constituição Portuguesa, que inclui a protecção do direito de autor, como já disse, na liberdade de criação cultural (artigo 42.º n.º 2), que proclama a livre constituição e funcionamento de cooperativas (artigo 84.º n.º 3) e que obriga o Estado a estimular, fomentar e apoiar a actividade das cooperativas e as experiências de autogestão (artigos 61.º e 84.º, n.º 1). Que o actual consultor jurídico da Secretaria de Estado da Cultura não tenha compreendido isto, não deve porém surpreender-nos: as funções oficiais que exerceu durante os últimos 25 anos do regime fascista e a sua visão pessoal do 25 de Abril (que o levou a Caxias em consequência do golpe contra-revolucionário de 28 de Setembro) não lhe permitem, evidentemente, a leitura correcta de uma Constituição progressista, que se propõe abrir caminho para uma sociedade socialista, como é a de 1976. E explicam, ao mesmo tempo, a tendenciosa afirmação de que nos países socialistas «se estatizou completamente a exploração económica do direito de autor, designadamente retirando aos autores a liberdade de negociarem livremente os seus contratos, que passa a ficar cometida apenas aos organismos oficiais». Isto não é verdade. Sociedades de autores como a ZAIKS polaca, a AWA da República Democrática Alemã, a DILIA e a LITA checoslovacas, a Agência de Autores jugoslava, gozam de inteira liberdade no seu funcionamento, e a própria VAAP (Agência Soviética para os Direitos de Autor) é um «organismo não governamental» que tem por objecto «contribuir para a criação das mais favoráveis condições jurídicas, morais e materiais para o trabalho dos investigadores científicos, dos homens de letras e dos artistas». Um caso especial é o da Hungria, em que um departamento oficial gere os direitos dos autores, mas são estes que elegem os respectivos dirigentes, situação aliás, próxima da que se verifica em certos países ocidentais (como a Itália e a Espanha) em que existe um monopólio geral do exercício do direito de autor através de organismos associativos cujas direcções são eleitas pelos autores que as constituem.

— Mas não há exemplos de estatização do direito de autor?

— Há, sim; exemplos tão tristes que até os que sonham com eles não têm a coragem de os confessar... Em 4 de Julho de 1933 o chanceler do Reich Adolfo Hitler e o seu ministro da Educação e Propaganda, dr. Goebbels, assinaram uma lei que transferia para este o controlo de todas as operações relativas aos direitos de autor, e poucos meses depois todas as sociedades de autores existentes na Alemanha eram fundidas num único organismo estatal, a Câmara Nacional de Cultural, cuja presidência foi entregue ao dr. Goebbels. A queda do nazi-fascismo veio pôr termo a estas aberrações, de que tentativas recentes de ressurreição apareceram no Chile de Pinochet e no Brasil de Geisel, mas contra elas se insurgiram, através da sua Confederação Internacional, todas as sociedades de autores do mundo. Serão estes exemplos que o dr. Pereira tem em mente quando insinua a necessidade de «uma certa intervenção do Estado» no campo do direito de autor, tendente a «impedir certos abusos injustificados ou certas práticas menos regulares (sem contudo ter a elementar decência de precisar quais)?! De facto, é a nostalgia do fascismo que está subjacente a este tipo de insinuações: quando, numa outra entrevista, que esta aliás, repete em parte, o dr. Pereira afirmava que «o nosso Código do Direito de Autor de 1966 está informado por uma filosofia excessivamente individualista da protecção económica dos autores das obras intelectuais», mais não fazia do que repetir conceitos do prof. Oliveira Ascensão, técnico fascista do direito de autor e hoje no Brasil, para quem esse diploma «aparece como uma lei de classe, pois privilegia os autores em relação a outros interessados» e que chegou ao ponto de afirmar, numa reunião internacional, que «Portugal se oporia a todos os esforços que viessem a desenvolver-se no sentido de elevar a protecção concedida aos autores»... O ódio aos trabalhadores intelectuais e às suas associações de classe tem raízes fundas na história do fascismo: Salazar mandou dissolver e destruir a Sociedade de Escritores, mas não pôde impedir que estes se reorganizassem e continuassem a sua luta, como não conseguiu nunca levar a Sociedade de Autores a «integrar-se na farsa do sistema corporativo». Nenhum outro 28 de Setembro anulará as conquistas alcançadas em 25 de Abril pelos trabalhadores intelectuais deste País.

COFRE DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

AVISO AOS SÓCIOS

Novamente se chama a atenção dos sócios para o funcionamento das seguintes assembleias de voto. (Eleição dos corpos gerentes — biénio 1977/78).

PORTO — Dia 14/12/76 — das 9 às 19 horas
Direcção de Finanças — Rua Saraiva de Carvalho, n.º 65

COIMBRA — Dia 14/12/76 — das 9 às 19 h.
Direcção de Finanças — Rua Antero de Quental, 167.

LISBOA — Dia 15/12/76 — das 9 às 19 horas
Cofre de Previdência do Ministério das Finanças
Rua do Arsenal, letra E.

Laboratório Nacional de Engenharia Civil—Avenida do Brasil a partir das 21 horas e até ao fim da Assembleia Geral.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE SERVIÇOS DE PORTARIA, VIGILÂNCIA, LIMPEZA E ACTIVIDADES SIMILARES

(ANTIGO SINDICATO DOS CONTÍNUOS PORTEIROS)

COMUNICADO N.º 117
LISBOA, 13/XII/76

COMUNICADO AOS TRABALHADORES-PORTEIROS

COMPANHEIROS E COMPANHEIRAS:

Por este meio informamos a classe que finalmente foi publicado no Boletim n.º 22 do Ministério do Trabalho de 30/XII/76 a Constituição da Comissão para rever a Portaria de Regulamentação de trabalho (P. R. T.) dos Trabalhadores Porteiros, tendo já o nosso Sindicato enviado os seus representantes para se começar a negociar a revisão o mais depressa possível desta importante conquista da classe.

COMPANHEIROS E COMPANHEIRAS:

Mantém-te atento e alerta. O Sindicato ir-te-á informando do que se vai passando.

CONSCIENTES, UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS

A DIRECÇÃO

«MAIAKOVSKY 20 ANOS DE TRABALHO»

Manuscritos, fotografias, livros, revistas, cartazes, publicidade, teatro, cinema
Entre 7 e 19 de Dezembro
Uma exposição na Sociedade Nacional de Belas-Artes
Rua Barata Salgueiro, Lisboa, telefone: 4 12 93
Aberta diariamente das 14 às 20 horas
Patrocinada pela Secretaria de Estado da Cultura e Embaixada da URSS em Portugal

NATURA

FOI POSTO À VENDA O N.º 267
REFERENTE A DEZEMBRO

Se desejais evitar a doença e curar-vos dos vossos males, pelos meios puramente naturais, assinai já esta utilíssima revista de Higiene Geral e Alimentar de Saúde e Cultura Integral, podendo estar certos de que pelos seus ensinamentos recuperais mais bem-estar e alegria de viver

Director e proprietário: Dr. Indiveri Colucci

Do sumário destacamos os seguintes artigos:

- A Destruição dos Tumores
- Viver Oitocentos Anos
- Para a saúde do seu Fígado
- As Prevenções do Cancro e as Doenças do Inverno
- Como vencer as Fobias
- Preparar a criança para a Vida
- Os dentes de leite e a sua extracção
- Propriedades alimentícias do leite
- Mialgia
- Não estamos sós na defesa dum povo que não pode estar doente
- Um Homem e três casos entre tantos!

TODOS OS PEDIDOS DEVEM SER DIRIGIDOS A ESTA ADMINISTRAÇÃO:

RUA ANTERO DE QUENTAL 35, 1.º, DT.º
(AO INTENDENTE) - TELEFONE: 55 64 98

Assinatura Anual, 160$00; Semestral, 80$00
Estrangeiro e Ultramar 250$00. Número avulso, 17$50

O QUE É?

BLACK SWAN

FIM DE ANO
TORRALTA

ALVOR — ALGARVE
REVEILLONS:
ADEGA TORRALTA • NIGHT CLUB 666
REST. DO HOTEL D. JOÃO II • CAVE DO PRINCIPE
ALOJAMENTOS:
Hotel D. João II — Aparthotel de Alvor
Hotel Tarik — Hotel Bela Vista

LAGOS — ALGARVE
REVEILLONS:
GOLFINHO • SÃO CRISTÓVÃO • MEIA PRAIA
ALOJAMENTOS:
Hotel Golfinho — Hotel S. Cristóvão
Hotel da Meia Praia

TRÓIA — SETÚBAL
REVEILLONS:
RESTAURANTE TROIAMAR • DISCOTECA TROIAMAR
RESTAURANTE BICO DAS LULAS • BAR MARIUS
ALOJAMENTOS:
Aparthotel de Troia

SERRA DA ESTRELA
REVEILLONS:
REST. DO HOTEL S. ESTRELA • BOITE DO HOTEL
ALOJAMENTOS: (esgotados)

BRAGANÇA
HOTEL BRAGANÇA (esgotado)

INFORMAÇÕES E RESERVAS:
Lisboa — Av. Duque de Loulé, 24 — Tel. 571748, Porto, Tel. 22749 — V. Real, Tel.23521 — Braga, Tel. 26765 — Coimbra, Tel. 24950 — Covilhã, Tel. 24871 — Leiria — Tel. 25143 — C. Rainha, T. 23483 — Setúbal, T. 26177 — Évora. T. 25718. Telex 16465, nos hoteis ou nas Delegações Torralta.

CusCus
ESPECIALIDADE ÁRABE
Pratos individuais a 80$00
JANTE TODOS OS DIAS A PARTIR DAS 20 E 30 NO
BONAPARTE — Rua de S. Miguel, 70 — ALFAMA
Telef. 872761

Espectáculos

Almada Negreiros por Mário Viegas com "amor, ódio e amargura"

• Foi posto recentemente à venda o sexto disco de poesia gravada por Mário Viegas e que, segundo o próprio actor, é o melhor de todos eles. Depois de «Palavras ditas» de um LP com poemas de Manuel Alegre e do «Operário em «Construção» (de Vinicius de Morais) Viegas vê agora no mercado os seus «Três poenas de amor, ódio e alguma amargura» prestes a lançarem algum fel nos doces de Natal burgueses. Fazem parte deste «longa duração) os poemas «Elegia das águas negras para Che Guevara», de Eugénio de Andrade; «A cena do ódio», de Almada Negreiros; e «Em louvor da simplificação de Álvaro de Campos», de Mário Cesariny de Vasconcelos. O disco está a provocar bastante interesse e a seu respeito, o coordenasdor desta página de espectáculos recebeu do conhecido actor e declamador (e agora também responsável do programa de miúdos, na TV, «Peço a palavra») uma carta que a seguir se transcreve, na íntegra, e que é um retrato do Mário Viegas actor, declamador e cidadão.

Caro Daniel Reis

«Pediste-me com urgência, elementos para uma notícia desenvolvida sobre o último disco que gravei com poemas. Preferi escrever-te esta carta apressada que, se achares bem, podes publicar.

Olha o disco é um LP. Tem o título pouco original de «Três poemas de amor, ódio e alguma amargura». Estes poemas são do Eugénio de Andrade, Almada Negreiros (a célebre «Cena de ódio», na versão integral) e do Mário Cesariny. Tem música de José Niza, um amigo a quem devo as maiores atenções e cuidados com os discos que tenho gravado.

POETA FRUSTRADO OU DE BOCA

Tive sempre duas preocupações: serem os poetas simples de ouvir, ditos e rapidamente compreendidos; e que tivessem algo a ver comigo. Explico melhor: como sou incapaz de escrever um verso, digo através dos poemas dos outros «coisas» em que eu profundamente acredito e sinto ou que gostaria de ter sabido escrever, exactamente assim. Além disso, sempre me preocupou a sua «utilidade» imediata.

Bem sei que não é a única função da poesia, mas isso nasceu de todos os poemas que gravei até hoje serem os mesmos, sem excepção, que eu utilizava em público antes do 25 de Abril

CONVÍVIOS POÉTICOS E PRÁTICOS

Foram largas dezenas e dezenas de presenças, por todo o lado, geralmente com a corajosa «malta das baladas», como se dizia. E olha que era preciso coragem, por vezes, nos convívios, nas Faculdades, na Associação, cantinas, tascas, ao ar livre... sei lá! Por lá andaram Manuel Freire, o Fanhais, o Zeca, o Adriano, o António Macedo, o António Braga, o Letria, o José Carlos de Vasconcelos, o Ary e outros. O maravilhoso Carlos Paredes com quem fiz aquele que penso ter sido o primeiro espectáculo deste género, dentro de um quartel, no 1.º de Maio de 74.

Foi aí que eu tive bem a noção da aventura maravilhosa que há uma semana vivíamos. E que, por causa destas coisas «mamei» com mais de três anos de tropa forçada, que me lixaram a vida toda. Muito mais do que eu eles têm histórias lindas dessas reuniões de música e poesia em que se tentava agitar, protestar contra a guerra colonial, a exploração, a repressão, a brutalidade fascista.

A G-3 ERA O MICROFONE

Tenho seis discos, quatro grandes e dois pequenos, com 16 poetas e 46 poemas com vários formas de dizer, recitar, declamar, ler, o que tu quiseres...

Nós vamos nas ruas, cafés, autocarros e ouvimos coisas que nos magoam, revoltam e amarguram. São as ideias, os lugares-comuns que revelam uma mentalidade «salazarenta» nalgumas pessoas que as vão metendo na cabeça dos próprios explorados e trabalhadores. Pois é o arquivo de todas estas situações da violência do «fascismo quotidiano» que nos falam estes poemas escritos um em 1915 e outro em 1930.

Pareceu-me importante mostrá-los, não para fazer um disco decadente, pessimista, sem-esperança, desesperado, derrotista, desiludido ou «anarquizante» mas **muitossimo antes pelo contrário**: um disco de LUTA e de DENÚNCIA gritada e sussurrada de todos os comportamentos neofascizantes para que o poeta não volte a encontrar nas ruas da cidade, um colador de cartazes. «.. a colar cartazes deste género: Vota em Salazar!» como no poema de há 30 anos.

Sem mais, um abraço.

MÁRIO VIEGAS

P.S. Se eu estiver muito feio nas fotos, com o bigode e a barba por fazer, é melhor não as pores. É que o disco é de «amor, ódio, amargura», mas também tem alguma beleza...»

M.V.

Surreal, anarquista, decadente? «Muitíssimo pelo contrário», diz Mário Viegas. Antiburguês? Talvez. Mas seguramente, «contra as metalidades salazarentas» (Fotos de Rui Pacheco)

O jazz cada vez mais popular na Hungria

A popularidade do jazz tem aumentado muito nestes últimos anos na Hungria, de tal modo que não constitui problema organizar um concerto de executantes nacionais para as salas de espectáculos do país. Ainda há poucos anos tal coisa seria impensável.

Muita gente aprende jazz e a Faculdade de Jazz do Conservatório nunca teve tanta afluência como agora.

Desde 1973 que funciona uma secção de jazz na Federação dos Músicos húngaros. Em 1965, foi criada no Conservatório Bela Bartok de Budapeste, uma das primeiras Faculdades de Jazz da Europa. É frequentada por cerca de 70 alunos, que adquirem conhecimentos técnicos e teóricos de elevado nível em seis instrumentos musicais e em canto.

A qualidade do nível revela-se no facto de 50 por cento dos membros das 12 jazz-bands profissionais húngaras terem feito os seus estudos no Conservatório.

A Rádio húngara tem um importante papel na popularização do jazz clássico no país. Além dos seus programas regulares, organiza três ou quatro vezes por ano, fins-de-semana de jazz, dando também frequentes concertos públicos de estúdio. A Fábrica de Discos Hungaroton edita anualmente dois álbuns de alto nível, sendo os mais recentes o do conjunto Benkó-Dixiland e os de Aladár Page, Görgy Gzabados e János Gonda.

Graças ao alto nível do ensino e às possibilidades cada vez mais frequentes de se apresentarem em cena, os músicos húngaros de jazz conseguiram já um lugar de eleição a nível da Europa Central, figurando a seguir os músicos polacos e checoslovacos.

Janos Gonda, vice-presidente da Federação Internacional de Jazz, afirmou à Budapeste que os objectivo da Organização, filiada na UNESCO é o de promover, pela sua actividade, a difusão de jazz, inspirando-se em tradições europeias e baseando-se nelas, para garantir, deste modo, a independência da arte do jazz na Europa. Com este fim, a FIJ patrocina festivais e esforça-se por impulsionar o ensino do jazz. Em Agosto, Setembro e Outubro, várias manifestações internacionais de jazz se desenrolaram na Hungria: em Debrecen, Gyor, Szeged, Nagykanizsa e Budapeste.

Cenas & Cenários

● DINO RISI ENTREVISTA HITLER

O realizador italiano Dino Risi prepara-se para rodar um filme que promete: trata-se, nada mais nada menos, do que a visita de uma equipa de televisão ao Inferno, ao Purgatório e ao Paraíso para entrevistar personalidades falecidas. Entre as personalidades entrevistadas conta-se Hitler (que estaria no Céu, vejam só!) e o Papa João XXIII, que será encontrado pela TV, penando no fogo do Inferno. Um pormenor para explicar estes dois contrasensos: é que a reportagem da TVp, segundo se diz no filme, seria financiada pela CIA, pelo Vaticano e pela Coca-Cola.

É evidente que se trata de um filme de humor, à Dino Risi.

● FESTIVAL DE CINEMA ANIMADO

A «Nascente-Cooperativa de Acção Cultural», sediada em Espinho, organizou nesta praia da Costa Verde um festival de Cinema de Animação e uma exposição-feira de Banda Desenhada, com trabalhos de Fernando Bento, Roussado Pinto, Pedro Potier, Salvador Magalhães, Vítor Mesquita, José Paulo e Conceição Junior.

Estas duas iniciativas integraram-se na «CINANIMA-76» e teve o apoio de várias livrarias e da comissão de turismo local. Foram atingidas 2.400 pessoas distribuidas por oito sessões de cinema animado e nos três dias da exposição. No próximo ano a cooperativa «Nascente» voltará a organizar a CINANIMA.

● ANIMAÇÃO MUSICAL NA COVILHÃ

Cerca de 70 pessoas participaram nos cursos de animadores musicais organizados na Covilhã pela Juventude Musical Belga. Estes cursos tinham por objectivo dar conhecimentos da música e dos músicos às crianças e adultos, sem distinção de nível cultural ou social, incentivar a prática da música e, portanto, a uma maior participação em espectáculos musicais quer como intérpretes quer como público.

● ILUSIONISTA PORTUGUÊS NO BRASIL

Datada do início do mês e proveniente do Recife, Brasil, foi recebida nesta secção uma carta do ilusionista português LE-AFAR em que se dá conta da digressão profissional que está a tealizar na América do Sul. Assim, e segundo o próprio informa, LE-A-FAR participou como atracção no I Certame de Magia do Rio de Janeiro e actuou na Associação Mágica de S. Paulo e no Clube Mágico do Recife. «Além dos troféus ganhos, aqui no Brasil têm-se oferecido livros e truques de enorme valia», diz o ilusionista, que deve ter regressado por estes dias a Lisboa.

● CONCERTOS NO INTERIOR

Dos concertos a efectuar sob patrocínio da Direcção Geral de Acção Cultural no interior do País, nos próximos dias, podem assinanar-se os seguintes:

Dia 19, na Covilhã, pelo Coral Vértice, na Igreja de S. Francisco; **dia 17. em Braga,** pelo Quarteto de Cordas de Lisboa, no Conservatório; **dia 18, em Guimarães, por José** Oliveira Lopes (canto) e Armando Vidal (piano); **dia 16, no Porto,** no Museu Soares dos Reis, pelo Quarteto de Cordas de Lisboa. Este quarteto volta a actuar no dia 18 no Teatro Sá da Bandeira, de Viana do Castelo.

● PIANISTA POLACO NO PORTO

O pianista Piotor Paleczny, prémio Chopin de Varsóvia e um dos mais destacados valores da nova geração de concertistas da Polónia, dá amanhã à noite um recital no salão do Ateneu Comercial do Porto.

O recital, que é organizado pela Radiodifusão Portuguesa em colaboração com o Ateneu Comercial do Porto e a embaixada da Polónia, integra-se nas manifestações da «Quinzena da Música Polaca», que está a decorrer em Portugal.

Do programa fazem parte as obras «Quadros de «Uma Noite em Casablanca», com Maxe Brothers (28); em sol menor, opus 23, de Chopin, e 12 «estudos» opus 25, também de chopin.

● ANIMAÇÃO NO PALÁCIO FOZ

«Bugs Bunny» e a «Pantera Cor-de Rosa» preenchem a projecção de hoje da sala da Cinemateca, ao Palácio Foz, no primeiro dia do Ciclo de Animação — quarta série que ali se realiza até quinta-feira. As sessões são, como habitualmente, às 15, 18 e 21 horas ao preço popular de dez escudos. Amanhã temos «Asterix e Cleopatra» e na quinta-feira o «Gato Atómico».

Antes do fim do ano será exibido no Palácio Foz o Ciclo «Burlesco Americano» com os seguintes filmes: «Um Par de Ciganos», com Laurel e Hardy (dia 27); «Uma Noite em Casablanda», com Maz Brothers (28); «O Homem das Mulheres», com Jerry Lewis (29); «A Culpa Foi do Macaco», de novo com os Max Brothers (30), e «O Grande Conquistador», con Woody Allen (31).

Desporto

EM CAIXA

PARALELO

Pires Veloso tem companheiro: António Teixeira, treinador dos chutadores do Varzim, também decidiu não falar mais para a Imprensa.

GOZO

O árbitro setubalense José Luis Tavares, que dirigiu o jogo Portimonense-Benfica, conta ao «Mundo Desportivo»:

«Com a saída do Toni, o Nené passaria a ser o 'capitão' da equipa e tentou gozar-me ao entregar a braçadeira a José Henrique: daí ter chamado a atenção dum dirigente «encarnado». Aceito a crítica por não ter expulso Nené.

HONESTIDADE

Toni, o «capitão» benfiquista expulso em Portimão:

«O lance do golo foi, descaradamente, em «fora de jogo» e eu, na minha qualidade de 'capitão', afastei os meus colegas e dirigi-me ao árbitro, para falar com ele. O que lhe disse? Apenas que, se estivesse no seu lugar teria feito exactamente o mesmo, pois que compreendia a sua situação. O campo é pequeno, a assistência estava em cima do jogo e ele teria que se defender...»

«Falei em modos correctos e fui-lhe dizendo que o golo não tinha sido lícito e que ele não estava a ser honesto».

ATITUDE

O árbitro José Luis Tavares não permitiu que, no encontro entre portimonenses e benfiquistas, um estranho (major Anselmo) se sentasse no «banco dos responsáveis» lisboetas. Houve quem não gostasse, mas o juíz tem a lei por si:

«Tradutor não tem lugar no futebol. Não conheço esse cargo e, portanto, não autorizo que fique no «banco». Pelo menos, até ver, o futebol não precisa de tradução...»

Em tempo: é (realmente) abusiva a permanência de qualquer estranho num «banco de responsáveis». Só que gostaríamos de conhecer o árbitro que, na Luz, será capaz de cumprir escrupulosamente o preceituado pelos regulamentos mundiais...

Andebolistas do Sporting e do Liceu de Cascais, no torneio feminino promovido pelo C.A.C.O., Mais uma tentativa para impulsionar um sector da modalidade até à projecção a quem tem direito legítimo

DIGNIDADE

Mário Nunes, técnico do Portimonense:

«Peço à massa associativa que acarinhe os meus jogadores e não os apupe, pois se quiserem culpar alguém da derrota, escreva aí, que culpem Mário Nunes, o treinador.

Adiante:

«Há sócios que perturbam o trabalho de quem só deseja trabalhar com honestidade».

INACREDITÁVEL

Diz-se que o passivo do F. C. Porto, acumulado ao longo de cinco anos de gerência de uma directiva presidida pelo dr. Américo Sá, é da ordem dos 80 mil contos. Para isso contribuiriam os honorários a sete/oito futebolistas: desde 173 a 108 contos mensais, fora um técnico a cobrar (upa, upa...) muito para cima disto. Será (ou não) verdade?

JUÍZOS

Após o Montijo-Setúbal, declarou o treinador sadino Fernando Vaz:

«Quero lamentar a arbitragem deplorável (Nemésio de Castro, lisboeta) nitidamente a favor da equipa da casa e que só não teve consequências graves devido ao comportamento correctíssimo dos jogadores de ambas as equipas».

Por seu turno, Manuel de Oliveira (treinador do Beira Mar) foi mais longe, em relação a Américo Barradas, juíz do encontro dos aveirenses com o Boavista:

«Toda a gente viu que o árbitro foi muito mau, pela série de asneiras que cometeu: marcou-nos uma grande penalidade que não existiu e fez vista grossa a um derrube sobre Sousa, que transformou num livre, e a uma bola jogada por Mário João com uma das mãos. Toda a gente viu que era 'penalti': só o sr. Barradas é que não».

«E anda um homem destes na arbitragem e ainda por cima é «internacional»! Ele teve grande influência no resultado. Conseguiu enervar a minha equipa que, em face disso, nunca se encontrou no primeiro tempo. Américo Barradas fez tudo por apitar mal este encontro».

Futebol Clube do Porto: um «Lord» no centro do furacão

. Estão muito turvos os ares clubistas, lá pelas Antas. Correntes poderosas (e populosas) opõem-se à actual direcção (presidida pelo dr. Américo Sá) falando-se, até, que o nome favorito para um grande sector de associados do F. C. Porto seria Afonso Pinto de Magalhães, o banqueiro que deixou Portugal há alguns meses e, durante anos a fio, contribuira com a bolsa para a manutenção do seu emblema entre os maiorais.

O deficiente comportamento da turma futebolística «azul-branca», onde técnicos e jogadores auferem mensalmente uma bela maquia e os recrutamentos foram (por igual) a nível milionário, mais a periclitante situação financeira portista, avolumaram uma crise que conheceu a transbordante qota de água no contencioso entre o médico dr. José Santana e o treinador britânico de natação (Willy Lord), em torno de uma afirmação que o pai da nadadora Paula Santana considerou beliscante para a sua integridade profissional e pessoal.

O dr. Américo Sá tomou o partido do dr. Santana: Lord foi despedido. E as situações desencadearam-se: seccionistas deixaram o bloco directivo, pais de nadadoras manifestaram-se em torno da continuidade de Lord e os próprios pupilos do britânico (em esmagadora maioria) foram às Antas, sábado último, lavrar público ataque à atitude da gerência do clube que representam.

Houve mosquitos por cordas: palavras duras, atitudes (talvez) a excederem a normalidade, ofensas violentas e dixotes aos nomes mais equacionados (os drs. Sá e Santana) tendo, mesmo, surgido a necessidade da P.S.P. intervir para proteger físicamente os visados.

Os pedidos para assembleia geral extraordinária dos sócios portistas são aos montes, sob os mais variados pretextos. O já famoso «Grupo dos 680» foi decisivo: ontem, entregou na secretaria do F. C. Porto um requerimento formal e perfeitamente estruturado. «Uma assembleia geral: e já!» Temas para abordagem: «analisar a situação da secção de futebol, para averiguar a razão dos maus resultados verificados no decurso da presente época: esclarecimentos do pelouro de Natação, com a presença do dr. José Santana e do treinador Lord; criação de uma «Comissão de Inquérito» extensiva a todos os atletas do clube, no intuito de se pronunciarem sobre problemas inerentes às respectivas secções: esclarecimento sobre as obras da Praça da Maratona, do Estádio das Antas; esclarecimentos sobre os pedidos de demissão de certos dirigentes; análise à situação financeira do clube e nomeação de verdadeiros portistas para as várias secções do clube».

Perante esta (longa) pretensão, formalizada devidamente, o dr. Ponciano Serrano, presidente da mesa da assembleia geral dos «azuis-brancos», remeteu o pedido aos competentes serviços do F. C. Porto. Entretanto, porém, uma outra assembleia geral solicitada pela própria direcção e já marcada para 22 do corrente, corre risco de boicote pelo «Grupo dos 680», havendo ainda a registar que, durante o dia de hoje, é esperada, na secretaria das Antas, uma outra petição para (3.ª) assembleia geral, esta provinda dos pais dos nadadores do F. C. Porto que (insistem) quererem Lord como mestre dos seus filhos.

De salientar que o «Grupo dos 608» inclui nomes muito credenciados na vida clubista do F.C. Porto: muitos sócios com 17 anos de filiação, que não podem ser menosprezados por qualquer atitude ditatorial.

«Desporto e produção»: concluído o seminário

O Inatel torna públicas as conclusões do seminário «Desporto e Produção». Eis o teor do documento:

«1 — Reafirma-se a verdade das relações objectivas entre Política e Desporto.

Assim;

«2 A análise do fenómeno desportivo só tem sentido quando integrado nas análises mais gerais de natureza socioeconómico política e cultural não podendo ser desligada nem estar para além da política de emprego, saúde, habitação e educação.

«3 O fenómeno desportivo é um todo nas suas expressões e sectores sociais de prática devendo ser dirigido como uma só realidade sociopolítica.

«4 São evidentes as relações entre a prática desportiva e o aumento da produtividade, já que aquela, fazendo retardar o aparecimento da fadiga torna os trabalhadores mais aptos para a sua actividade laboral.

«4.1 — Tal vem justificar para os trabalhadores o pleno direito de fruir das vantagens do aumento de produtividade.

«4.2 As componentes culturais da actividade desportiva (espaço de relação, de convivência, oportunidade de aproximação, de participação, etc.) são todavia outros e não menos importantes direitos que nos trabalhadores incumbe reivindicar.

«5 A actividade desportiva não é, neste momento, uma actividade prioritária nem um campo de luta fundamental; contudo não é uma faceta a desprezar visto que o seu poder mobilizador pode ser orientado para uma forma inseparável dos outros sectores enriquecer a luta pelas melhores condições de vida e de educação.

«É preciso ter presente que nenhuma modificação é possível a não ser nos sectores fundamentais da actividade social com especial incidência naqueles que são as suas pedras: os meios e as relações de produção; mas isso não apaga nem exclui a importância e o papel das práticas culturais e em especial da prática desportiva.

«6 É fundamental que os trabalhadores saibam, também no domínio da prática desportiva, distinguir claramente entre os seus interesses e os do patronato que apoiando-se no paternalismo e na ideologia da neutralidade (o desporto nada tem a ver com os diversos problemas e sectores da prática social) se serve da prática desportiva para desviar os trabalhadores de reivindicações básicas.

«Os trabalhadores são, em regime de produção capitalista, privados de praticar desporto para seu benefício e valorização e reduzidos a ser espectadores ou consumidores em proveito do sistema que os explora no seu tempo de trabalho e no seu tempo livre, visto que a função económica do desporto é orientada para o desenvolvimento do espectáculo desportivo, para rentabilizar a publicidade, para a venda de material desportivo e para animação do mercado de tempos livres activos.

Torna-se fundamental que os trabalhadores adquiram uma visão correcta do fenómeno desportivo, contratiando a imagem, veiculada pelos órgãos de comunicação social, de um desporto de média ou alta competição com as suas exigências técnicas, regulamentares e de instalações. Devem conhecer que para além destas há outras expressões da prática desportiva simples, acessíveis e pouco exigentes com carácter recreativo e de manutenção (animação desportiva).

«7 Os trabalhadores necessitam de dispor de uma organização desportiva forte na Central Sindical, nos Sindicatos e nas Empresas. Há que desencadear processos de organização desportiva que não signifiquem dependência do patronato e seja processo de luta.

«8 As questões anteriores colocam problemas de dinamização, debate, informação, esclarecimento e um esforço para favorecer a mudança de atitude face ao fenómeno desportivo. Coloca também problemas relativos às formas organizativas dos trabalhadores no domínio desportivo assim como relativamente às instalações, apoio financeiro e formação de quadros.

As soluções a encontrar devem ser fruto da reflexão e debate de todos os trabalhadores sugerindo-se para tal a realização de um Encontro Nacional do Desporto para Trabalhadores (que dinamizasse o debate em fases, local, distrital e nacional, de modo a encontrar-se uma visão global e unitária do desporto em geral e do desporto para trabalhadores em especial, os seus grandes objectivos e meios, etc.)

sem que se esqueça que em Portugal já se realizou o Encontro Nacional de Desporto (ENDO) cujas conclusões abordam a problemática do desporto para trabalhadores e sem que se esqueça que o desporto é um fenómeno global que diz respeito a todos os cidadãos e que tal como estes (cidadãos) não pode ser partido em fatias que fragmentem o todo e isolem as partes.

«9 O trabalhador em primeiro lugar é um cidadão e como tal tem direitos consignados na Constituição da República Portuguesa: direito à cultura física e desporto, saúde, ambiente e qualidade de vida.»

Selecção de chuto com (mais) baixas

Às 22 horas de ontem entraram em regime de estágio os jogadores de futebol que farão parte das selecções federativas «A» e de «Esperanças», para os jogos entre Portugal e Itália, que terão lugar nos dias 22 e 23 do corrente mês.

A selecção «A» defronta a Itália no Estádio do Restelo, no dia 22, num jogo de carácter particular. A selecção de «Esperanças» defronta a sua congénere italiana no Estádio dos Barreiros (no Funchal) no dia 23, num jogo a contar para o torneio europeu da «UEFA».

Dos 39 seleccionados não compareceram José Mendes, Laranjeira e Freitas, por se encontrarem lesionados, e também, Oliveira, por razões da sua vida particular. A confirmarem-se as ausências destes jogadores pelos motivos apontados, particularmente no que diz respeito a José Mendes, Laranjeira, a selecção «A» ficará certamente diminuida, pois (pelo menos) serão os sportinguistas elementos indigitados para a defesa, no «team» mais provável.

O programa para hoje marca um treino de conjunto das duas selecções, às 15 horas, no Estádio Nacional, o mesmo acontecendo amanhã, às 10 horas da manhã.

De salientar que a comitiva italiana inclui 62 jornalistas: 48 para a reportagem do jogo no Restelo e 14 que vão viajar até à Madeira.

ANTECIPAÇÕES

Algumas mudanças em relação ao calendário elaborado para os nacionais futebolísticos da ronda dominical próxima vieram alterar planos anteriormente estabelecidos.

O Belenenses-Beira-Mar é antecipado para sábado (15 e 30, no Restelo). Um grande atractivo: a apresentação de Eusébio em Lisboa, com uma camisola bem diferente da do Benfica.

TOTOBOLA

Jogue connosco

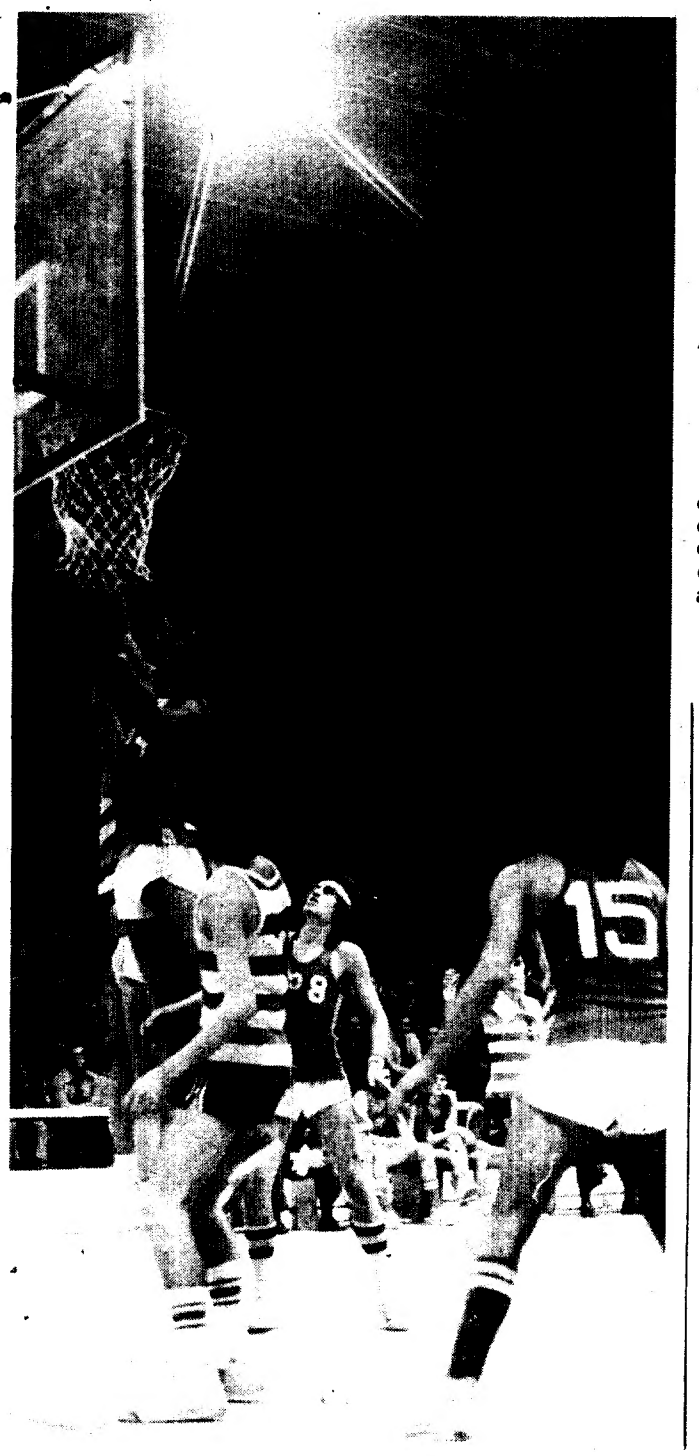
Guimarães - Portimonen.	1
Benfica - Leixões	1
Belenenses - Beira-Mar	X
Bozvista - Montijo	1
Setúbal - Porto	X
Académico - Atlético	1
Estoril - Sporting	2
Varzim - Braga	X
Gil Vicente - U. Lamas	X
Lourosa - Fafe	1
Marinhense - Peniche	1
Barreirense - Marítimo	X
Lusitano - Vasco da Gama	X

Oeiras e Sporting juntos

O «Torneio de Abertura» em hóquei patinado, na zona lisboeta, teve a sua 11.ª jornada. Jogos efectuados: Benfica, 6-CUF, 5; Salesiana, 4-Oeiras, 7; Sotto Mayor, 7-Cascais, 5 e Académica da Amadora, 1-Sporting, 8.

Faltando somente três rondas para concluira competição, a classificação apresenta-se assim: Oeiras, 29 pontos; Sporting, 28; Benfica, 23; Amadora, 22; Cascais e Salesiana, 20; Sotto Mayor, 19; Cuf, 17.

Desporto



Impecavelmente, o Sporting segue em frente, ditando a lei do regional lisboeta de basquetebol. O último a baquear perante os «leões» foi o Benfica, que sofreu marca bem definidora do poder «verde»: 85-106. Alinharam e marcaram: Sporting — Nelson (34), Lisboa (14), Hélder (14), Tó Mané (13), Quim Neves (24), Arménio (5), Freitas (2), Roque e Silva. Benfica — Parente (27), Galvão (4), Reis (18), Aniceto (4), Jaime (12), Araújo, Galante (10), Barata (6), Cachorreiro (2) e Bernardeco.

PORTUGAL

ANDEBOL

A turma andebolística do F.C.Porto cumpre hoje, em Marselha (França) perante o Smuc, a 2.ª «mão» da eliminatória n.º 2 da «Taça dos Campeões Europeus» da modalidade. Sob as ordens do prof. António Cunha, podem alinhar os seguintes jogadores: Capela, Jorge Amorim, Jovel, Orlando, Remelhe, Salvador, Tavares da Rocha, Aeias, Monteiro, Pinho, Rocha e Leandro.

ATLETISMO

Esta noite, assembleia geral extraordinária na Associação de Atletismo de Lisboa. Entre os temas para debate: relações com os órgãos que compõem a hierarquia desportiva.

Certo: a presença de Portugal na S. Silvestre, de S. Paulo, está assegurada. Carlos Lopes e o seu treinador (Mário Moniz Pereira) estarão no Brasil, na famosa corrida.

Um soldado português, atleta nas horas vagas e empregado de escritório como profissão, tenciona alcançar os mínimos olímpicos a fim de poder participar nos Jogos de Moscovo. Trata-se de Albino Alves Torres, que, em entrevista dada ao jornal «Azimute» (da Escola Prática de Infantaria de Mafra, onde cumpre serviço militar) disse que os seus objectivos são *conquistar o título de campeão regional do Norte e tentar bater os mínimos para os Jogos Olímpicos de 1980, em Moscovo.*

Há sete meses estava a 42 segundos dos mínimos olímpicos para os cinco mil metros afirmou, acrescentando que *correrá já com Carlos Lopes, em Vigo.*

JUDO

João Coutinho (Judo Clube do Porto) e João Paulo Mendonça (Judo Clube de Portugal) vão representar Portugal no mundial de judo, para juniores, que se desenrolará a 18 e 19 do corrente, em Madrid.

PORTO

O incandescente momento que avassala o F.C. do Porto vai estar em plena ebulição na assembleia geral dos «portistas» que, na noite do próximo dia 22, se reunirá nas Antas: o tema será a «jóia-multa». Todavia, o diferendo em torno da secção de Natação pode provocar incidentes: no mínimo, a obrigatoriedade de novo conclave dos associados «azuis-brancos».

TIRO AO ARCO

O Benfica foi o vencedor do torneio de tiro ao arco promovido pelo Ginásio Clube. Nomes em destaque nos vários escalões etários: Paulo Araújo, Pedro Dinis, Helena Araújo e Vítor Serrrão (Benfica), Luís Simões e Alexandre Carrelhas (Ginásio Clube).

TOMAR

Esta noite (20 e 30) assembleia geral dos associados do União de Tomar, para discutir a actual situação da colectividade. Fala-se no eventual regresso às lides directivas de um antigo presidente: José Júlio Garcia.

VELA

Fernando Catalão (Naval Setubalense) é o velejador campeão lisboeta de «finn».

LÁ FORA

FAMA

Chris Evert, «estrela» do ténis americano, foi considerada a «atleta do ano» em 1976 pela revista «Sports Illustrated». Chris Evert conquistou o título de singulares femininos, tanto de Wimbledon como dos Estados Unidos, e durante o ano ganhou a soma recorde de 343 165 dólares (cerca de 10 mil contos).

«TOTO»

O boletim do totobola brasileiro do próximo fim-de-semana incluirá somente encontros dos campeonatos português, espanhol e italiano, devido à paragem temporária das competições brasileiras. Do campeonato português fazem parte os jogos Académico-Atlético e Benfica-Leixões.

VERGONHA

Uma desordem entre vários jogadores, que degenerou em batalha campal, fez com que um encontro de futebol acabasse aos 60 minutos, com a expulsão de todos os 22 futebolistas. Defrontavam-se o Mortadelo e o Perez-Cea, da 3.ª divisão regional da Andaluzia (Espanha) e o segundo ganhava por 2-0.

O árbitro Serrano Ruiz ainda tentou meter na ordem os desordeiros, quando a contenda começou, mas foi também agredido e derrubado. Quando se levantou, apontou o caminho das cabinas aos 22 componentes das duas equipas e considerou o jogo suspenso.

você não é capaz de gastar menos gás ?

Portugal não pode desperdiçar! A energia pode ser, ao mesmo tempo, um desperdício ou uma força no dia a dia. Todos sabemos que a nossa produção de combustíveis e energia eléctrica não chega. Logo, temos que importar, ou seja, que pagar. Em Dólares, em Francos, em Marcos, isto é, em divisas. Que são o nosso dinheiro mais caro. Há valores importantes que saem de Portugal! E, às vezes, só porque um cozido à portuguesa ferve demais! Só porque uma panela de pressão fica no armário e não é utilizada! Só porque se conversa com uma amiga ao telefone.. enquanto a carne assada vai perdendo o molho. É preciso ser capaz de gastar menos gás! E de várias maneiras: **NA COZINHA** — Regule a chama do fogão de forma a não exceder o fundo do recipiente. Reduza a chama ao mínimo depois da água estar a ferver. Uma cozedura «furiosa» nunca melhorou os cozinhados... Evite utilizar o forno. Controle o tempo dos cozinhados. **NAS ÁGUAS QUENTES** — Nos esquentadores de água quente regule a chama para que a água não saia a uma temperatura mais elevada do que o mínimo necessário. Dê preferência ao banho de chuveiro. Evite o banho de imersão. Não mantenha o esquentador sempre ligado, nem abra sistematicamente a torneira da água quente. Lavar as mãos com água fria nunca fez mal a ninguém... **NO AQUECIMENTO** — Desligue os aquecedores que não forem imprescindíveis. Não exceda as temperaturas de 18° nas salas e 15° nos corredores. Preocupe-se com o isolamento das portas e janelas da sua casa durante o tempo frio. Lembre-se que o mínimo desperdício de combustível é um grande desperdício de divisas!

Portugal não pode gastar tanto

POUPE COMBUSTÍVEL

76 BELARTE N.5

Geral

Exposição fotográfica sobre a Madeira

Foi inaugurada no Stand «Volkswagen», à Avenida da Liberdade, 12, uma exposição fotográfica subordinada ao tema «Pelas estradas da Madeira e do Porto Santo», da autoria do publicista Vasco Calixto.

A exposição, que tem o patrocínio do Clube de Turismo do Atlântico e do Clube de Férias da Madeira, foi inaugurada pelo director-geral do Turismo e estará patente ao público durante 15 dias.

«Dona Flor» abre mercado ao cinema brasileiro

O próximo lançamento do cinema brasileiro no circuito português de exibição foi ontem anunciado no Cinema Monumental, precedendo a antestreia do primeiro e talvez mais comercial desses filmes: «Dona Flor e seus dois maridos», de Bruno Barreto, sobre romance homónimo de Jorge Amado.

A partir de Janeiro serão distribuidos regularmente entre nós películas brasileiras, estando anunciado já um naipe de 10 novos filmes entre os quais se destacam «Xica da Silva», de Carlos Diegues, «A tenda dos milagres», novamente sobre livro de Jorge Amado e realizado por Nelson Pereira dos Santos, «O casal», de Daniel Filho, e «Casamento», de Arnaldo Jabor, uma longa metragem que tem andado a colher louros em festivais internacionais.

«O cinema brasileiro vai deixar de praticar o comércio de balcão para passar a competir no mercado mundial», afirmou aos jornalistas, na circunstância, Aloisio Leite Garcia, director da Embrafilme, a empresa cinematográfica do Estado.

«Com isto quero dizer que a qualidade e a quantidade de filmes já produzidos anualmente nos permite olhar com esperança o lançamento do cinema brasileiro num mercado mundial muito mais vasto. Sobretudo interessa-nos a distribuição e trocas dentro da grande zona da cultura latina para combater a influência anglo-saxónica no mercado».

Aloisio Leite Garcia informou os jornalistas que está a ser produzida uma média anual de 110 filmes, recebendo, na sua generalidade, financiamento do Governo, na ordem dos 60 por cento. «Os financiamentos são feitos na base do guião, do passado profissional do realizador e das possibilidades comerciais do filme. Exceptuando as «pornochanchadas» não temos recusado praticamente financiamentos a ninguém».

Perguntado sobre o financiamento de filmes que não pactuem com o «statu quo» político do País, Aloisio Leite Garcia afirmou que o tratamento era igual para toda a gente não revestindo o financiamento, à partida, aspectos censórios. «Inclusive, disse, a censura é exercida pelo Ministério da Justiça e a Embrafilme depende do Ministério da Educação».

O Brasil, de momento, tem umas 3600 salas de exibição, o que já permite alimentar uma indústria cinematográfica desenvolvida; acrescem os capitais americanos injectados no circuito e que dão cobertura ao lançamento comercial agora iniciado em muitos países. No caso de «Dona Flor», o filme está vendido para França, Itália e a África Negra.

Este filme que ontem foi projectado duas vezes em Lisboa (uma para jornalistas e gente do «metier» e outra em sessão de beneficência, à noite) é candidato ao Festival de Cannes. Se for seleccionado só mais tarde chegará ao cinema Monumental; se não for a Cannes, entrará rapidamente no circuito português.

Há também possibilidades de brevemente a televisão portuguesa passar a emitir uma série baseada no livro «Gabriela Cravo e Canela», de Jorge Amado.

Americanos fazem exposição de «Paperbacks»

Uma exposição intitulada «O Mundo do Paperback» é hoje inaugurada no Centro Cultural Americano, à Avenida Duque de Loulé, ficando ali patente até 10 de Janeiro.

O certame compõe-se de cerca de 800 livros publicados nos E. U. A. em 1975-1976, dando a a conhecer a actividade editorial norte-americana contemporânea no domínio do livro brichado de pequeno formato.

Entre outros ramos do saber representados na exposição destacam-se as Artes, Economia, Literatura, História, Ciência Política, Sociologia e Desporto.

Que Azeite!
Que zeitinho!
Azeitissimo

Copaz,
o Azeite.

Natal condiciona trânsito na «Baixa»

Com a finalidade de condicionar o acesso de veículos individuais à zona da «baixa» lisboeta e facilitar a circulação e segurança dos peões que nesta quadra ali se dirigem, a Câmara Municipal de Lisboa e a PSP vão pôr em execução, de amanhã até 25 do corrente, excepto aos feriados e domingos, medidas que condicionam o trânsito na área.

Assim, segundo essas limitações, entre as 20 horas e as 13 só é permitido operar cargas e descargas na zona limitada pelos seguintes arruamentos: Ruas 1.º Dezembro, Carmo, Garrett, Nova do Almada, Praça do Município, Praça do Comércio (norte), Ruas da Alfândega, Fanqueiros, Betesga, Poço do Borratém, Largo Martin Moniz, Rua Barros Queirós, 1.º de Dezembro e Restauradores, com excepção dos locais onde já se encontra condicionado conforme sinalização já existente que se fará cumprir. Nas Ruas de S. Julião, Vitória, Assunção e Santa Justa mantêm-se as proibições de trânsito existentes, sendo reforçado com obstáculos físicos. Das 14 às 19 e 30 horas será vedado o acesso à Rua 1.º de Dezembro, Ruas do Carmo, Garrett até à Rua Ivens, Ruas Nova do Almada, Crucifixo, Rua de S. Nicolau até à Rua do Ouro, Sapateiros, Correeiros e Douradores.

Nas Ruas do Ouro, Augusta, Prata, Fanqueiros só é permitido a viragem para as Ruas do Comércio e da Conceição, com a finalidade de transformar as principais artérias da Baixa em vias de escoamento.

Canal da Crítica

Continuação da pág. 17

Quanto mais tarde se reconhecer isto, pior.

Parece que o imperialismo não aprecia muito certos Governos feitos assim ou assado. Temos agora uma boa oportunidade de mostrar que mandamos em nossa casa e constituir um Governo que defenda os interesses vitais do nosso povo.

Aliás, quando no *Telejornal* de ontem Mário Soares reconheceu o enfraquecimento da Direita e o vigor do *Povo Unido*, estava a desmentir-se a si próprio ao afirmar que não há, para o actual Governo, uma alternativa de esquerda...

Claro que há. Vamos a isso. Senão...

Senão a Direita agradece.

Cinco por mil sobre penhores

No próximo ano económico será cobrada pelo Estado a taxa de cinco por mil sobre penhores, a pagar pelos estabelecimentos de empréstimos deste sector.

A taxa será aplicada sobre o último saldo dos empréstimos apurados.

A portaria que fixa esta taxa foi publicada no «Diário da República», I Série, n.º 289.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado o vento era fraco ou moderado de Sueste e chovia no Algarve.

TEMPERATURAS EXTREMAS

ANADIA — Máxima ..... 21°

VISEU — Mínima ..... 6°

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu muito nublado, vento moderado de Sul rondando para Noroeste, períodos de chuva passando a aguaceiros.

TEMPERATURAS DO AR 09.00 H.

PORTO	11°
COIMBRA	15°
PORTALEGRE	10°
LISBOA	12°
FARO	16°
FUNCHAL	16°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
8.00	3,6 m	2.27	1,4 m
20.45	3,4 m	14.13	1,4 m
Dia 15			
9.13	3,5 m	2.40	1,5 m
22.02	3,5 m	15.27	1,4 m
Dia 16			
10.33	3,6 m	4.58	1,5 m
		16.38	1,3 m

AMANHÃ

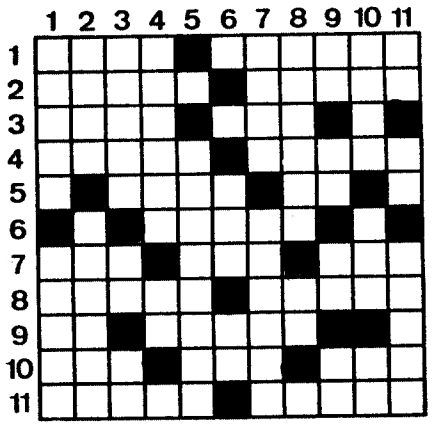
NASCER ÀS 7.48
OCASO AS 17.16

DIA 21 — DIA 28 — DIA 1 — DIA 9

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11630



HORIZONTAIS:

1 No lugar em que. Lastimam.
2 Costumara. Cobre de nata.
3 Moeda da Índia. Profere (inv).
4 Leito de viagem. Gemera.
5 Encoleriza. Nosso Senhor.
6 Rezara.
7 Pequeno símio do Brasil. Guarneço de asas. Recusa.
8 Caminhar. Agredecida.
9 Item. Macias.
10 Rente. Prefixo que designa ar. Cidade de Espanha.
11 Guarneceis de asas. Recuas.

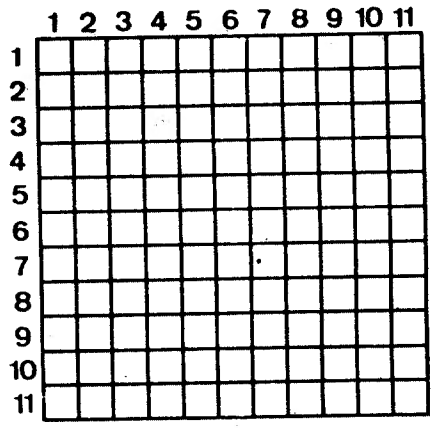
VERTICAIS:

1 Cidade do Japão. Fora para fora.
2 Observação. Retruques.
3 Atira. Preposição latina que designa movimento. Apelido.
4 Tesouro público. Alumínio (s.q).
5 Desacertarias.
6 Duna na Suécia. Catedral.
7 Cidade da Holanda. Suplicara.
8 Nome de mulher. Reis.
9 Batráquio. Carta de jogar. Em a. Pronome pessoal.
10 Prender. Matemática. O mesmo que uma (ant e pop).
11 Ruim. O mais. berto de vegetação no meio de um deserto.

Resolveu completamente este problema? Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7690



HORIZONTAIS:

1 Heroína francesa que foi queimada viva. Código. (abrev). Por muito obséquio (abrev).
2 Região da barriga da perna. Vendes a crédito.
3 Satélite de Júpiter. Possui. Vê.
4 Maior. Fruto da ateira.
5 Venera. Possuirão.
6 Criminosa. Pintam com aguada. Folha (abrev).
7 Claridade. Armaria. Catálogo (abrev.).
8 Trata por tu. Nome de pássaro.
9 Em a. Rio de Portugal.
10 Desejais. Viatura.
11 Pegadeira. Plantas têxteis do Ceará.

VERTICAIS:

1 Carta de jogar. Demora. Autores.
2 Nome de homem. Vertam.
3 Gravura a cores. Ouro (s.q). Em partes iguais.
4 Reza. Erva-doce.
5 Devora. Membro de ave.
6 Composição poética. Ave galinácea do Brasil.
7 Assassinam. Mile e duzentos em romano.
8 Possui. Dar pios.
9 Descascar. Outeiro.
10 Madre. Acariciara.
11 Ósmio (s.q). Dispara. Artigo definido.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11629

HORIZONTAIS:

1 MUITO. Assas.
2 Arco. Sapo.
3 Ira. VAI. Mar.
4 Na. Aoros. Gr.
5 Erada. Domai.
6 Arar. Alar.
7 Rei.
8 Eu. Calar. DE.
9 Casamos.
10 Ruas. Lear.
11 Or. Anás. São.

VERTICAIS:

1 Maine. PEDRO.
2 Urrara. Ur.
3 Iça. Aro. Ca.
4 To. Ada. Casa.
5 Voarias.
6 Bar. Elava.
7 A. Iodaram.
8 SS. Sol. Rol.
9 Sam. Más. Sés.
10 Apagar. Aa.
11 Sorri. PEDRO.

Provérbio: MUITO VAI DE PEDRO A PEDRO.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7689

HORIZONTAIS:

1 AR. Alcaz. Pu.
2 Lugre. Lapas.
3 Amigara.
4 Anás. Ogro.
5 Grão. Oriá.
6 Rãs. Soa. Ari.
7 Ab. Campa. Ar.
8 Velar. Oso.
9 Arderam.
10 Ota. Ataca.
11 Assa. Aras.

VERTICAIS:

1 Ale. Gravata.
2 Ru. Arabe.
3 Ganas. Laos.
4 Armão. Carta.
5 Leis. Sarda.
6 Som.
7 Alão. Apara.
8 Zargo. Ata.
9 Parra. Omar.
10 Pá. Oiras. Ca.
11 Usq. Airosas.

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO 30

Até às 22 horas

ALENTEJO — Av. Igreja, 28-B (Tel. 892682)
ALGARVE — Av. Roma, 7-B (Tel. 801478)
AMERICANA — C.º Santana, 3, (Tel. 863984)
ASCENSO — P.ª Norte, 11-A (B.º Encarnação) (Tel. 310172)
AZEVEDO, IRMÃO E VEIGA — R. Misericórdia, 24. (Tel. 323540)
AVIS — Av. Roma, 56-B-C (Tel. 895370)
BENFICA — Est. Benfica, 678-E (Tel. 702532)
CAMPO PEQUENO — Av. Júlio Dinis, 10 (Tel. 771661)
CENTRAL CAMPOLIDE — R. General Taborda, 17 (Tel. 680304)
CENTRAL DO LUMIAR — B. Lumiar, 77 (Tel. 790480)
CONFIANÇA — Av. Almirante Reis, 46-B (Tel. 821653)
CORREIA DE AZEVEDO — R. Luís Camões 42-B (Tel. 638625)
CRUZ NUNES — P.ª Duque de Saldanha, 14 (Tel. 41845)
DÁVI — R. Conde de Redondo, 68-62 (Tel. 54342)
D. JOÃO V — R. D. João V 16-C (Tel. 682772)
FERNANDES BORGES — R. C. Benguela, lote 300, (Tel. 311091)
GRIJÓ — R. Grilo, 25 (Tel. 385264)
LARANJEIRAS (das) — R. Filipe da Mata, 160 (Tel. 671035)
LOBEL — R. Infantaria 16, 98-B (Tel. 668807)
MARLUZ — Calç. da Picheleira, 140-B/C (Tel. 720703-728395)
NOVA LISBOA — R. Guilherme Suggia, 12 (Tel. 72772)
PAIVA DA COSTA, LDA — R. Lapa, 105 (Tel. 664414)
REMÍSIO — R. Jerónimos, 14-C (Tel. 631699)
RENASCENÇA — R. Damasceno Monteiro, 104-A (Tel. 831504)
ROSA E VIEGAS — R. S. Vicente, 31 (Tel. 864351)
S. JOEGE — L.º Leão, 3-A/B (Tel. 534027)
SIRIUS — R. Fialho Almeida, 38-A (Tel. 44000

Permanente

CAMPO PEQUENO — Av. Júlio Dinis, 10 (Tel. 771661)
CORREIA DE AZEVEDO — R. Luis Camões, 42-B (Tel. 638625)
GRIJÓ — Calç. da Picheleira, 140-B/C (Tel. 720703-728395)
PAIVA DA COSTA, LDA — R. Lapa, 105 (Tel. 664414)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Branco, Av. Comb. G. Guerra, 29 (Telef. 2112081)
ALCABIDECHE
Carvalho — Até às 21 horas
PORTO SALVO
Porto Salvo — Até às 21 horas
CARCAVELOS
Central — Até às 24 e das 0 horas às 9 horas
S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (Telef. 260085) — Até às 21 horas
PAÇO DE ARCOS
Godinho da Silva, Av. Patrão Lopes, 4 (Telef. 2432039) — Até às 22 horas
OEIRAS
Central, R. Conde Ferreira, 29 (Telef. 2430058) — Até às 24 e das 0 horas às 9 horas
NOVA OEIRAS
Leal — Até às 21 horas
PAREDE
Brandão, Av. da República, 77-C (Telef. 2471054) — Até às 24 horas
PAREDE
Junqueiro — Até às 21 horas
AMOREIRA
Amoreira, (Telefs. 2622313/267314) — Até às 22 horas
ESTORIL
Marques dos Santos, R. Ferreira J.A., 15 (Telef. 260116)
MONTE ESTORIL
Suíça, Cruzeiro (Telef. 260087) e das 0 horas às 9 horas
CASCAIS
Cascais, R. Conde de Monte Real-B.º Caixas (Telef. 282407) — Até às 21 horas; **Misericórdia,** R. Regimento 19, 41 (Telef. 280141) — Até às 24 horas e das 0 horas às 9 horas

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Amadora, P. 28 de Maio, 3-A (Telef. 935518) — Toda a noite; **Carmele,** R. Elias Garcia, lote 28 (Telef. 933303) — Até às 22 horas; **Helénica,** R. Elias Garcia, 2 (Telef. 933613) — Até às 22 horas; **S. Jorge,** R. Pedro del Negro, 5-Reboleira (Telef. 938703) — Até às 22 horas
DAMAIA
Lemos, R. de Goa, 21-A (Telef. 977121)
QUELUZ
Zeller, R. da República, 83 (Telef. 950045)
CACÉM
Garcia, Av. dos Missionários, 2 (Telef. 2942181)
MEM MARTINS
Rodrigues Rato (Telef. 2912038)
S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (Telef. 980456)
SINTRA
Marrazes, Estefânia (Telef. 2930058)
COLARES
Abreja (Telef. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (Telef. 234137)
ALHOS VEDROS
Cristo Rei, Av. do Cristo Rei, 31-A (Telef. 2766498)
ALMADA
Aliança, Est. Nacional, 178-B (Telef. 2040302)
BAIXA DA BANHEIRA
Avenida, Av. Alfredo da Silva, 88 (Telef. 2073212)
BARREIRO
Atlântico, R. Padre Manuel Bernardes (Telef. 2764466)
COVA DA PIEDADE
Louro
MOITA
União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (Telef. 239025)
MONTIJO
Giraldes, R. Almirante Reis, 45 (Telef. 2310008)
SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (Telef. 2233471)
SETÚBAL
Soromenho, P. Machado Santos (Telef. 22691); **Alice,** P. do Quebedo (Telef. 23743)
SEIXAL
Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (Telef. 2218560)

PORTO

(De dia e só até às 22 horas

CANAVARRO — Rua da Restauração, 53 (Tel. 60754)
CONSTITUIÇÃO — Rua da Constituição, 93 (Tel. 490813)
FERREIRA DE CARVALHO — Rua do Bonjardim, 354 (Tel. 27640)
PADRÃO — Rua de Santo Ildefonso, 342 (Tel. 52149)
RAMOS — Praça Exército Libertador, 91 (Tel. 64935)
PARENTE — Rua das Flores, 114 (Tel. 21611)
SANIL — Rua do Paraíso, 214 (Tel. 23935)

(De dia e toda a noite)

FIGUEIREDO — Rua de Cedofeita, 125 (Tel. 21620)
SOUSA SOARES — Rua de Santa Catarina, 141 (Tel. 22145)
VITÓRIA — Rua S. Roque da Lameira, 756 (Tel. 52225)

COIMBRA

VIEGAS E COELHO — Rua da Sofia, 19 (Tel. 22089)

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«O Bom da Festa»
A·B·C.
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Cada Cor seu Paladar»
COMUNA
21.30 (13 anos)
«O Muro»
VASCO SANTANA
21.30 (13 anos)
«O Escritório»
Teatro Aberto
21.15 (13 anos)
«O Círculo de Giz Caucasiano»
ÁDOQUE
20.30 e 22.45 (18 anos)
«A Grande Cegada»

LISBOA/Cinemas

CALEIDOSCÓPIO
21.15 (6 anos)
«Branca de Neve e os Sete Anões»
CINEARTE
21.15 (18 anos)
«Prazeres Colectivos»
CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Loucuras Porno»
CAPITÓLIO
21.15 (18 anos)
«Sexo Porno»
EUROPA
21.15 (18 anos)
«Fogo Real»
JARDIM
21.15 (18 anos)
«Como Caçar um Marido»
MONUMENTAL
21.15 (18 anos)
«O Bombista Louco»
PARIS
21.15 (18 anos)
«Ana Aquele Particular Prazer»
OLÍMPIA
Sessões Permanentes
18 anos)
«Marilyn e o Senador»
CINE AUDITÓRIO
21.15 (10 anos)
«Lord Jim»
ROYAL
21.15 (18 anos)
«Kung-Fu contra os 7 Vampiros»
PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«A Viúva do Diabo»
VOX
21.15 (18 anos)
«Afeição»
RESTELO
21.15 (13 anos)
«O Rolls-Royce Amarelo»
SATÉLITE
21.15 (18 anos)
«Easy Rider»
LUMIAR
21.15 (18 anos)
«A Principal Testemunha»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (18 anos)
«A Casa das Pombas»
AMADORA
Lido
21.15 (13 anos)
«Perfume de Mulher»
AMADORA
Cinestúdio
21.30 (13 anos)
«Asina»
MEM MARTINS
Cine Chaby
21.15 (18 anos)
«Punhos Violentos»
SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (14 anos)
«O Direito de Nascer»

LINHA DE CASCAIS

PAÇO DE ARCOS
Chaplin
21.15 (18 anos)
«Ternura e Violência»
PAREDE
Ryoal-Cine
21.15 (18 anos)
«Noite de Silêncio Noite de Sangue»
ESTORIL
Casino
17.00 e 21.15 (18 anos)
«O Coronel Enfurecido»
ESTORIL
Palácio
21.15 (18 anos)
«Soldado Azul»
CASCAIS
Oxford
21.15 (18 anos)
«O Criado»
CASCAIS
S. José
21.15 (18 anos)
«O Furacão do Karate»

OUTRA BANDA

TRAFARIA
Pavilhão Jardim
21.15 (18 anos)
«A Jovem Assassinada»
LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.15 (18 anos)
«Se te Encontro, Mato-te»

PORTO/Cinemas

S. JOÃO
21.15 (13 anos)
«O Gendarme Casa-se»
TRINDADE
21.15 (18 anos)
«Médicos e Mulheres»
ÁGUIA DE OURO
21.15 (13 anos)
«Passado Inesquecível»
SALÃO BEBÉ
21.15 (18 anos)
«Os Canibais»
BATALHA
21.15 (13 anos)
«Paulo o Frio»
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Técnicas do Amor»
CARLOS ALBERTO
21.15 (6 anos)
«Heidi na Montanha»
JÚLIO DINIS
17.45 e 21.15 (14 anos)
«007, Ordem para Matar»
SÁ DA BANDEIRA
1.30 (18 anos)
«Macumba»
RIVOLI
(18 anos)
«O Soldado Azul»
COLISEU
21.15 (18 anos)
«Amor não me Faças Mal»
ESTÚDIO
21.15 (13 anos)
«Meu Deus ao que eu Cheguei»
ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«E Tudo o Vento Levou»
ESTÚDIO 400
21.30 (14 anos)
«A Solteirona»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Por Quem vamos Morrer»
VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Jesus Cristo Superstar»

cinemas

ALVALADE

T. 897490 14.00, 16.30, 19 e 21.15

Os prados floridos, as montanhas, os vastos horizontes, são o pequeno mundo de

4.ª Semana

HEIDI

um filme de Werner Jacob

Para todos

APOLO 70

T.763319 14,16.30,19 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos)

PERFUME DE MULHER

7.ª Semana

um filme de Dino Risi

Hoje às 24,00 horas —

Grupo D (18 anos)

OS MILHÕES DE MOLLY BROWN

AVIS

T.47163 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. men. 13 anos
31.ª Semana
BOBBY
A projecção do filme começa 5 minutos após os horários

BERTA

Tel. 776098 14,16.30,19 e 21.15

O espectáculo que toca o coração do público!

FILHAS, FILHAS, SÓ FILHAS

Um filme de Moshe Ophir

CALEIDOSCÓPIO

T.795093 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

O espectáculo de Natal por excelência

BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕES

2.ª Semana

PARA TODOS

CASINO ESTORIL

T.264996 264996 18.15 e 21.15

Não acons. a menores 18 anos

OURO

CASTIL

Tel 630194 15.00, 17.00, 19.00 21.15

O MONSTRO

(La Bete)

Interdito a menores de 18 anos

3.ª semana

Este filme contém cenas eventualmente chocantes

CONDES

T.322523 14.00, 16.30, 18.45, 21.15

Interdito menores 18 anos

O MISTÉRIO DA CASA ABANDONADA

Real. Daria Argento

EDEN

Tel. 320768 14, 16.30, 19 e 21.15

Não Acons. a men. de 18 anos

James Mason, Susan George, Pierry King em

MANDINGO

3.ª Semana

Um filme de Richard Fleischer

ESTÚDIO

Tel. 555134 15, 17, 19 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos
O IMPERIO DOS SENTIDOS
9.ª Semana
Contém cenas eventualmente chocantes

ESTÚDIO 444

Tel. 779095 14.30,16.45,19.21.15

(Interdito a men. de 18 anos

FESTA PRIVADA
c/ Isle Camsgard
3.ª Semana

IMPÉRIO

Tel. 55134/5 15.15, 18.30 e 21.10

Jean-Paul Belmondo é

O IMPLACÁVEL

(L'aspagneur)

Num filme de Philippe Labro

3.ª Semana

Não acons. a menores de 18 anos

LOIDRES

Tel. 801313 14,16.30,19 e 21.30

Não acons. m. 13 anos

A FLAUTA MÁGICA

Atenção: o filme é exibido logo no início da sessão

MUNDIAL

Tel. 538743 15.15, 18.30, 21.15

Não acons. menores 18 anos

PARA QUE SERVEM OS AMIGOS?

com Anthony Queen, Michael Caine

BARES · BOITES
RESTAURANTES
STRIPTEASE
DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. **Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859°368197. Rosy Striptease**
CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. **T. 261461/164526/264596/ 264621/264945**

rádio

1.º Programa

16.00: Música variada; **17.00**: Canções da Europa; **17.30**: Conjuntos; **18.00**: Música portuguesa; **18.30**: Acasa e a vida; **19.00**: Poemas e pietas — música variada; **20.00**: Jornal da noite; **20.30**: Melodias; **21.00**: 13.º episódio do folhetim «O Jogral de Deus — S.Francisco de Assis», numa versão original de Álvaro Martins Lopes — música variada; **00.00**: Último jornal; **00.15**: Jazz; **00.30**: Vozes na noite; **01.00**: Música na noite.

2.º Programa

16.15: Encontro com os nossos artistas; **17.00**: Quinzena musical polaca; **17.25**: Quinzena musical polaca; **18.07**: Música sinfónica; **19.00**: Música portuguesa em foco; **20.00**: Octeto em fá maior, D.803, de Schubert; **21.00**: Concerto pela Orquestra Sinfónica do Porto; **22.00**: Quinzena musical polaca; **22.30**: O gosto pela música, pelo dr. João de Freitas Branco; **23.00**: Música sinfónica; **23.45**: Recital de canto e guitarra; **00.20**: Quinteto em lá maior, de Mozart; **01.00**: Fecho.

3.º Programa
Nacional e Regional (294 m)

16.00: Variante (continuação); **16.10**: Casos ao acaso; **17.10**: Prevenção e saúde; **18.00**: Contacto; **20.15**: Correspondência Londres; **21.00**: Música, só música; **21.30**: Quando o telefone toca; **23.03**: Nocturno; **23.06**: Novas de alegria; **24.00**: Nocturno (continuação); **00.30**: Imprevisto; **02.00**: Fecho.

3.º Programa
Local (187,5 m)

18.00: Entardecer; **18.15**: Sal e pimenta (repetição); **19.30**: Romance de uma cidade (repetição); **20.15**: Música e poesia; **21.00**: Fecho.

4.º Programa

19.00: Em órbita; **20.00**: Programa da noite; **22.00**: Auditório; **24.00**: Prisma; **02.00**: Fecho.

RÁDIO RENASCENÇA

16.05: Sequência da tarde; **18.08**: Apelos; **18.15**: Igreja em notícia — Palavra do dia; **18.30**: Transmissão do terço; **19.00**: Programa da Liga dos Amigos de Rádio Renascença; **20.00**: Objectivo; **20.54**: Apelos; **21.05**: Pentagrama; **21.30**: Ao encontro da grande música; **22.00**: Quando o telefone toca; **22.30**: Temas vivos; **23.05**: Trifónico; **23.15**: A crónica de Washington; **23.30**: Dicionário político; **01.00**: Meditando; **02.00**: Encerramento da estação.

cinemas

CASINO ESTORIL

T.264996 264996 18.15 e 21.15

Não acons. a menores 18 anos

OURO

CASTIL

Tel 630194 15.00, 17.00, 19.00 21.15

O MONSTRO

(La Bete)

Interdito a menores de 18 anos

3.ª semana

Este filme contém cenas eventualmente chocantes

CONDES

T.322523 14.00, 16.30, 18.45, 21.15

Interdito menores 18 anos

O MISTÉRIO DA CASA ABANDONADA

Real. Daria Argento

EDEN

Tel. 320768 14, 16.30, 19 e 21.15

Não Acons. a men. de 18 anos

James Mason, Susan George, Pierry King em

MANDINGO

3.ª Semana

Um filme de Richard Fleischer

ESTÚDIO

Tel. 555134 15, 17, 19 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos
O IMPERIO DOS SENTIDOS
9.ª Semana
Contém cenas eventualmente chocantes

ESTÚDIO 444

Tel. 779095 14.30,16.45,19.21.15

(Interdito a men. de 18 anos

FESTA PRIVADA
c/ Isle Camsgard
3.ª Semana

IMPÉRIO

Tel. 55134/5 15.15, 18.30 e 21.10

Jean-Paul Belmondo é

O IMPLACÁVEL

(L'aspagneur)

Num filme de Philippe Labro

3.ª Semana

Não acons. a menores de 18 anos

LOIDRES

Tel. 801313 14,16.30,19 e 21.30

Não acons. m. 13 anos

A FLAUTA MÁGICA

Atenção: o filme é exibido logo no início da sessão

MUNDIAL

Tel. 538743 15.15, 18.30, 21.15

Não acons. menores 18 anos

PARA QUE SERVEM OS AMIGOS?

com Anthony Queen, Michael Caine

NIMAS

Tel. 574313/574313

14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

CHOVE EM SANTIAGO

Meio ano de lotações esgotadas

O Chile de Allende e Pinochet

ODEON

Tel. 326283 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
uma maravilha
musical indiana
4.ª Semana
MILI

PATHÉ

Tel. 821933 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Interdito a menores de 18 anos

JUSTINE E JULIETTE

A empresa considera

este filme como pornográfico

POLITEAMA

Tel. 323805 14.15, 16.30, 19, 21.15

Interdito men. 18 anos
Audaciosa revelação sexual
NÃO SAIAS DA MINHA CAMA
Contém cenas event. chocantes
4.ª Semana

RESTELO

T.610375 21.15 h

Não acons. men. 13 anos

ROLLS-ROYCE AMARELO

ROMA

Tel. 727778 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

O MERCENÁRIO
Real. Damiano Damiani

ROXY

Tel. 48560 14,16.30,18.45 e 21.15

James Mason, Susan Georg, Perry King em

MANDINGO

Um filme de Richard Fleischer

3.ª Semana

Não acons. a men. de 18 anos

S. JORGE

Tel. 554153 15.15, 18.15, 21.15

Charles Bronson
O COMBOIO DO INFERNO
3.ª semana
Não acons. a menores de 13 anos

TIVOLI

Tel. 570595 15.15, 18.30 e 21.15

O espectáculo de Natal por excelência!

BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕES

um filme de Walt Disney

Falado em Português

2.ª Semana

UNIVERSAL

Tel. 774402

Às 15, 19 e 21 h.
O INIMIGO PRINCIPAL
um filme de Jorge Sanjinés
(Não acons. m. 13 anos)
Às 17 h.
SANGUE DE CONDOR
um filme de Jorge Sanjinés
(Não acons. m. 18 anos)
Às 23 h.
CORAGEM DO POVO
um filme de Jorge Sanjinés
(Não acons. m. 13 anos)

9 DE JULHO

Tel. 971794 às 21.15

Não acons. men. 18 anos

R. A. S.
POR QUEM VAMOS MORRER?
c/ Phillipe Leroy e Jacques Balmer

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S A R L
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 370271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

O compositor numa foto recente

Vão ser celebrados os setenta anos de Fernando Lopes-Graça

Um encontro «singelo e informal» que ponha em evidência ou favoreça o «sentido de fraternidade e unidade dos artistas e intelectuais portugueses, cimentadas na resistência antifascista, necessárias hoje e sempre à defesa da Cultura, da Liberdade do Progresso para o Povo Português» é objectivo que se propõem as instituições culturais organizadoras do concerto que, na próxima sexta-feira, 17, pelas 18 horas, no Teatro da Trindade, irá assinalar o 70.º aniversário de Fernando Lopes-Graça.

O programa compreende a audição das seguintes obras do compositor: «Quatro Cantos de Sophia», ciclo de **Lieder** sobre poemas de Sophia de Mello Breyner Andresen, que será interpretado pela cantora Dulce Cabrita e pelo autor (ao piano); «Tre Capricetti», para flauta e guitarra (obra recente, escrita em 1975), a cargo de Carlos Franco e Piñeiro Nagy; «Canto de Amor e de Morte», na versão primitiva para quarteto de cordas e piano, interpretado por Manuel João Afonso (violino), António Anjos (violino), António Silva (viola), Luísa Vasconcelos (violoncelo) e Jorge Peixinho (piano).

Emobra os organismos promotores tenham feito convites especiais a numerosas personalidades da vida cultural e política, apela em geral aos artistas e intelectuais, trabalhadores e estubantes, para que compareçam nesta sessão, de modo a transformarem-na numa significativa jornada de unidade e de cooperação de todas as diferentes correntes progressitas, no campo da cultura.

Entre os organismos promotres contam-se a Academia de Amadores de Música, a Associação Portuguesa de Escritores, a Juventude Musical Portuguesa, a Sociedade Portuguesa de Autores, o Sindicato dos Músicos e o Inatel. Associaram-se também à iniciativa os músicos da Orquestra Gulbenkian e o Coro Gulbenkian, o Grupo de Música Vocal Contemporânea (Porto), o Grupo de Música Contemporânea de Lisboa, a ADIMUS, o Teatro de S. Carlos e a Casa Valentim de Carvalho.

Como os leitores devem estar lembrados, o nosso jornal foi o primeiro órgão de informação que sugeriu a necessidade de se assinalar condignamente o 70.º aniversário e o cinquentenário da actividade criadora do ilustre artista, que é credor da gratidão do Povo Português por uma obra de pesquisa e de criação que não pára de crescer e de se repercutir aquém e além-fronteiras, pela sua lição de honestidade intelectual, pela sua exemplar verticalidade na luta antifascista, pelo extraordinário contributo que tem dado ao enriquecimento espiritual do nosso povo.

Espera-se que, para além do valor simbólico e histórico que terá a sessão do próximo dia 17, se verifique doravante, por parte dos organismos com responsabilidades culturais, uma cuidada e sistemática acção de divulgação da obra de Lopes-Graça, nomeadamente providenciando para a edição integral dos seus trabalhos literários e musicais (estes também em partitura impressa) e para a sua regular programação nos espectáculos públicos, na rádio e na televisão.

A melhor forma de prestar a justa homenagem a Lopes Graça é garantir o destino social da sua obra.

Telefonistas do Porto contestam dirigentes

Trabalhadores ligados à «comissão procumprimento dos estatutos» do Sindicato dos Telefonistas do Porto pediram a convocação de uma assembleia geral para destituir os respectivos corpos gerentes, que deverá realizar-se amanhã.

Aquela comissão analisou a actuação dos dirigentes sindicais no decuro de uma conferência de Imprensa ontem efectuada, e reassumiu as críticas que dirige ao referendo recentemente realizado naquele sindicato no qual foi decidido adetir ao grupo da «Carta Aberta», processo esse que um significativo sector dos sócios mais activos considera antiestatutário.

Eleições para as autarquias

Continuação da pág. 1

to) que excedem por vezes em cem por cento as registadas pelo P.C.P. em Abril último. Quanto ao P.S. mantinha-se maioritário nas principais capitais de distrito.

AQUILINO RIBEIRO «CAMINHO PROGRESSIVO» PARA LISBOA

«Estamos dispostos a dar colaboração a propostas concretas que apontem um caminho progressivo para a cidade. E esperamos das outras forças a mesma atitude», sublinhou o novo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, ontem eleito, eng.º Aquilino Ribeiro (P. S.).

Manifestando a esperança de que «dentro da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de Lisboa haja possibilidades de superar as diferenças partidárias», pois os «problemas da cidade são concretos, e esta é uma boa base para superar diferenças», Aquilino Ribeiro mostrou-se ainda convicto de que «será possível obter o consenso das forças que desejam que a cidade ande para a frente conseguindo superar os interesses até aqui dominantes».

SILVA GRAÇA: «MAIORIA DE ESQUERDA É POSSÍVEL»

Silva Graça, primeiro nome da Frente Povo Unido na lista para a Câmara de Lisboa (F. E. P. U. obteve 26,7 por cento dos votos no distrito contra 36 por cento do P. S.), afirmaria por sua vez: «perante os resultados obtidos, dando a maioria ao P. S. e à Frente Eleitoral Povo Unido, estamos confiantes que seja possível fazer funcionar a maioria de esquerda na cidade de Lisboa. Em nossa opinião isso seria o desejável».

«Nessa base — disse ainda Silva Graça — vamos procurar defender os pontos de vista da F. E. P. U. por Lisboa, que não são, aliás, muito diferentes dos inscritos no programa dos socialistas.»

NOVOS PRESIDENTES

À medida que novos resultados vão sendo revelados, surgem mais nomes de candidatos colocados como presidentes de diversos municípios.

Últimos nomes conhecidos:

Câmara da Moita, distrito de Setúbal, Fernando Madeira, da F.E.P.U.; Câmara Municipal de Sesimbra, mesmo distrito, Ezequiel Lino, F.E.P.U.; Câmara Municipal de Ponte de Lima, distrito de Viana do Castelo, João de Abreu Lima, do C.D.S.; Câmara Municipal de Viana do Castelo, António Alves da Cunha, do P.S.D./P.P.D.; Espinho, Artur Pereira Bartolo, do P.S.; Câmara Municipal de Guimarães, Edmundo Marques Campos, do P.S.; Câmara Municipal da Póvoa do Varzim, distrito do Porto, Tenreiro Carneiro, do C.D.S.; Câmara Municipal de Évora, Abílio Fernandes, da F.E.P.U.; Câmara Municipal de Oeiras, Carlos Alberto Andrade Neves, do P.S.; Câmara Municipal de Abrantes, José de Jesus Biocas, do P.S.; Mário de Castro e Sousa, do P.S., para a Câmara Municipal de Penafiel; Câmara Municipal de Vila Real, Armando Moreira, do P.S.D./P.P.D.; Câmara Municipal de Cascais, António Gonçalves Ferreira, do P.S.; Câmara Municipal de Sintra, Júlio Baptista dos Santos, do P.S.; Câmara Municipal de Alcochete, Estevão Rodrigues, do P.S..

UM OPERÁRIO NA CÂMARA

Um operário do Alfeite de 28 anos de idade, é o novo presidente da Câmara de Almada. Trata-se de José Vieira (F. E. P. U.), que em declarações prestadas após conhecimento dos resultados, da Frente Povo Unido, vencedora no concelho de Almada, declarou que, de acordo com o programa da Frente, haverá o «máximo respeito pelas reivindicações das Juntas de Freguesia com vista ao reforço do Poder Local, bem como a descentralização do referido Poder».

«Pensamos também — disse José Vieira — ouvir e estudar com as comissões de moradores e de trabalhadores os problemas que digam respeito ao concelho, dando força aos órgãos de vontade popular», referindo ainda que os esforços da Câmara de Almada apontarão nomeadamente no sentido de apoiar a criação de creches para crianças e a todas as reivindicações da terceira idade, desencorajar a construção clandestina e reivindicar um estabelecimento de Ensino Superior para o concelho.

tome nota

VEJA A DIFERENÇA

O diário da manhã «O Dia» completou um ano de existência. E compara-se ao «Le Monde», que completou 32 anos. Diz que sofreu muita injustiça, tal como «Le Monde».

Eis duas imagens de jornal. Não será preciso muito trabalho para notar as diferenças. Especialmente na modéstia...

A VITÓRIA

Na mesa redonda de ontem à noite, quer Carneiro, quer Soares, quer Cunhal afirmaram que os seus respectivos agrupamentos políticos haviam obtido uma vitória nestas eleições.

Será possível a vitória pertencer simultaneamente à direita e à esquerda? Alguém se deve ter enganado nas contas...

Exército de Smith bombardeou Gaza

MAPUTO, 14 (do nosso correspondente) — O Exército racista de Ian Smith, voltou a atacar anteontem posições das forças populares de libertação de Moçambique em Pafuri, na província de Gaza.

Com efeito, os racistas rodesianos bombardearam esta localidade, utilizando aviões e material pesado como habitualmente.

Os combates prosseguiram durante todo o dia de hoje, estando as F. P. L. M. a rechaçar o avanço do inimigo e determinadas a expulsá-lo do território moçambicano.

Recorde-se que esta vila, próxima da fronteira rodesiana, tem sido alvo de constantes ataques por parte do Exército rodesiano, tendo sido uma das primeiras localidades atingidas.

Igualmente, e de acordo com notícias provenientes do Chimoio, capital da província de Manica, as forças racistas iniciaram os seus ataques anteintem pelas 22 horas, à localidade de Caerezi, no distrito do Guro, prosseguindo durante toda a noite e madrugada de hoje.

Este novo ataque da clique racista de Salisbúria vem confirmar as indicações de que os Exércitos racistas da Rodésia e África do Sul estão em preparativos para uma grande ofensiva contra Moçambique, e Angola, plano este denunciado anteontem por Sean Mac Bride, alto-comissário das Nações Unidas para a Namíbia.

Conselho de Imprensa condena expressões de Pires Veloso

O Conselho de Imprensa, apreciou recentes afirmações do brigadeiro Pires Veloso, segundo as quais «os jornais devem dizer a verdade, e se disserem mentiras, devem ser queimados à saída da Redacção para não enganarem o povo».

De acordo com um comunicado tornado público, o C. I. «entende que toda a deformação da verdade é condenável na medida em que afecta o direito dos cidadãos a ser informados (...)».

O Conselho de Imprensa lembra que «é lícito aos lesados reagir pelos meios legais em vigor contra as notícias deturpadas e ofensivas» (..), mas «entende que não podem aceitar-se reacções como as do brigadeiro Pires Veloso, que, pelos termos e linguagem utilizados constituem uma ameaça à liberdade de expressão de pensamento através da Imprensa».

Novo director para «O Século»

O jornal «O Século» tem novo director: Luís Nandim de Carvalho, deputado do P. S. D./P. P. D. O nome do escritor João Gaspar Simões apareceu ontem pela última vez no cabeçalho do jornal. Uma nota publicada na edição de «O Século» de hoje refere que Gaspar Simões deixou a direcção daquele matutino «a seu pedido e por motivos pessoais».

Vem a propósito lembrar que no passado dia 3Nandim de Carvalho teve uma intervenção na Assembleia da República a propósito da situação financeira de «O Século». Na oportunidade, apresentou um requerimento pedindo para ser informado dos motivos que impedem o pagamento dos salários aos profissionais de «O Século» ao mesmo tempo e com os mesmos critérios que os do «Diário de Notícias».

Petardo em Apúlia

ESPINHO, 14 — A deflagração de um petardo por volta das quatro horas da madrugada de ontem em Criaz, um pequeno lugar da freguesia de Apúlia, deste concelho, alarmou a população e atraiu ao local muitos curiosos que não se cansaram de comentar os prejuízos de cerca de mil escudos, que a explosão provocou na montra dum estabelecimento.

O facto de três dias antes ter havido uma sessão de propaganda do C. D. S.; terminada a qual militantes desse Partido, se confrontaram fisicamente com militantes do P. S. D., levou alguns dos presentes a admitir que o petardo fora colocado com objectivos políticos mas, pouco depois, começou a correr que na sua origem estaria um caso de vingança, já que poucas horas antes, um indivíduo expulso duma taberna ameaçara o seu proprietário em termos violentos.

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA
NO MÊS ANTERIOR: 45 382

DIA 16
ABRE AO PÚBLICO
O NOVO SUPERMERCADO
RESTAURANTE
SELF-SERVICE
CODIPROAL
NA RUA
LUCIANO CORDEIRO
56 A-B